



# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

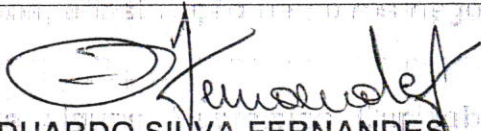
### DESCRIÇÃO: AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL

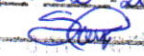
Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022

Solicitar a adequação e modernização do Plano Diretor Municipal, visando implementar medidas de Retomada Econômica e de Desburocratização de ações que travam o desenvolvimento econômico do Município, simplificando os Procedimentos administrativos, para impulsionar a abertura de novos empreendimentos, a instalação de novos negócios e ampliação dos já existentes.

Registra-se que alguns Municípios Capixabas já permitem que atividades econômicas consideradas de baixo risco, em certos tipos de negócios, sejam abertos sem a necessidade de licenças e alvarás, o que contribui para a melhoria do ambiente de negócios que, somadas à Política Municipal de incentivos fiscais, tende atrair novos empreendimentos e a abertura de pequenos negócios, melhorando a ocupação dos desempregados e informais, além do aumento da renda dos cidadãos.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
ACS. 





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br


### JUSTIFICATIVAS

Em períodos de crise econômica e financeira nos Municípios e em tempos de recursos mais escassos, a forma de administrar o bem público é colocada em discussão, principalmente no tocante ao modelo e à concepção de criação das políticas e ações públicas. Reduzir a burocracia significa aumentar a competitividade do Município trazendo mais empreendimentos, mais empregos e mais renda para os cidadãos. A desburocratização é o caminho para simplificar o acesso a serviços públicos e tornar o ambiente de negócios mais eficiente. E, por estar mais próxima dos cidadãos, a esfera política mais capacitada para implementar ações desse tipo é a Municipal.

A iniciativa tem o objetivo de “cortar o que não funciona e ampliar o que funciona bem”, viabilizando o resgate da confiabilidade dos empresários com eliminação de formalidades e imposições desarrazoadas, procurando colocar em prática as propostas para a desburocratização, simplificação e garantia de livre iniciativa, objetivando minimizar a intervenção do Estado na atividade econômica. Com mais competitividade, o Município se torna atrativo para se investir.

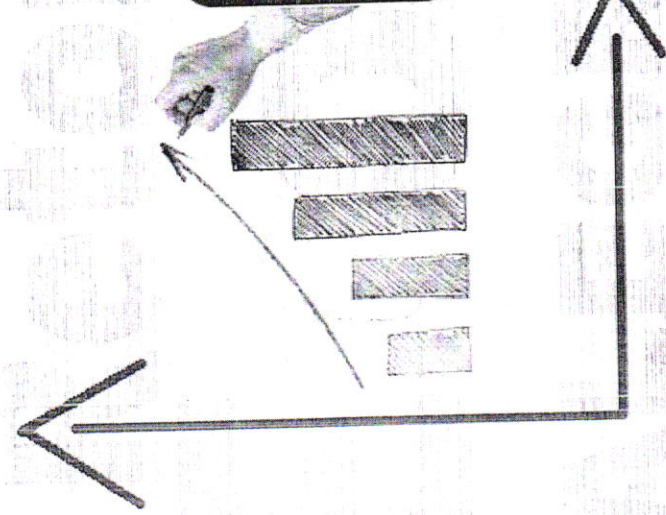
A simplificação e a modernização administrativa devem ter como objetivo acelerar o desenvolvimento das empresas, melhorar a vida das pessoas, proteger melhor o Estado e reduzir o retrabalho existente na Administração Pública.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor



# Retomada da Economia



→ ALLEGRE/ES 2022





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES 7 de Fevereiro de 2021.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

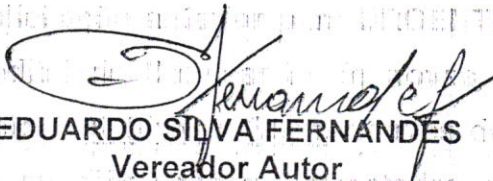
Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal:**


➤ REITERAR Solicitação anterior para URGENTEMENTE providenciar abertura de edital de Concessão de novas linhas de Transporte Público Municipal Distritos x Sede, através de Vans de transporte, considerando as dificuldades enfrentadas pelos Municípes nas suas mais diversas atividades que demandam o transporte público. A medida se justifica em razão da inoperância da empresa que detém o monopólio do transporte no Município, a qual já manifestou impossibilidade de atender a demanda dos Distritos nos horários preteridos pelos usuários dos serviços.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS

EM 10 / 02 / 2021

ASS. 





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ nº 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)

Alegre/ES, 21 de outubro de 2021.

**OF. Nº. 036/ 2021 – VESF – CMA/ES**

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, venho solicitar a Vossa Senhoria, que restabeleça o antigo horário da Viação Real no distrito do Café, neste Município de Alegre/ES, conforme listado abaixo:

- Café x Alegre – 07hs;
- Alegre x Café – 12hs;
- Café x Alegre – 13hs;
- Alegre x Café – 17:30 hs.

Na certeza de Vosso pronto atendimento à presente demanda, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador - AVANTE

Ilustríssimo Senhor  
**LUIZ PAULO DE FIGUEIREDO**  
Diretor de Planejamento – CETURB/ES  
Alegre/ES.





**Prefeitura Municipal de Alegre**  
Estado do Espírito Santo  
*Secretaria Executiva de Administração*

ESF

**OFÍCIO N° 141/2021/SEAD/PMA**

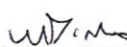
Alegre, 03 de setembro de 2021.

**Assunto:** Resposta aos ofícios n° 0369/2021 – GAB-CMA/ES e  
OF/N° 140/2021/ESF/CMA/ES

Prezado,

Em razão da relevância e da urgência da Concessão de Transporte Público Coletivo, a Prefeitura Municipal de Alegre convida Vossa Senhoria para Audiência Pública a ser realizada no dia 09 de setembro de 2021, às 15:00h na sala de reuniões da Prefeitura.

Atenciosamente.

  
**WAGNER DE PINHO PIRES**  
Secretário Executivo de Administração

**FOT ADIADO!**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE**

Protocolo N° 003674/2021 Hora: 14:47:07

Data: 03/09/2021

Respos. of. 369/21 gab e Of. 140/21 - renato

Ao presidente da Câmara Municipal de Alegre

**CARLOS RENATO VIANA**





# CETURBES

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

ESF ✓

1º de setembro de 2021.

CT.DPL.246/2021

Ilmo. Sr.  
Vereador Carlos Renato Viana  
Câmara Municipal de Alegre.

Prezado Vereador,

Em resposta ao OF. Nº. 0351/2021 – GAB – CMA/ES protocolado nesta empresa sob o nº89748964, estamos encaminhando cópia do ofício, anexo, que recebemos da empresa Viação Real Ita Ltda em resposta à CT.DPL.213/2021 onde a referida empresa presta as seguintes informações:

O ofício da Câmara Municipal de Alegre não relata quais são os horários que não estão atendendo a população uma vez que se encontram diversos horários que já atendem ao município de Alegre com partidas para os municípios de Apiacá/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Bom Jesus do Norte/ES via Café, Guaçuí/ES, Jerônimo Monteiro/ES e Muniz Freire/ES.

A empresa paralisou os serviços no período de 28/03/2021 a 04/04/2021 por força de Decreto Estadual pois o Espírito Santo se encontrava em risco extremo.

Estão sendo realizados levantamentos diários, horário por horário, para melhor atender aos usuários e identificar a matriz de risco da cidade com a finalidade de retorno aos horários dantes praticados.

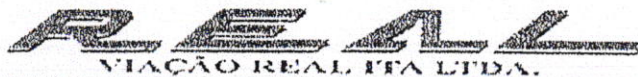
Certos de vossa compreensão, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
LUIZ PAULO DE FIGUEIREDO  
Diretor de Planejamento

  
CIENTE  
Em 11/9/2021  
Encaminhar ao vereador solicitante





Cachoeiro de Itapemirim – E.S, 30 de agosto de 2021.

**CETURB/ES – COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES  
COLETIVOS DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

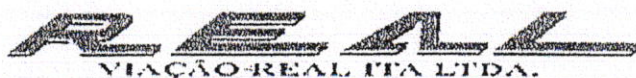
**CT.DPL.213/2021  
PROTOCOLO: 89748964**

Acusamos o recebimento do Ofício nº 0351/2021 – GAB – CMA/ES, da Câmara Municipal de Alegre/ES, para dizer a V. Sa. que o ofício não relata quais são os horários, que não estão atendo a população já em visto que estamos com diversos horários de atendimento ao município de Alegre, com partidas para os municípios de Apicacá/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Bom Jesus do Norte/ES via Café, Guaçu/ES, Jerônimo Monteiro/ES e Muniz Freire/ES.

Lembramos ainda que por força de Decreto Estadual, que colocou todo o Estado do Espírito Santo em risco extremo, culminou com a paralisação total de nossa empresa dos dias 28/03/2021 a 04/04/2021, e por consequência paralização de todas as linhas que atendemos nesse período.

Temos feito levantamentos diários, horário por horário, para melhor atender aos usuários e assim que identificamos a matriz de risco da cidade, prontamente retornamos com os horários que antes praticávamos dentro de um cenário razoável.





A razão de existir nossa empresa é o transporte de passageiros, gostaríamos que houvesse demanda o suficiente para voltarmos com todos os horários que antes praticávamos, mas infelizmente não é essa a realidade que ora nos encontramos.

Esperamos ter esclarecido a situação que ensejou o ofício em tela e colocamo-nos à disposição de V. Exa. para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos o ensejo para formular protesto de estima e consideração.

Atenciosamente

Atenciosamente

Saulo de Toledo Fraga  
Gerente Comercial



**diretoria@alegre.es.leg.br**

**De:** Secex - Ceturb-GV <secex@ceturb.es.gov.br>  
**Enviado em:** 01/09/2021 hh:mm: 12:49  
**Para:** cmalegre@alegre.es.leg.br; diretoria@alegre.es.leg.br  
**Assunto:** CT.DPL.246/2021 em resposta ao OF.Nº0351/2021 - GAB -CMA/ES A/C Vereador Carlos Renato Viana  
**Anexos:** CT.DPL.246-2021.PDF

Boa tarde!

Prezado Vereador,

Segue CT.DPL.246/2021 em resposta ao processo 89748964.

**Favor acusar o recebimento.**

Atenciosamente,

Janaceli dos Santos Barbosa  
SECEX - Ceturb/ES  
3232 4568 / 3232 4502

**CETURBES**

CIA. ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CETURB/ES





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

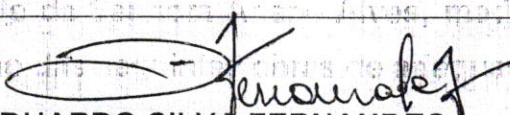
Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

### DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal de Alegre/ES

Para que seja pactuado junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, através do DER – Departamento de Edificações e Rodovias, a Municipalização do Trecho Urbano da Rodovia ES-181 - Café x Alegre, no Distrito do Café, neste Município, visando sua Revitalização pelo DER, que compreende o início da Rua Laurindo Tiradentes e Vila Vieira, até os limites da Propriedade da Senhora Arlene Alves, mediante celebração de acordo para realização das seguintes obras de adequação:

- Drenagem Pluvial do Trecho;
- Substituição de Manilhas por Galeria/Alvenaria no Córrego Bom Destino;
- Pavimentação com PAVI – Tijolinho - Substituir Piso atual da Rua Laurindo Tiradentes e Avenida Vieira;
- Construção de Calçada Cidadã – PAVI colorido-vermelho;
- Área com Academia Popular inox + Parque Infantil + Quadra de Areia);
- Construção de 06 (seis) Abrigos de Ônibus;
- Muro de Arrimo no acesso da decida da Estrada Comunidade Bom Destino;

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
[Assinatura]

Marília A. Dias de Souza Simões  
Diretora de Gestão do  
Gabinete do Prefeito  
Dec. Nº 12.035/2021





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### JUSTIFICATIVA

Sabemos que com a ascensão da Pavimentação da Rodovia Café x São José do Calçado, trecho de ligação de 20 km, o trecho urbano do Distrito do Café que compreende a Rua Laurindo Tiradentes, Vila Vieira até os limites do Curral da Propriedade da Senhora Arlene Alves (Português), necessita de urgentes intervenções pelo órgão de Edificações e Rodovias do Estado – DER/ES.

E considerando que existe o incentivo legal através do DEC. Estadual nº 4303-R e da Lei Estadual nº 10.782/2017, por parte do Governo do Estado que prevê a Municipalização de trechos urbanos de Rodovias Estaduais através de sua adequação e revitalização com obras estruturantes a serem realizadas pelo Estado, faz-se necessário a pactuação do Município com aquele órgão Estadual, visando contemplar a adequação do trecho com as melhorias anteriormente especificadas, quais sejam mais detalhadamente:

1. Remoção do Paralelepípedo irregular da Rua Laurindo Tiradentes e do Asfalto fragmentado da Avenida Vieira;

2. Instalação de Rede Pluvial com diversas bocas de captação em pontos estratégicos;

3. Substituição de rede de manilhas por galeria de alvenaria no Córrego Bom Destino, que corta a rodovia próximo ao Posto Café;

4. Tratamento da base e sub-base com material betuminoso saibro + brita granulada, compactação e sua imprimação;


5. Pavimentação com PAVI do tipo Tijolinho no Leito da Via Urbana + construção de diversas faixas elevadas para pedestres + quebra-molas;

6. Construção de Muro de Arrimo na Subida do Acesso à Comunidade Bom Destino;

7. Construção de Calçada Cidadã com Pavi tijolinho Colorido Vermelho às laterais da via até o limite da Propriedade da Senhora Arlene Alves (Português);

8. Extensão de rede de iluminação Pública até os limites da Via Urbana

atenciosamente,

  
**Eduardo Silva Fernandes**  
Vereador Autor





Departamento de Edificações  
e de Rodovias do Espírito

Santo

(/)

## Programa de Municipalização de Trechos Rodoviários Urbanos (PMRU)

### Definição:

Transferir a titularidade de trechos rodoviários estaduais urbanos aos municípios, que passarão a ter autonomia para realizar a gestão da faixa de domínio e do patrimônio rodoviário, bem como gerir o trânsito de forma integrada com as demais vias do Município.

## Programa de Municipalização de Trechos Rodoviários Urbanos (PMRU)

### REGULAMENTAÇÃO:

- **LEI 10.782-2017** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Lei%2010.782-2017.pdf>)

- **DIÁRIO OFICIAL DECRETO. 4303-R 05/09/19** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/DIO%20Dec.%204303-R%2005.09.19.pdf>)

Transferir a titularidade de trechos rodoviários estaduais urbanos aos municípios, que passarão a ter autonomia para realizar a gestão da faixa de domínio e do patrimônio rodoviário, bem como gerir o trânsito de forma integrada com as demais vias do Município.

### DOCUMENTOS:

- **OFÍCIO PREFEITURA X DER** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/01-%20Oficio%20Prefeitura%20x%20DER-1.docx>)

- **PROJETO DE LEI MUNICIPAL - ALTERAÇÃO PERÍMETRO URBANO**

(<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Lei%20de%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20do%20Perimetro%20Urbano-Municipal%2010.782-2017.pdf>)

- **PROJETO DE LEI MUNICIPAL - ABSORÇÃO TRECHOS**

(<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Lei%20de%20Absor%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Trechos-1.doc>)

- **ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Roteiro%20para%20municipaliza%C3%A7%C3%A3o-1.docx>)

- **DECRETO MUNICIPAL X DER** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Decreto%20Municipal%20X%20DER-1.docx>)



## ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO

### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- Ofício do Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, aos prefeitos municipais comunicando o lançamento do **Programa de Municipalização de Segmentos Rodoviários Urbanos (PMRU)**.
- Ofício da Prefeitura Municipal interessada no trecho a ser municipalizado ao Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, cumprindo o que determina o decreto nº 4303-R de 05/09/2018.

### ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO

- Projeto de Lei encaminhado à Câmara de Vereadores solicitando a absorção do trecho urbano a ser municipalizado.

### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- Alteração de Lei do perímetro urbano caso haja necessidade de ampliação ou adequação do trecho rodoviário a ser municipalizado.
- Ofício do Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, aos prefeitos municipais comunicando o lançamento do Programa de Municipalização de Segmentos Rodoviários Urbanos (PMRU).
- Convênio entre DER-ES x Prefeitura, autorizando o Departamento de Edificações e de Rodovias do ES a fiscalização eletrônica do trânsito no perímetro urbano, manutenção e gerenciamento do equipamento medidor de velocidade fixo (Radar Fixo) já instalados de caráter permanente e de funcionamento automático. (caso necessário)
- Decreto do governador do estado da municipalização do trecho urbano rodoviário.
- Termo de Entrega e Recebimento entre o DER e o município.
- Alteração de Lei do perímetro urbano caso haja necessidade de ampliação ou adequação do trecho rodoviário a ser municipalizado.
- Convênio entre DER-ES x Prefeitura, autorizando o Departamento de Edificações e de Rodovias do ES a fiscalização eletrônica do trânsito no perímetro urbano, manutenção e gerenciamento do equipamento medidor de velocidade fixo (Radar Fixo) já instalados de caráter permanente e de funcionamento automático. (caso necessário)



## MODELO DE OFICIO AO DER/ES

Alegre/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

Senhor Diretor,

Vimos pelo presente solicitar nos termos do Decreto 4303-R, de 05 de setembro de 2018, que regulamenta os procedimentos aplicáveis a municipalização de trechos de rodovias estaduais em centros urbanos, que seja autorizada a municipalização de trecho estadual.

Neste contexto, o Decreto 4303-R determina, em seu artigo 3º, que o município que deseje absorver trechos rodoviários estaduais, deve formular o requerimento direcionado ao Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES, juntamente com os documentos solicitados no aludido Decreto.

Assim o município de Alegre, vem representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, apresentar a documentação exigida para a realização da transferência da titularidade da rodovia ES-181 do Governo do Estado para o Município, no segmento com início no ponto de coordenadas ..... e término no ponto de coordenadas ....., com extensão de ..... km, mediante a realização de

obras de reestruturação urbana em anexo. Encaminhamos anexos:

1 – O croqui que identifica o segmento rodoviário a ser municipalizado, através das coordenadas geográficas;

2 – Mapa do perímetro urbano atualizado, com as respectivas leis municipais;

3 – Fotos de comprovação que o trecho a ser municipalizado atende ao menos dois dos requisitos mencionados no Art. 3º, inciso IV, do Dec. 4303-R.

4 – Obras de reestruturação urbana necessárias ao trecho Solicitado;

Desta forma, cumprem-se os requisitos elencados, no Decreto Estadual 4303-R, razão pela qual, esperamos o pronto deferimento do pedido com a devida municipalização do trecho solicitado.

Atenciosamente,

2 – Mapa do perímetro urbano atualizado, com as respectivas leis municipais;

**Prefeito Municipal**



# MINUTA ALTERAÇÃO DO PERIMETRO URBANO

## PROJETO DE LEI Nº de..... de .....de 2022.

Delimita o Perímetro Urbano do Distrito do Café,  
na cidade de Alegre/ES e dá outras providências

Art. 1º. Esta lei delimita a zona urbana e de expansão urbana do Distrito do Café, Município de Alegre/ES e de disciplinamento do uso do solo urbano em consonância com os princípios definidos do Plano Diretor Municipal, conforme o memorial descritivo: (se precisar alterar a zona urbana).

Art. 2º. A poligonal que delimita o perímetro urbano do Distrito do Café, está assim definida:

I – Inicia-se ....., com coordenadas .....

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Alegre/ES ..... de 2022.

I – Inicia-se ..... com coordenadas .....

**Prefeito Municipal**

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário

Alegre/ES ..... de 2022



MINUTA DE PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADA CAMARA DOS VEREADORES

PROJETO DE LEI Nº de.../.../2022.

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a absorver o trecho Rodoviário Estadual Urbano da ES-181 no Distrito do Café, neste Município, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES.**

PROJETO DE LEI Nº de.../.../2022

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a absorver o trecho Rodoviário Estadual da ES-181 no Distrito do Café, neste Município, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES, assumindo a respectiva, conservação e operação, no centro urbano do Distrito do Café, delimitados pelas coordenadas indicadas a seguir.

- a) Trecho ..... coordenadas.
- b) Trecho ..... coordenadas.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.º. Revogam –se as disposições em contrário.

Alegre/ES, .....de .....de 2022.

- a) Trecho ..... coordenadas.
- b) Trecho ..... coordenadas.

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.º. Revogam –se as disposições em contrário.



## JUSTIFICATIVA

Nobre Presidente,

Excelentíssimos Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares para exame, discussão e votação o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade autorizar o Executivo Municipal a absorver o trecho rodoviário estadual urbano da ES-181 no Distrito do Café, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES.

Sabe-se que com a edição da Lei 10.782, de 14 de fevereiro de 2017, a qual dispõe sobre o ordenamento de uso do solo nas faixas de domínios e lindeiras das rodovias estaduais do estado do Espírito Santo e regulamentado pelo Decreto nº 4303-R de 05 de setembro de 2018, o Município de Alegre/ES, terá mais autonomia no seu planejamento urbano.

Temos que o presente atende tal disposto do decreto, pois atendemos o artigo 3º inciso IV, que cita “comprovação de que o trecho rodoviário estadual está inserido no perímetro urbano municipal de que apresenta ao menos 2 (dois) dos seguintes itens:

a) Calçadas (**Falta adequação pelo DER**);

b) Iluminação pública; (**atende**)

c) No mínimo, 4(quatro) acessos com distância máxima de 150(cento e cinquenta) metro entre eles; (**atende**)

d) Drenagem de águas pluviais (**Falta adequação pelo DER**);

e) Sinalização urbana; (**atende**)

f) No mínimo, 10 (dez) construções lindeiras à rodovia em um espaço de 1(um) quilômetro. (**atende**)

Atendemos aos itens supracitado, ademais, vale justificar que o município apresenta capacidade técnica e operacional, para absorção das vias expostas no projeto de lei. Assim, é oportuno descrever os motivos que justificam a propositura, informamos o quão importante é a autonomia do município, no que tange a lei. Este



evento tem como objetivo construir maior independência ao município para gerir as vias estaduais em áreas urbanas.

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma proposta, renovando protestos de elevada estima e inegável apreço.

Atenciosamente,

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma proposta, renovando protestos de elevada estima e inegável apreço.

Atenciosamente,

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

Atenciosamente,

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

Atenciosamente,



assim o determinar.

**Art. 2º** O abono estabelecido no art. 1º será concedido, na forma desta Lei, aos inativos e pensionistas da Ales.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento do corrente exercício da Ales.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

Protocolo 365276

### LEI Nº 10.782

sobre o ordenamento do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado do Espírito Santo.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece o ordenamento do uso do solo das faixas de domínio de rodovias estaduais e em terrenos a elas adjacentes, de modo a resguardar a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e o patrimônio público.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS E DEFINIÇÕES

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, faixa de domínio é a base física sobre a qual assenta uma via, constituída pelas pistas rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

**Art. 3º** A largura da faixa de domínio terá padrão estabelecido por regulamento, resolução e instruções normativas internas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, conforme Lei Complementar Estadual nº 381, de 28 de fevereiro de 2007, ou outra que a substituir.

**§ 1º** A largura da faixa de domínio é definida de acordo com as características técnicas e classificação dos tipos de rodovias, mantendo largura constante e tendo as linhas limites paralelas ao eixo das pistas de rolamento.

**§ 2º** A faixa de domínio mínima abrange do eixo da rodovia até uma faixa de 05 (cinco) metros para cada lado, a partir do término do acostamento nos trechos planos ou

da crista de corte e pé dos aterros.

**§ 3º** A faixa de domínio poderá ser alargada nos locais de acesso, bifurcação e cruzamento de rodovias, assim como nos pontos de ônibus e postos de polícia rodoviária, de modo a se obter áreas adicionais que permitam a segurança adequada, de acordo com as normas e especificações técnicas do DER-ES.

**Art. 4º** É vedado ao Município, exceto se previamente autorizado pelo DER-ES, efetuar alterações nas características técnicas e operacionais das rodovias que compõem o Sistema Rodoviário Estadual, tais como: alargamento e duplicação de pistas, construção de trevos de acessos a vias urbanas e instalação de obstáculos tipo lombadas eletrônicas, ondulações e sonorizadores e/ou qualquer tipo de sinalização em desacordo com os procedimentos administrativos, normas e especificações do DER-ES.

**Art. 5º** As cercas marginais de segurança devem ser implantadas sobre a linha limite da faixa de domínio e com características tais que determinem os limites entre o domínio público e o privado, bem como eliminem toda a interferência marginal que possa comprometer a segurança, o tráfego na rodovia e o meio ambiente.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, cerca marginal de segurança é a linha de mourões e fios de arame existentes na divisa da faixa de domínio com as áreas lindeiras.

**Art. 6º** Os traçados das rodovias estaduais planejadas e implantadas do Sistema Rodoviário Estadual (SRE) evitarão a travessia nos centros povoados urbanos e, preferencialmente, serão planejados por meio de contornos rodoviários ou ramais de acessos.

**§ 1º** O DER-ES poderá suprimir os trajetos de rodovia em centros povoados urbanos atualmente existentes, na forma de regulamento a ser expedido, com a devida municipalização dos mesmos, passando a conservação e operação da via a ser de responsabilidade do Município.

**§ 2º** Em rodovia coincidente com avenida ou rua, ou que ingresse em perímetro urbano, não sendo mantidas as características de via expressa, deixam de subsistir os requisitos e razões de segurança e de higiene que justificavam qualquer limitação original.

### CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO PARA USO DA FAIXA DE DOMÍNIO E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

**Art. 7º** O DER-ES poderá autorizar o uso da faixa de domínio para empreendimentos, obras e serviços de empresa pública ou privada, concessionária, ou

permissionária ou autorizada, bem como pelo particular individualmente, nas seguintes hipóteses:

**I** - para o uso de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação, inclusive cabo de fibra ótica ou assemelhados, de rede de adução, emissão ou distribuição de água e esgoto, redes de drenagem, de gasoduto, oleoduto, poliduto e tubulações diversas, bases para antenas de comunicação, ferrovias e hidrovias, dentre outros tipos de uso;

**II** - visando ao acesso a empreendimentos comerciais, industriais e/ou outros instalados em terrenos adjacentes à faixa de domínio;

**III** - para a instalação de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico, tal como painéis simples (outdoor), engenhos de publicidade iluminados (backlight, frontlight), painéis eletrônicos, placas de indicação do sentido e distância, anúncios em equipamentos auxiliares, tais como cabinas telefônicas, abrigos de parada de ônibus, passarelas, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e outros, desde que não comprometa a segurança no trânsito;

**IV** - para a instalação de barracas, quiosques, reboques ou similares.

**§ 1º** Poderá ser concedida a exploração dos serviços previstos nos incisos III e IV mediante licitação, em trechos rodoviários delimitados, conforme a conveniência e viabilidade econômica, mediante permissão de exploração de publicidade ou comercial da rodovia.

**§ 2º** Poderão ser autorizadas construções dentro da faixa de domínio e da faixa "non aedificandi", nos termos desta Lei.

**Art. 8º** A autorização de uso da faixa de domínio poderá ser concedida pelo DER-ES, observando-se as disposições desta Lei, regulamentos, resoluções e outros atos normativos internos.

**Art. 9º** Será concedida, individualmente, autorização para acesso nos casos de construção de acesso pela rodovia estadual, a estabelecimentos comerciais, industriais e/ou outros instalados em terrenos adjacentes à faixa de domínio, atendidos os requisitos exigidos por Lei e regulamentos, nas hipóteses dos incisos II e IV do art. 7º.

**§ 1º** A autorização referida no caput deste artigo será concedida mediante apresentação do requerimento do interessado ao DER-ES, acompanhado do projeto

de engenharia do acesso e/ou construção e pagamento das taxas devidas.

**§ 2º** A autorização será em caráter precário e sem ônus para o interessado, podendo ser revogada, se não se verificarem mais os pressupostos em relação aos quais foi conferida, ou por necessidade de obras e/ou intervenções na faixa de domínio, a qualquer tempo, sem ônus para a Administração, sendo da inteira responsabilidade do titular a eventual remoção e/ou reconstrução.

**§ 3º** Consideram-se adjacentes os imóveis lindeiros às rodovias, sem a existência entre ambos de qualquer acidente natural ou artificial, como rios, lagos, vias férreas, ruas marginais e assemelhados.

**Art. 10.** A construção de passarelas, de pórticos e/ou outros dispositivos de intrusão visual pelos municípios nas rodovias estaduais deverá ser previamente autorizada pelo DER-ES, atendendo às especificações técnicas e padronização do setor competente.

**Art. 11.** É proibida a utilização da faixa de domínio para o plantio de árvores ou quaisquer outros tipos de vegetação, que coloquem em risco a segurança do trânsito rodoviário, bem como o patrimônio público.

**Art. 12.** A remoção e/ou utilização de recursos naturais (solo, vegetação e/ou água) da faixa de domínio dependerá de autorização prévia do DER-ES, segundo regulamento, critérios técnicos e ambientais específicos para cada caso, sendo vedadas atividades que coloquem em risco a integridade e a segurança da via.

**Art. 13.** É terminantemente proibida a utilização da faixa de domínio para depósito, armazenamento e/ou bota-fora de resíduos de qualquer espécie.

**Art. 14.** As autorizações para o uso da faixa de domínio previstas ou não na presente Lei poderão ser negadas pelo DER-ES, desde que conflitantes, imprcedentes e/ou lesivas à segurança rodoviária, ao meio ambiente, ao patrimônio público ou ao interesse coletivo.

**Art. 15.** Serão responsáveis pela manutenção da faixa de domínio: o DER-ES será responsável pela limpeza, roçagem e preservação do meio ambiente nas áreas não usadas pelos empreendimentos rodoviários;

**II** - dos equipamentos e dos dispositivos visuais: será de total responsabilidade de seus proprietários a conservação dos equipamentos e dos dispositivos visuais instalados na faixa de domínio, ou terrenos lindeiros, inclusive a limpeza, roçagem e



Vitória (ES), Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2017.

preservação do meio ambiente no entorno, bem como as despesas ou indenizações decorrentes de prejuízos causados a terceiros, provocados pelos mesmos;

**III** - dos acessos: o titular da autorização de acesso fica obrigado a manter ou fazer manter em bom estado de conservação o acesso, a sinalização implantada por força do acesso autorizado, a execução de dispositivo de drenagem de modo a não comprometer o funcionamento da rodovia.

**Art. 16.** O DER-ES poderá expedir regulamento a respeito do uso da faixa de domínio, observadas as premissas desta Lei.

**Art. 17.** A fiscalização das normas e do uso das áreas que compõem a faixa de domínio será exercida pelo DER-ES, com apoio da Polícia Militar e da Polícia Civil, que exercerão, conjuntamente ou isoladamente, o poder de polícia.

### CAPÍTULO III DAS TAXAS

**Art. 18.** Ficam instituídas a Taxa de Análise de Projeto - TAPDER, devida pela atividade de análise dos projetos dos interessados, e a Taxa de Vistoria - TVDER, relativa à vistoria de campo para subsidiar a análise de referidos projetos; quando for necessário, para o controle do uso da faixa de domínio, sob responsabilidade do DER-ES, que deverão ser pagas pelo interessado, sob pena de indeferimento do pedido.

**Art. 19.** Fica instituída a Taxa de Fiscalização do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER, devida pelo exercício irregular do poder de polícia do DER-ES, relativo à fiscalização e ao controle do uso da faixa de domínio sob responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas hipóteses dos incisos I e III do art. 7º.

**§ 1º** São isentos da TFDER:

**I** - placas de indicação de sentido e distância, como o nome, de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços ou produtores rurais às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia, desde que no padrão rodoviário do DNIT e do CONTRAN, e limitadas a 2,4 m<sup>2</sup>; e

**II** - casos previstos em legislação específica, bem como os serviços prestados diretamente pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

**§ 2º** Contribuinte da TFDER é a pessoa física ou jurídica que venha usar a faixa de domínio sob responsabilidade do DER-ES.

**Art. 20.** A receita proveniente

da arrecadação das TAPDER, TVDER e TFDER constituem receitas próprias da Autarquia vinculada à aplicação exclusiva na sistemática de fiscalização e ao controle do uso da faixa de domínio, bem como o custeio e a estruturação administrativa e de pessoal vinculados às atividades da autarquia, além de obras, projetos e serviços de conservação, melhoria e recuperação do sistema viário, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário.

**Art. 21.** As Taxas serão recolhidas mediante guia de recolhimento a ser disponibilizada ao contribuinte.

**Art. 22.** As Taxas serão exigidas na forma e no prazo estabelecido em regulamento, observado o disposto na presente Lei.

**§ 1º** O fato gerador da TFDER ocorre:

**I** - no início do uso para novos empreendimentos, após a aprovação do DER-ES, com início da atividade de fiscalização;

**II** - anualmente, no dia 1º de janeiro, relativamente aos exercícios posteriores após o início do uso;

**III** - no pagamento para empreendimentos implantados poder ocorrer do dia 1º de janeiro até o último dia útil do mês de março do ano corrente a que se refere.

**§ 2º** O pagamento da TFDER será anual e proporcional aos dias de atividade de fiscalização sobre o uso para empreendimentos novos.

**§ 3º** Na hipótese de novos empreendimentos, o contribuinte deverá efetuar o seu pagamento até o último dia do mês subsequente à data de sua notificação pessoal ou à data de juntada ao processo administrativo de lançamento do aviso de recebimento, na hipótese de notificação por meio postal.

**§ 4º** Os pagamentos das TAPDER e TVDER serão devidos no momento do requerimento de autorização para uso da faixa de domínio.

**§ 5º** O Lançamento Tributário da TFDER será de ofício, por iniciativa do DER-ES, ou por meio de autolancamento, em procedimento de iniciativa do contribuinte para a constituição do crédito tributário.

**§ 6º** A falta de pagamento da TFDER, ou seu pagamento a menor ou intempestivo, acarretará, na forma do regulamento, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da taxa anual, e será atualizado pela variação do Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE, cumulada com juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada do dia imediatamente posterior ao vencimento da dívida até o

dia do efetivo pagamento ou, em havendo auto de infração, da data em que não couber mais recurso administrativo.

**§ 7º** Sujeita-se à multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar documento relativo a recolhimento com autenticação falsa ou mediante qualquer tipo de fraude.

**Art. 23.** O valor pecuniário a ser pago pelas taxas devidas ao DER-ES será calculado de acordo com o estabelecido no Anexo Único, tendo por base de cálculo os valores em VRTE, reajustando-se, anualmente, pela variação do VRTE.

**Parágrafo único.** No caso de interesse de compartilhamento da instalação já existente na faixa de domínio, o interessado deverá encaminhar a solicitação ao setor competente do DER-ES, com o projeto de instalação aprovado e com o "de acordo" da permissionária, sendo sua remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento), proporcionais à extensão compartilhada.

**Art. 24.** Fica isento de quaisquer das taxas previstas nesta Lei o uso regular por populações indígenas e quilombolas.

### CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 25.** Constitui infração administrativa a inobservância das disposições desta Lei e atos normativos regulamentares do DER-ES, resultando no uso irregular da faixa de domínio, não autorizada pelo DER-ES, bem como em eventos e/ou intervenções que coloquem em risco a integridade física dos componentes da faixa de domínio e a segurança do tráfego na rodovia, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas, as quais consistem em:

**I** - multa;

**II** - remoção e/ou apreensão;

**III** - embargo da obra;

**IV** - interdição de acesso a estabelecimentos comerciais e empresariais.

**Art. 26.** O uso da faixa de domínio sem autorização prévia do DER-ES sujeitará o infrator à penalidade de multa, conforme hipóteses e valores a seguir definidos:

**I** - em área de até 75m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados), a multa será fixada no valor referente a 4 (quatro) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**II** - em área superior a 75m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados) e inferior a 150m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), a multa será fixada no valor

referente a 5 (cinco) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**III** - em área superior a 150m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), a multa será fixada no valor referente a 6 (seis) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**IV** - no caso das utilizações longitudinais e transversais na faixa de domínio, a multa será fixada no valor referente a 2,400 (dois mil e quatrocentos) VRTEs por quilômetro (km) de utilização irregular;

**V** - no caso da utilização da faixa de domínio por lixões, projetos de reflorestamento com fins particulares, retirada de material e/ou qualquer depredação ou dano na faixa de domínio e no pavimento, nos termos do disposto nos arts. 11, 12 e 13, a multa será fixada conforme incisos I a III, acrescidas de 100% (cem por cento) do valor;

**VI** - no caso da utilização da faixa de domínio por pastagem, com a presença de animais, a multa será fixada no valor referente a 200 (duzentos) VRTEs por unidade (animal) identificada;

**VII** - no caso de deslocamento ou construção de cerca, em desacordo ao disposto nos arts. 3º e 5º, a multa será fixada no valor referente a 1.500 (mil e quinhentos) VRTEs por quilômetro (km) de cerca irregular;

**VIII** - no caso de colocação de instalação de dispositivo visual (anúncios) sem autorização do DER-ES, a multa será fixada no valor referente a 300 (trezentos) VRTEs por metro quadrado de anúncio irregular;

**§ 1º** Além das multas definidas acima, responderá o infrator por eventuais danos causados ao patrimônio público, nos termos do art. 30 desta Lei.

**§ 2º** Poderá ser estabelecido um prazo de até 30 (trinta) dias para a remoção, a demolição e a restauração do estado anterior, de forma espontânea.

**Art. 27.** A remoção ou apreensão consiste na retirada, do local em que se encontram, de animais, bens ou mercadorias, em situação conflitante com as disposições constantes desta Lei ou de sua regulamentação, após restituição aos seus proprietários, após o pagamento de multas, taxas, despesas com remoção e estada e outros encargos devidos, na forma do preconizado nos arts. 269, inciso X, 271 e 328 do Código de Trânsito Brasileiro, das multas de trânsito, e responderá o infrator por

**Parágrafo único.** Poderá ser estabelecido um prazo de até 10 (dez) dias para a retirada da interdição, de forma espontânea.

**Art. 28.** A interdição de acesso a estabelecimentos comerciais



e empresariais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

**I** - em caráter permanente, quando, sem autorização, estiverem instalados na faixa de domínio;

**II** - até a regularização da situação, em prazo de até 30 (trinta) dias, quando sem autorização, estiver a estrutura instalada em terreno adjacente à faixa de domínio, porém, com interferência direta na rodovia;

**III** - em prazo de até 30 (trinta) dias, em alterações irregulares do projeto aprovado para o acesso à rodovia, com a consequente violação das normas do DER-ES.

**Parágrafo único.** No caso dos incisos II e III, quando as exigências feitas não forem atendidas, a interdição passará a ser permanente, implicando a consequente revogação de qualquer autorização de acesso.

**Art. 29.** As obras, realizadas na faixa de domínio ou na faixa não edificante, em inobservância aos critérios legalmente permitidos e definidos em atos normativos regulamentares do DER-ES, serão embargadas em caráter permanente, até a devida regularização da construção.

**Parágrafo único.** Poderá ser estabelecido um prazo de até 30 (trinta) dias para a demolição da construção irregular, de forma espontânea, com a consequente aplicação das normas do DER-ES.

**Art. 30.** O DER-ES poderá promover a demolição e a restauração do estado anterior, se o infrator não o fizer no prazo que lhe for concedido, cobrando do infrator, além das multas, as quantias despendidas acrescidas de 20% (vinte por cento).

**§ 1º** O pagamento das despesas pelo infrator não se constituirá em causa impeditiva da interdição ou do embargo.

**§ 2º** O DER-ES, por meio da sua Procuradoria Jurídica, caso seja necessário, poderá propor medida judicial para implementar as medidas indicadas no caput do presente artigo.

## CAPÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

**Art. 31.** Constatada a infração, será lavrado o auto de infração pela autoridade competente, com a devida instauração do processo de aplicação de penalidade, observado o rito sumário de julgamento.

**§ 1º** Além da descrição pormenorizada da infração, consignará a providência cautelar ou mitigadora de remoção ou apreensão, embargo e interdição, bem como prazo para atendimento, na forma desta Lei.

**§ 2º** Caso necessário, por DER/Procuradoria Jurídica, poderá ser promovida a interdição ou o embargo.

ES, por meio da sua Procuradoria Jurídica, proporá medida judicial para efetivação das sanções acima indicadas, visando resguardar o interesse coletivo.

**Art. 32.** Os autos de infração obedecerão a modelos oficiais aprovados pela autoridade estadual competente, devendo conter:

**I** - nome ou razão social e endereço do infrator;

**II** - local da sua lavratura, hora, dia, mês e ano;

**III** - descrição da ocorrência que constitui a infração e a indicação do dispositivo legal infringido;

**IV** - assinatura e identificação de quem lavrou o auto;

**V** - medida cautelar ou mitigadora adotada;

**VI** - ciente do autuado ou o motivo para a recusa em receber o auto, se houver;

**VII** - informação de que, cumpridas as exigências (medidas cautelares), se for o caso, não haverá a imposição da penalidade;

**VIII** - valor provisório da multa estimada;

**IX** - prazo para o cumprimento das medidas cautelares;

**X** - outros dados e/ou informações considerados necessários.

**§ 1º** As omissões ou incorreções existentes no auto de infração não geram a sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a identificação da infração e do infrator.

**§ 2º** A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade da notificação e do auto de infração, desde que devidamente certificado e que a respectiva notificação ou auto foi lavrado na sua presença ou de prepostos no local de infração.

**§ 3º** Os autos de infração poderão ser lavrados também por meio digital, sendo encaminhadas por carta com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém do domicílio para fins de certificação, considerando a data do recebimento para a contagem dos prazos nesta Lei.

**§ 4º** Deverá ser disponibilizado no documento o endereço para entrega da defesa.

**§ 5º** Considera-se a data da postagem da defesa para o cumprimento dos prazos desta Lei.

**Art. 33.** O infrator terá o prazo que lhe for fixado para o cumprimento das exigências feitas ou, dentro de 30 (trinta) dias, apresentar defesa em face dos autos de infração, instruída com as provas

que possuir, dirigindo-as ao setor responsável pela faixa de domínio do DER-ES.

**§ 1º** Após o cumprimento das exigências, o infrator comunicará o fato, com as provas que tiver, para o encerramento do processo, sem imposição de penalidade.

**§ 2º** Descumpridas as exigências no prazo estabelecido, deverá o autuante, se for o caso, interditar o acesso do estabelecimento ou embargar a obra.

**§ 3º** Em casos excepcionais, a critério do setor competente do DER-ES, poderá ser prorrogado o prazo de que trata o § 2º, de modo a possibilitar a integral satisfação das exigências feitas.

**§ 4º** Mesmo após a apresentação da defesa, mas antes do julgamento do processo, o infrator poderá fazer juntada aos autos de novos documentos ou requerer a produção de novas provas.

**§ 5º** Decorrido o prazo legal sem a apresentação da defesa, o infrator será considerado revel, o que implicará aceitação e confissão dos fatos e o imediato julgamento do auto de infração por meio do setor responsável pela faixa de domínio do DER-ES.

**Art. 34.** As interdições ou embargos de obras só serão suspensos após o cumprimento das exigências reportadas no auto de infração, e em caso de defesa ou recurso, serão mantidos até o julgamento do auto.

**Art. 35.** Nas infrações à presente Lei, pode ser caracterizado como destinatário do auto de infração o imóvel, enquanto propriedade, quando se desconhecer o real proprietário ou possuidor, a qualquer título.

**Art. 36.** Julgado procedente o auto, será aplicada a pena de multa correspondente à infração.

**Art. 37.** A cada nova infração de igual natureza, dentro do período de 12 (doze) meses, a multa será acrescida em 100% (cem por cento) do seu valor.

**Parágrafo único.** Para fins deste artigo, consideram-se infrações de igual natureza as descritas no art. 26, praticadas pela mesma pessoa física ou jurídica depois da condenação definitiva pela infração anterior.

**Art. 38.** As multas e outros valores não pagos no prazo legal serão atualizados nos termos do art. 22, § 6º, desta Lei.

**Art. 39.** A aplicação e o pagamento da multa não desobrigam o infrator do cumprimento da norma cuja violação resultou a penalidade.

**Art. 40.** As defesas dos autos de infração serão julgadas pelo setor responsável pela faixa de domínio do DER-ES.

responsável pela faixa de domínio do DER-ES, fundamentada no que consta no auto de infração e na defesa, nas provas produzidas, devendo a decisão ser proferida com clareza e simplicidade, concluindo pela procedência ou improcedência do auto de infração.

**Art. 41.** O infrator será informado da decisão proferida:

**I** - sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão, devidamente contrarrecibada;

**II** - por carta, acompanhada de cópia da decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

**III** - por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, se desconhecido ou incerto o domicílio do infrator.

**§ 1º** Serão informados em tal decisão a forma e o prazo de apresentação do recurso.

**§ 2º** No caso de ser por carta, conforme inciso II, considera-se a data do recebimento para a contagem dos prazos desta Lei.

**§ 3º** Deverá ser disponibilizado no documento o endereço para entrega do recurso.

**§ 4º** Considera-se a data da postagem do recurso para o cumprimento dos prazos desta Lei.

**Art. 42.** O infrator terá prazo de 30 (trinta) dias para cumprir as determinações constantes da decisão proferida.

**Art. 43.** Da decisão proferida caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo da penalidade e multa, ressalvada a eficácia das medidas de remoção ou apreensão, embargo e interdição desta Lei, que se mantêm válidas.

**§ 1º** O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão.

**§ 2º** Os recursos serão julgados por Comissão ou Junta a ser instituída pela Administração.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS E

### FINAIS

**Art. 44.** As multas, taxas e outras obrigações financeiras, inclusive os valores que excederem as quantias depositadas, não pagas no prazo estabelecido, implicarão o reconhecimento de débito da pessoa física ou jurídica, com a consequente inscrição em dívida ativa pelo DER-ES, nos termos da legislação vigente, devendo a autarquia adotar as providências judiciais cabíveis junto com sua Procuradoria Jurídica, para o ressarcimento de tais valores.

**Art. 45.** A multa ou taxa não paga no prazo estabelecido, implicará o reconhecimento de débito da pessoa física ou jurídica, com a consequente inscrição em dívida ativa pelo DER-ES, nos termos da legislação vigente, devendo a autarquia adotar as providências judiciais cabíveis junto com sua Procuradoria Jurídica, para o ressarcimento de tais valores.



Vitória (ES), Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2017.

**Art. 45.** Na contagem dos prazos desta Lei, exclui-se o primeiro dia, incluindo-se o do vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos serão contados em dias corridos, prorrogando-se para o primeiro dia útil os que vencerem em sábado, domingo, feriados e pontos facultativos.

**Art. 46.** Todas as utilizações previstas nesta Lei e demais legislações são a título precário, podendo ser revogadas a qualquer momento, devendo ser removidas, mediante notificação prévia, no prazo de 120 (cento e vinte) dias ou outro estabelecido por legislação específica, às expensas do usuário, independente de prévia indenização, observado ainda o disposto no art. 30.

**Art. 47.** Os atuais usuários da faixa de domínio, inclusive os que já tiverem concluído os procedimentos administrativos junto ao DER-ES, os titulares de serviços ou obras objeto de autorização, em funcionamento ou não, têm o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, para requererem a autorização, a renovação ou a reativação de suas autorizações, nos moldes e condições previstas.

**Parágrafo único.** O uso de mais de 5 (cinco) anos da faixa de domínio para moradia unifamiliar de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), bem como de interesse histórico e religioso, poderão permanecer nos respectivos locais, desde que não representem perigo à segurança do trânsito rodoviário, à preservação do meio ambiente e ao patrimônio público.

**Art. 48.** Ficam ratificados os regulamentos, resoluções e demais atos normativos internos do DER-ES anteriores a esta Lei, a respeito da faixa de domínio, no que não contrarie a presente legislação.

**Art. 49.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG**

Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO**

**Taxa de Análise de Projeto - TAPDER**

**Art. 45.** Ficam ratificados os Projetos pontuais, de acessos a propriedades, de loteamentos, empreendimentos comerciais e de publicidade de uso transversal; 180 VRTEs.

**Art. 46.** Projetos de uso longitudinal de qualquer natureza; 250 VRTEs.

**Art. 47.** Projetos de uso longitudinal de qualquer natureza; 250 VRTEs.

## Taxa de Vistoria - TVDER

**I - Até 50 km: ..... 100 VRTEs**

**II - De 50 a 100 km: ..... 150 VRTEs**

**III - De 101 a 200 km: ..... 300 VRTEs**

**IV - De 201 a 300 km: ..... 450 VRTEs**

**V - De 301 a 400 km: ..... 600 VRTEs**

**VI - De 401 a 500 km: ..... 750 VRTEs**

**VII - Acima de 500 km: ..... 900 VRTEs**

## Taxa de Fiscalização do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER

**I - Uso da faixa longitudinal ou transversal no valor de 2.000 VRTEs por quilômetro linear.**

**II - Anúncios: 250 VRTEs por m<sup>2</sup> e painel eletrônico: 500 VRTEs por m<sup>2</sup>.**

**Protocolo 365278**

## LEI Nº 10.783

Dispõe sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no âmbito do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, deverá observar o disposto nesta Lei.

**Art. 2º** O SAMU se dará mediante orientações e emprego de recursos materiais e humanos necessários para proporcionar atendimento às vítimas acometidas por situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, com a maior brevidade possível.

**Art. 3º** Fica autorizada a celebração de convênio com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Vitória para a execução do SAMU, com previsão de repasse de recursos financeiros previamente definidos pela SESA, observados os normativos do Sistema Único de Saúde - SUS sobre o tema.

**Art. 4º** A área geográfica a ser abrangida pelo SAMU deverá ser especificada no instrumento de convênio, que ora se autoriza, sem prejuízo de eventual expansão, que deverá ser previamente autorizada pelo Secretário de Estado da Saúde, observadas as normas pertinentes.

**Art. 5º** A prestação de contas a ser apresentada periodicamente pela entidade deverá ser feita na forma desta Lei, observados os prazos e normas estipulados no instrumento convenial.

**§ 1º** A prestação de contas deverá conter elementos que permitam, à SESA, avaliar o andamento do convênio e se as metas pactuadas estão sendo alcançadas, conforme os resultados esperados.

**§ 2º** Fica admitida a glosa de valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

**§ 3º** A análise da prestação de contas terá o enfoque do resultado esperado e o efetivamente alcançado, considerando a verdade real.

**§ 4º** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, e a sua conformidade com o cumprimento das normas pertinentes.

**Art. 6º** A SESA, independentemente da obrigatoriedade da apresentação da prestação de contas pela entidade, promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do convênio, realizando, sempre que possível, por si ou por terceiro, pesquisa de satisfação dos usuários do serviço.

**Parágrafo único.** Os resultados da avaliação de que trata este artigo serão utilizados, caso disponíveis, como subsídio na avaliação do convênio celebrado e do cumprimento das metas pactuadas, que terão enfoque na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, no tempo de resposta e nos resultados alcançados.

**Art. 7º** Para a realização de despesas, a entidade deverá apresentar à SESA as normas de contratação e de aquisição que serão adotadas, no gasto de recursos públicos que lhe serão transferidos.

**Art. 8º** O disposto nesta Lei não afasta o dever da autoridade competente de observar as formalidades legais para a celebração do convênio que ora se autoriza.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG**

Governador do Estado

**Protocolo 365279**

## LEI COMPLEMENTAR Nº 874

Institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual e altera a estruturação dos quadros de pessoal.

Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** As atividades e funções dos servidores do Poder Executivo Estadual poderão ser executadas fora dos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, a distância, sob o regime de teletrabalho, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei Complementar, considera-se o teletrabalho como a atividade ou conjunto de atividades funcionais realizadas remotamente, fora das dependências físicas do órgão ou entidade da Administração Pública, direta e indireta, de maneira permanente ou periódica, com a utilização de recursos de tecnologia da informação.

**Parágrafo único.** Não se enquadram no regime de teletrabalho as atividades e funções que, em razão da natureza do cargo ou das atribuições da unidade de lotação, são desempenhadas externamente às dependências do órgão ou entidade da Administração Pública, direta e indireta.

**Art. 3º** São objetivos do teletrabalho:

**I** - aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho desempenhado pelos servidores;

**II** - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

**III** - promover mecanismos de constante aumento da motivação e do nível de comprometimento dos servidores, em vista dos objetivos e missões da Administração Pública, direta e indireta;

**IV** - otimizar tempo e reduzir custos de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

**V** - contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta;

**VI** - ampliar as possibilidades de trabalho, aos servidores, com dificuldades de deslocamento;

**VII** - melhorar a qualidade de vida dos servidores;

**VIII** - estimular o desenvolvimento dos servidores, em vista dos objetivos e missões da Administração Pública, direta e indireta.



**DECRETO Nº 1349-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **JUSSARA CADETE MIRANDA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor I, Ref. QC-01, da Secretaria de Estado de Direitos humanos.

**Protocolo 424633****DECRETO Nº 1350-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **GEOVANI DO NASCIMENTO BRUM**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Protocolo 424634****DECRETO Nº 1351-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ADRIANA FRASSON DE MESQUITA FERNANDES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gerência, Ref. QC-02, da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Protocolo 424635****DECRETO Nº 1352-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **FERNANDO GUILHERME VIAL DA CUSTODIA**, para exercer o

cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Protocolo 424636****DECRETO Nº 1353-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANDREIA CRISTINA MORAES FREIRE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

**Protocolo 424637****DECRETO Nº 1354-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **GEREMIAS JOSÉ DE LIMA WYATT**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Motorista de Gabinete IV, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado do Governo.

**Protocolo 424638****DECRETO Nº 1355-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o Art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANTÔNIO GUEDES CYPRESTE JUNIOR** para exercer o cargo de provimento em comissão de Gestor Local do Sistema de Emprego, Ref. QCE-05, desta Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Protocolo 424648****DECRETO Nº 1356-S, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

Abre à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 para o fim que especifica.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, incisos I e III da Lei Nº 10.782, de 18 de dezembro de 2017, e o que consta do Processo Nº 83261770;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017 na fonte 0101 - Recursos Ordinários.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

**MÁRCIO BASTOS MEDEIROS**

Secretário de Estado de Economia e

Planejamento - respondendo

**BRUNO FUNCHAL**

Secretário de Estado da Fazenda

**PAULO ROBERTO FERREIRA**

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento,

Aquicultura e Pesca

| CRÉDITO SUPLEMENTAR |   | ANEXO I  |      | SUPLEMENTAÇÃO |           |
|---------------------|---|----------|------|---------------|-----------|
| CÓDIGO              | ESPECIFICAÇÃO   | NATUREZA | F    | VALOR         | R\$1,00   |
| 31.000              | SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA |          |      |               |           |
| 31.202              | INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL    |          |      |               |           |
| 20.122.0800.2070    | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE  | 3.3.90   | 0101 | 1.000.000     |           |
|                     | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                          | 4.4.00   | 0301 | 1.000.000     |           |
|                     | Equipamentos e Material Permanente                                      |          |      |               |           |
| TOTAL               |   |          |      |               | 2.000.000 |

| CRÉDITO SUPLEMENTAR |  | ANEXO II |      | ANULAÇÃO  |           |
|---------------------|--|----------|------|-----------|-----------|
| CÓDIGO              | ESPECIFICAÇÃO  | NATUREZA | F    | VALOR     | R\$1,00   |
| 80.000              | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO  |          |      |           |           |
| 80.102              | ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA         |          |      |           |           |
| 28.342.0900.0900    | AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS SOBRE O FINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA | 3.2.90   | 0101 | 1.000.000 |           |
| TOTAL               |  |          |      |           | 1.000.000 |

**Protocolo 424649****DECRETO Nº 4303-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

*Regulamenta os procedimentos aplicáveis à municipalização de trajetos de Rodovias Estaduais em centros urbanos, nos termos da Lei nº 10.782, de 14/02/2017.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no exercício das atribuições previstas no art. 91, inciso III, da Constituição Estadual, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.782, de 14/12/2017, e com as informações constantes do Processo nº 81528558,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidos os procedimentos necessários à municipalização de trajetos de rodovias estaduais, em centros urbanos, nos termos previstos no § 1º do art. 6º da Lei nº 10.782, de 14/12/2017, que dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se:

**I. Municipalização de Trajetos de Rodovias Estaduais:** procedimento pelo qual se efetua a transferência, para a jurisdição do município, de um trecho rodoviário ou conjunto de trechos rodoviários e acessos, compreendendo a estrutura física da rodovia e sua operação, que estão sob a jurisdição estadual;

**II. Sistema Rodoviário Estadual - SRE:** o conjunto de rodovias sob jurisdição do Governo do Estado, e compreende tanto a infraestrutura física quanto a operacional, conforme definido no PNV - Plano Nacional de Viação, nos termos da Lei nº 5.917, de 10/09/1973, que estabeleceu a obrigatoriedade dos Estados Federativos de elaborarem seus respectivos SRE, e pela Lei nº 12.379, de 06/01/2011, que criou o Sistema Nacional de Viação do Brasil, que é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e mercadorias, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação;

**III. Rodovias Estaduais:** são

estradas de rodagem, pavimentadas ou não pavimentadas, sob jurisdição do Governo Estadual, constantes do Sistema Rodoviário Estadual. Conceitualmente, essas rodovias devem satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições: conectar a Capital do Estado às sedes de municípios; conectar entre si as sedes municipais; conectar duas ou mais rodovias federais e/ou estaduais; propiciar a ligação de interesse inter-regional, aos principais portos marítimos; permitir conexão de caráter nacional e internacional; conectar rodovias federais e/ou estaduais com outros modais de transportes; propiciar uma única conexão das sedes municipais ao Sistema Rodoviário Estadual; propiciar a ligação entre dois pontos ou mais, definidos por uma diretriz planejada; outras condicionantes de interesse público.

**Art. 3º** Os municípios interessados em absorver segmentos rodoviários estaduais, comprometidos urbanisticamente e que se encontrem dentro do perímetro urbano municipal definido em lei, deverão formular requerimento ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER-ES, acompanhado dos seguintes documentos:

**I.** pedido de absorção de trecho rodoviário estadual, acompanhado da Lei Municipal autorizativa para a absorção;

**II.** documentação que permita a identificação e localização precisa do segmento rodoviário a ser transferido, com mapa indicando o seu início e término, por meio de coordenadas geográficas dos principais pontos de referência e extensão total;

**III.** mapa do perímetro urbano atualizado, com suas respectivas leis municipais;

**IV.** comprovação de que o trecho rodoviário estadual está inserido no perímetro urbano municipal e de que apresenta ao menos 2 (dois) dos seguintes itens:

- a) calçadas;
- b) iluminação pública;
- c) no mínimo, 4 (quatro) acessos com distância máxima de 150 (cento e cinquenta) metros entre eles;
- d) drenagem de águas pluviais;
- e) sinalização urbana;
- f) no mínimo, 10 (dez) construções lindeiras à rodovia em um espaço



Vitória (ES), Quinta-feira, 06 de Setembro de 2018.

de 1 (um) quilômetro.

**Art. 4º** O requerimento será processado no âmbito do DER-ES, observadas as seguintes fases:

**I.** análise da documentação que acompanha o requerimento pela Gerência de Operações Rodoviárias, para verificação do cumprimento do disposto neste Decreto;

**II.** elaboração de Laudo de Vistoria, quanto às condições do trecho a ser cedido e Cadastro dos elementos constituintes do respectivo trecho, pela Gerência de Manutenção

Rodoviária, em conjunto com as Superintendências Regionais;

**III.** elaboração de Relatório Circunstanciado, pela Gerência de Operações Rodoviárias, informando a faixa de domínio da rodovia a ser cedida e averiguação das autorizações e ações judiciais envolvendo a faixa de domínio no segmento pretendido;

**IV.** análise conclusiva da Diretoria de Operações, subsidiada pelas informações dos autos do respectivo processo, pelo deferimento ou não

do pedido, podendo ser parcial;

**V.** autorização do Conselho de Administração do DER-ES.

**Art. 5º** A transferência do trecho rodoviário será realizada por meio de Decreto.

**Parágrafo único.** Após a publicação do Decreto de Municipalização no Diário Oficial do Estado, deverá ser formalizado o Termo de Entrega e Recebimento entre o DER-ES e o Município, promovendo-se a imediata exclusão do segmento rodoviário do SRE.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

Protocolo 424498

## DECRETO Nº 4304-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.

Introduz alteração no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições previstas no art. 91, III, da Constituição Estadual, e com as informações constantes no processo nº 83069623,

### DECRETA:

**Art. 1º** O Anexo V-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Estadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Espírito Santo - RICMS/ES - aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, fica alterado na forma do Anexo Único que integra este Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

## ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 4304-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.

### "ANEXO V-A

(a que se refere o art. 194, § 13 do RICMS/ES)

### PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS DOS PRODUTOS DO GRUPO II, DO ANEXO V

| Subgrupo I-E: Refrigerantes embalagens pet até 400 ml |            |           |               |           |
|---|------------|-----------|---------------|-----------|
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Refrigerante Guaraná Antártica pet 200 ml             | 2202       | 03.011.00 | 7891991014908 | 1,24      |
| Refrigerante Pepsi Cola pet 200 ml                    | 2202       | 03.011.00 | 7892840800567 | 1,24      |
| Refrigerante Soda Limonada pet 200 ml                 | 2202       | 03.011.00 | 7891991014984 | 1,18      |
| Refrigerante Sukita pet 200 ml                        | 2202       | 03.011.00 | 7891149108282 | 1,18      |
| Subgrupo II-A: Cervejas lata 250 a 310 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 269 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301970 | 1,78      |
| Cerveja Antártica lata 269 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991010061 | 2,12      |
| Cerveja Antártica Subzero lata 269 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991010900 | 2,04      |
| Cerveja Skol Hops lata 269 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891149108015 | 2,04      |
| Subgrupo II-B: Cervejas lata 320 a 350 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 350 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301925 | 2,09      |
| Cerveja Serrana lata 350 ml                           | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991008518 | 1,79      |
| Cerveja Skol Hops lata 350 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891149108305 | 2,88      |
| Subgrupo II-C: Cervejas lata 473 a 550 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 473 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301987 | 3,09      |





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)

## INVENTÁRIO FOTOGRÁFICO DAS VIAS URBANAS NA ES-181 DISTRITO DO CAFÉ, ALEGRE/ES.

### ➤ Coordenadas Geográficas - Início das intervenções Urbanas:

- 20.86996 - 41.57148 - Início da Rua Laurindo Tiradentes x Alegre

### ➤ Coordenadas Geográficas – Fim das Intervenções Urbanas:

- 20.86107 - 41.56107 - Avenida Arlindo Vieira Ramos (Vila Vieira) x Alegre



• **Início das intervenções Urbanas – Entroncamento Praça Dr. Godofredo Costa Menezes x Rua Laurindo Tiradentes, sentido Alegre**



• **Observem que existe um desnível na Rua Laurindo Tiradentes e apenas 01 Captação Pluvial**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Caminhões Baú e outros com Cargas Altas (de Lenha por exemplo), estão danificando a estrutura das residências laterais em razão do desnível da Rua Laurindo Tiradentes - Café**



**Observem as Paredes do andar Superior da Residência como tem sido afetada pelos veículos em razão da irregularidade do pavimento**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:24  
-20.86923, -41.57091  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Subida para a Comunidade Bom Destino – Observem a inexistência de Calçadas para os Pedestres que vem da Vila Vieira – Necessário a retirada das árvores e corte no barranco para construção de muro de arrimo, abrindo espaço para construir uma Calçada cidadã**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:26  
-20.86883, -41.57056  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a inexistência de Drenagem Pluvial em todo trecho da Rua Laurindo Tiradentes – ES-181 – Distrito do Café (falta de Calçada para os Pedestres) – local do Muro de Arrimo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Necessidade de Construir Escada d'água para drenar as águas pluviais que descem da Estrada Bom Destino, jogando na rede mestra da drenagem da Rua Laurindo Tiradentes**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-187 – URBANO – DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022-10:28  
20.86657-41.57053  
Rua: R. Lauro de Tiradentes, Café - ES

**Existe Espaço para a Construção de Calçadas Cidadãs em grande parte do percurso a sofrer as intervenções**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-187 – URBANO – DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022-10:59  
20.86657-41.57053  
Rua: R. Lauro de Tiradentes, Café - ES

**Próximo ao Posto Café – Observem que desde a Praça do Distrito só existe 01 ponto de Captação de águas pluviais (que foi entupido com cimento pelo morador em razão de passar por baixo de sua residência)**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:59  
20-86732 - 41-57004  
R. Laurindo Tiradentes - Café - ES

**Curva após o Posto Café existe problema no Pavimento (buraco com acúmulo de água)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
DESASSOREAMENTO DE BUEIRO DE MANILHAS  
19.05.2021 10:38  
20-86732 - 41-56967  
R. Laurindo Tiradentes, 85 - Café, Alegre - ES, 29515-000

**Observem a Necessidade de Substituição desse Bueiro de manilhas por uma Galeria de Alvenaria – A Chegada do Distrito do Café (ES-181) já sofreu 03 alagamentos em razão dessa estrutura ultrapassada**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:59  
-20.86725, -41.56969  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a falta de espaço marginal para Pedestres (Proprietário ocupa o pouco espaço com madeira e existem árvores de Jambo plantadas pelo Município que precisam ser cortadas para dar lugar às calçadas)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.86725, -41.56939  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a existência de espaço para construir as Calçadas após a retirada das árvores de Jambo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.8669 - 41.56879  
Rua B - Aurindo Filadelfos - Café - ES

**Local próximo ao Galpão da APROVIC e entroncamento da Estrada Vicinal de acesso à Comunidade Boa Sorte e ao Distrito de Celina (necessário fazer um abrigo de Ônibus)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.86642 - 41.56787  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Início da Avenida Arlindo Vieira Ramos (Vila Vieira) – Ponto em que as enxurradas descem até o final da avenida danificando o Pavimento (não existem bueiros de captação e rede de drenagem pluvial)**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAPE  
09-02-2022 11:01  
20-86623 - 41-56707  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Cape - ES

**Vila Vieira – Observem a fragmentação e fragilidade do Pavimento construído há mais de 20 (vinte) anos pelo Município e a falta de visibilidade para os condutores na Curva em razão das árvores – falta de Espaço para os Pedestres tem causado acidentes nesse trecho – A Comunidade pede URGENTE INTERVENÇÃO DO DER!**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAPE  
09-02-2022 11:01  
20-86623 - 41-56707  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Cape - ES

**Pavimento todo fragmentado e sujeito a consecutivas intervenções pelo DER caso não seja substituído por piso intertravado do tipo PAVI**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.86679 -41.56582  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**O LOCAL TEM SOFRIDO DIVERSAS OPERAÇÕES TAPA-BURACOS, QUE RESOLVE POR POUCO TEMPO**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.867 -41.56407  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Observem as Crateras que se formam com as Enxurradas, situação que coloca em risco a segurança de condutores, passageiros, pedestres e moradores**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

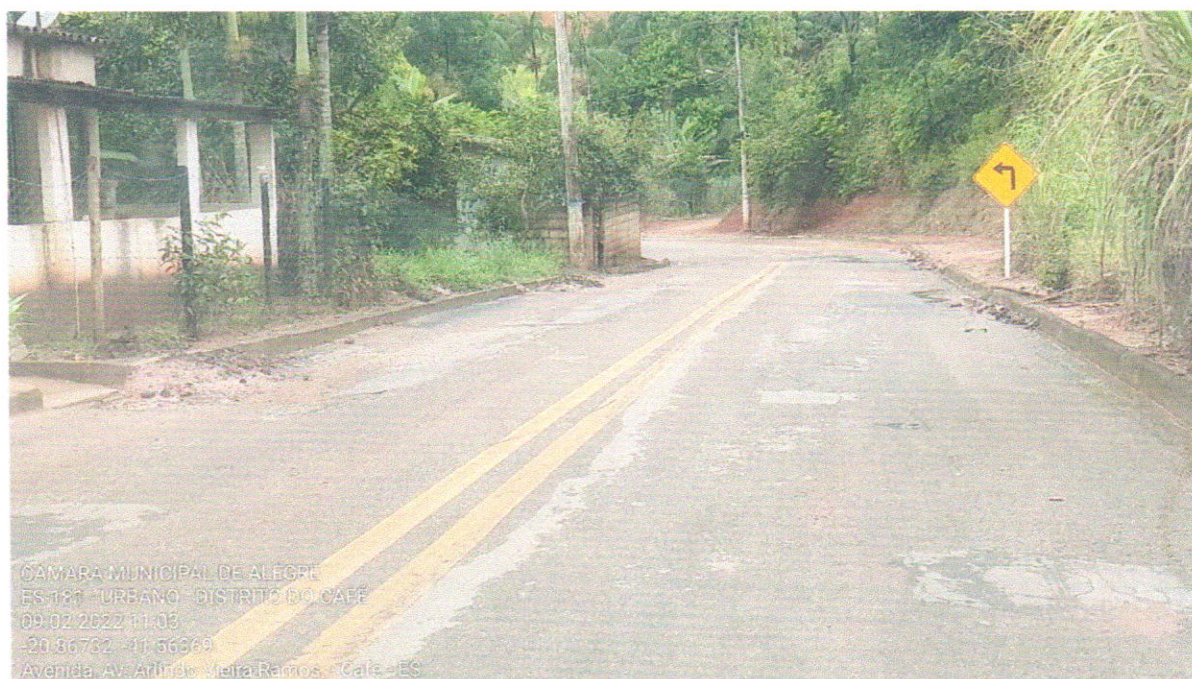
CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.867- 41.56409  
Avenida Av. Afonso Vieira Ramos - Café - ES

**A cada dia mais buracos no trecho da Vila Vieira ES-181 - Distrito do Café**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:03  
-20.86732 -41.56399  
Avenida Av. Afonso Vieira Ramos - Café - ES

**Problemas no Pavimento frágil, fino e fragmentado vão se acumulando. No local não foi realizado trabalho de tratamento da base e sub-base na época. Apenas colocado uma grossa camada de saibro e compactado para imprimação, que foi coberta por uma fina camada de massa asfáltica usinada a quente.**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
20.86764 - 41.56349  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Erosão causada pelo antigo Bueiro que fez interditar uma residência – Necessário trabalho de estabilização e construção de escadas d'água para descer a rede pluvial neste local**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
20.86764 - 41.56349  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Observa-se que a instabilidade do local continua progredindo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
-20.86764 -41.56348  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Panorâmica do enorme buraco formado pela erosão às margens da ES-181 – Vila Vieira – Café**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:24  
-20.86718 -41.56385  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Local destinado à Urbanização do bairro – implantação de abrigo de ônibus com espaço para recuo da parada do ônibus + aparelhos de Academia Popular + Campo de Areia Futevôlei + espaço para abrigar um Trailer de Lanches**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Essa curva precisa ser um pouco aberta, pois já houve 02 (dois) acidentes – Carretas com excesso de largura não passam uma pela outra sem invadir a contramão**



**Barranco instável sujeito a queda de barreiras (vejam nas próximas fotos)**



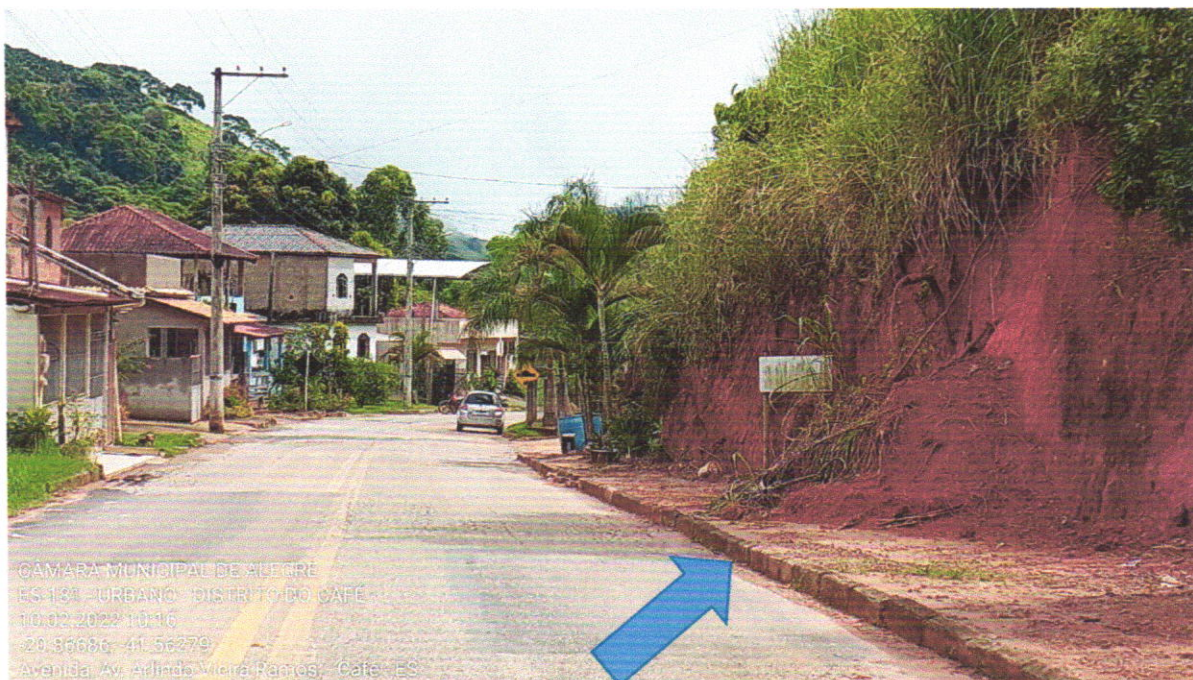


# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

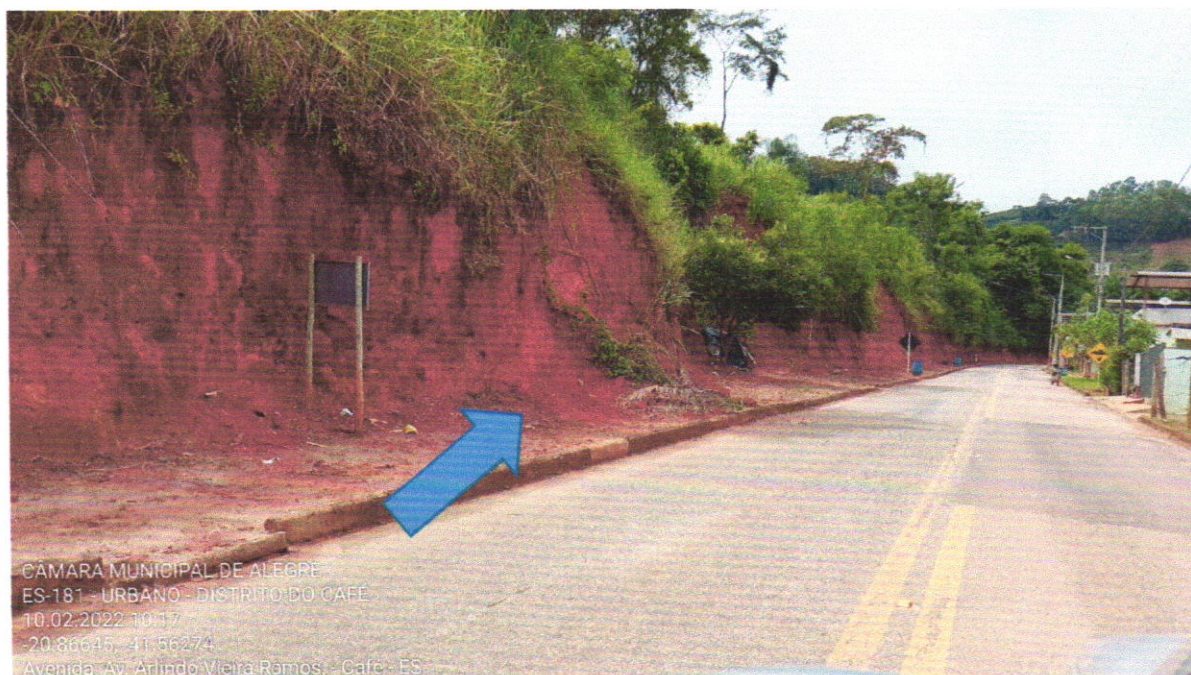
CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:16  
+20.866645 - 41.56279  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Barranco instável às margens da Rodovia**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:17  
+20.866645 - 41.56279  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Barreiras estão caindo continuamente no trecho**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 16:17  
-20.86625, -41.56261  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Acesso para a Comunidade da Roseira – Necessário ampliar / abrir o acesso que está estreito e perigoso – Local necessita de um espaço para recuo do transporte público e a construção de 01 abrigo de Passageiros (proprietário do terreno já está de acordo sem precisar indenizar)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:06  
-20.86726, -41.56281  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Vista do Condutor no Perigoso Acesso para Roseira e diversas outras Comunidades Rurais**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09/02/2022 11:36  
20.86605 - 41.56275  
Avenida Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Vista do condutor da entrada para Roseira – A sinalização viária está irregular**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09/02/2022 11:06  
20.86614 - 41.56272  
Avenida Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Defeito no Pavimento provocado pela falta de Drenagem Pluvial em todo o trecho**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:06  
-20.86599, -41.56272  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Local que necessita de Calçadas até o fim do perímetro urbano, pois estão sendo construídas muitas residências e realizada a comercialização de lotes**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:06  
-20.86553, -41.56251  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Residência recém-construída e diversos lotes estão demarcados**



**Ponto Final da Revitalização pelo DER – A Calçada deverá vir até esse ponto + Iluminação Pública**





# *Câmara Municipal de Alegre*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ : 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



***Expectativas de que sejam contempladas faixas elevadas no trecho e aperfeiçoada a sinalização de trânsito horizontal e Vertical***





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ : 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Fragmentação e formação de crateras no Pavimento**





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de Fevereiro de 2022

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Nirrô Emerick**

*Para que confeccione e encaminhe para essa casa de leis no mais breve possível, norma que trate de regulamentar no âmbito Municipal a Poluição Sonora oriunda dos Escapamentos Adulterados de Motocicletas, visando, ademais, a proibição da contratação pelas empresas estabelecidas neste Município, de serviços de entregas e afins, do tipo moto-service, por usuários/proprietários de motocicletas com esses escapamentos adulterados, ao tempo que oficie ao Comando do 3º BPM e 1ª CIA, que possa estar realizando Operações Cavalo de Aço de descarga aberta, a fim de enfrentar o problema com medidas coercitivas efetivas, dando uma resposta satisfatória à nossa Sociedade que tanto tem sofrido com esse problema.*

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES.**

**URGENTE**

Com o importante advento da Lei Municipal nº 3.678/2021, gostaria de **SOLICITAR** de V. Excia., as seguintes ações importantes:

- Para que o senhor **Prefeito Municipal realize agenda presencial conjunta aos Secretários de Estado da SEG, SECTIDES e SEFAZ**, visando capitanear Incentivos Fiscais junto ao Governo do Estado, tornando ainda mais atrativo nosso Município para novos Empreendimentos geradores de emprego e renda;
- Para que Vossa Excelência **constitua legalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico**, formado por representantes que desenvolvam atribuições especiais, dentre as quais, sejam capazes de realizar visitação e lobby institucional junto às Empresas e Indústrias com potencial de trazer para nosso Município seus Empreendimentos.
- ➔ Importante registrar que Alegre atualmente está hanckeado na **23ª colocação** entre os 78 Municípios do Estado com maior número de empresas, possuindo atualmente **2.852 empresas cadastradas** (ficando atrás de Municípios geograficamente menores e com matriz produtiva menor, como por exemplo, Piúma, Anchieta, Marataízes, Castelo, Guaçuí, etc.), haja vista que com nossas empresas aqui instaladas, geramos **3.614 Postos de Trabalho Formais** (CAGED/ES), ainda, considerando que a **Prefeitura Municipal representa 26,1% desse Poder Empregador**.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

49. Ord  
02/03/22

Alegre/ES, 07 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**URGENTE**

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES.**

- Solicitar para que inclua ao Plano de Contingência Contra Deslizamentos e Movimento de Massa do Município, um Plano Operacional para Prevenção de Enchentes, contemplando ao mesmo, as seguintes ações importantes:
- Limpeza marginal rotineira (roçada), reabertura e desassoreamento dos Rios da sede e dos Distritos, sendo essencial, a criação por Lei (onde for possível), da Faixa de Domínio de 05 (cinco) metros para garantia da manutenção dos Rios;
  - Construção de Barragens em Alvenaria visando o controle do volume de água em locais estratégicos onde existem essas condições, inclusive servindo como garantia do uso da água para segurança hídrica dos Distritos em tempos de seca;
  - Confecção de Projetos Especiais e Captação de Recursos junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, visando a Implantação da Melhoria dos Sistemas de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas no Município, contemplando os Bairros e distritos onde não possui sistemas de drenagens pluviais ou que os sistemas existentes estejam deficitários para garantir a eficiência contra enchentes. **Ex. 01:** Nova Alegre e Vila Alta com a Rua do Norte e Rua Olívio Corrêa Pedrosa; **Ex. 02:** Cobrinha com a Rua Benedito T. Leão; **Ex. 03:** Clério Moulin com a Pedro Martins e Charqueada; **Ex. 04:** Espanhóis com a Guararema; **Ex. 05:** Querosene e Antônio Lemos Júnior com a Vila do Sul e Vila Viana; **Ex. 06:** Rua Dr. Wanderley que em toda sua extensão recebe águas pluviais desde o Colégio Aristeu Aguiar e das ruas adjacentes laterais; **incluir os Distritos.**

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor

"O PODER UNIDO É MAIS FORTE."





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

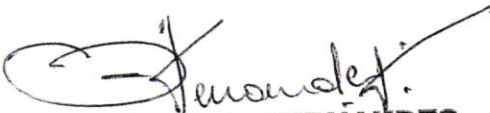
Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Diretor de Planejamento e Gestão**

Solicitar que incluam e priorizem no Planejamento de Execução de serviços de **REVSOL do Município**, estradas rurais que contemplem além de Comunidades importantes como **Roseira, Sobreira, Santa Angélica e Assentamentos**, aquelas rotas que dão acesso a **Empreendimentos Estratégicos e destinos com Potencial para abertura de Rotas de Agroturismo, bem como Estradas de Ligação entre distritos e ligando a Municípios vizinhos**, a exemplo:

- Fazenda Esperança x Feliz Lembrança;
- Alegre x Jerusalém x Cachoeira do Roncador;
- Alegre x Rota dos Túneis x Celina;
- Café (Alegre) x Guaçuí (até divisa de Município na Serra Santa Catarina);
- Café (Alegre) x Mimoso do Sul (até divisa no Estivado);
- Alegre x Muqui – Local conhecido como Serra da Roseira (ES-387);
- Café x Celina (via Boa Sorte e Vargem Alegre).

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO:** Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Prefeito Municipal, Diretor de Planejamento e Gestão

**URGENTE**

Solicitar para que a **Gestão Municipal** esteja consertando, adequando e disponibilizando **02 (dois) Tratores 4 x 4** que se encontram parados na **Secretaria de Desenvolvimento Rural**, a fim de serem adaptados de implementos como Lâminas Dianteira e Traseira, batedeira de cereais, arado, grade, carreta, a fim de atender o **Programa de horas máquina aos Produtores Rurais** por aquela Secretaria, regulamentando sua utilização através de Lei Específica que incentive a produção formal no Município.

Que o programa esteja estimulando os Produtores Rurais a retirarem a nota de produtos agrícolas em seu talão de produtor, a fim de fazer jus de forma gratuita uma quota de horas máquinas para atender as necessidades de sua propriedade, tais como carreadores, terreiros, transporte de mercadorias e beneficiamento.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO:** Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Prefeito Municipal e ao Diretor de Planejamento e Gestão

**URGENTE**

Solicitar para que a Administração Municipal esteja contratando com certa urgência, mão de obra especializada em drenagem pluvial e Calçamento, visando imediata utilização dos blocos sextavados e paralelepípedos remanescentes da revitalização feita pelo DER e que estão à disposição para atender ruas e loteamentos no Distrito do Café que ainda não contam com pavimento.

A medida de urgência se justifica em razão de sua imediata utilização no interesse público para que os mesmos não sejam extraviados para outros fins.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO: Ao Senhor Prefeito Municipal:

- Solicitar a Pactuação do Município com a EDP- ESCELSA, visando aderir ao Programa “Eficiência Solidária”, programa da fornecedora de energia elétrica que prevê a troca/substituição das Lâmpadas Convencionais por lâmpadas de LED e inclusão das famílias de baixa renda em programa de Tarifa Social, o que economiza em alguns casos, até 65% (sessenta e cinco por cento) de desconto na conta de luz de cidadãos de baixa renda inscritos no Cadastro Único e que atendam aos requisitos legais do programa.

Obs: Programar o “Dia D” de regularização do CadÚnico e de atendimento das famílias no programa da EDP na Praça Seis de Janeiro.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
ASS. \_\_\_\_\_





**EFICIÊNCIA  
SOLIDÁRIA**



## TARIFA SOCIAL

DESCONTO POR CONSUMO/CONTA DE ENERGIA

até 30 kWh/mês: **65%**

de 31 kWh a 100 kWh/mês: **40%**

de 101 kWh a 220 kWh/mês: **10%**

A partir de 221 kWh/mês: **0%**

fonte: ANEEL



## **TARIFA SOCIAL**

- renda familiar mensal menor ou igual a meio salário mínimo por integrante
- famílias com renda de até 3 salários mínimos com integrante com doença ou deficiência e que use aparelho que consome energia

Fonte: ANEEL







## Comentários



jordana helenasiqueiragoncal



Curtido por [\\_soares\\_bruna](#) e outras 10 pessoas  
[jordana helenasiqueiragoncal](#) @eficienciasolidaria eu  
já fiz minha troca! Simples e fácil

Há 18 horas • Ver tradução



Adicione um comentário...

Publicar





§ 1º A busca prevista no caput deve ser realizada nos seguintes prazos:

I - até 30 de junho de 2022, para a concessionária com até 120.000 (cento e vinte mil) unidades consumidoras e para as permissionárias; e

II - até 31 de dezembro de 2022, para as demais distribuidoras

§ 3º A distribuidora deve realizar a campanha prevista no § 2º em sua página na internet, nas redes sociais, por meio de mensagens eletrônicas e outros meios de comunicação





12:48



eficienciasolidaria



EFICIÊNCIA  
SOLIDÁRIA

36

Publicaç...

48

Seguidor...

3

Seguindo

**Eficiência Solidária**

Produto/serviço

💎 Substituímos lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, de clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

✈️ Atualmente em SP e ES.

[Ver tradução](#)

[www.eficienciasolidaria.com.br/](http://www.eficienciasolidaria.com.br/)



Seguido(a) por **jordanahelenasiqueiragoncal**

Seguin...



Mensag...

Ligar



Sugestões para você

[Ver tudo](#)



**rotinadomaternar**

Tudo sobre Maternidade

Seguir



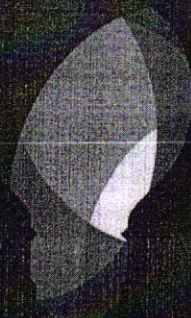
**hf\_imports\_011**

HF Imports

Seguir







# EFICIÊNCIA SOLIDÁRIA

**E- ANEEL**

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**PEE - Programa de  
Eficiência Energética**

## EFICIÊNCIA SOLIDÁRIA

O Eficiência Solidária objetiva a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, entre os clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

**58**

idades atendidas

O Eficiência Solidária objetiva a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, entre os clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

**124.423**

clientes beneficiados





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

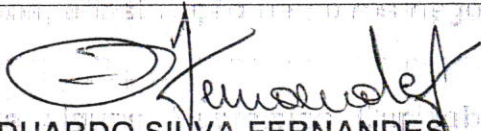
### DESCRIÇÃO: AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL


Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022

Solicitar a adequação e modernização do Plano Diretor Municipal, visando implementar medidas de Retomada Econômica e de Desburocratização de ações que travam o desenvolvimento econômico do Município, simplificando os Procedimentos administrativos, para impulsionar a abertura de novos empreendimentos, a instalação de novos negócios e ampliação dos já existentes.

Registra-se que alguns Municípios Capixabas já permitem que atividades econômicas consideradas de baixo risco, em certos tipos de negócios, sejam abertos sem a necessidade de licenças e alvarás, o que contribui para a melhoria do ambiente de negócios que, somadas à Política Municipal de incentivos fiscais, tende atrair novos empreendimentos e a abertura de pequenos negócios, melhorando a ocupação dos desempregados e informais, além do aumento da renda dos cidadãos.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
ACS. 





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### JUSTIFICATIVAS

Em períodos de crise econômica e financeira nos Municípios e em tempos de recursos mais escassos, a forma de administrar o bem público é colocada em discussão, principalmente no tocante ao modelo e à concepção de criação das políticas e ações públicas. Reduzir a burocracia significa aumentar a competitividade do Município trazendo mais empreendimentos, mais empregos e mais renda para os cidadãos. A desburocratização é o caminho para simplificar o acesso a serviços públicos e tornar o ambiente de negócios mais eficiente. E, por estar mais próxima dos cidadãos, a esfera política mais capacitada para implementar ações desse tipo é a Municipal.

A iniciativa tem o objetivo de “cortar o que não funciona e ampliar o que funciona bem”, viabilizando o resgate da confiabilidade dos empresários com eliminação de formalidades e imposições desarrazoadas, procurando colocar em prática as propostas para a desburocratização, simplificação e garantia de livre iniciativa, objetivando minimizar a intervenção do Estado na atividade econômica. Com mais competitividade, o Município se torna atrativo para se investir.

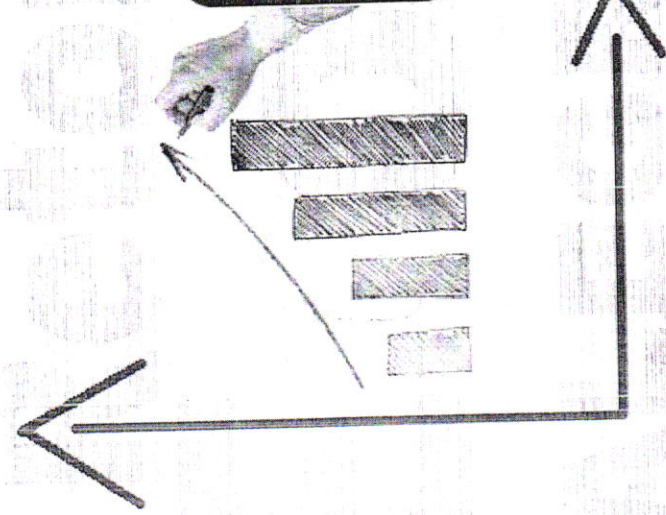
A simplificação e a modernização administrativa devem ter como objetivo acelerar o desenvolvimento das empresas, melhorar a vida das pessoas, proteger melhor o Estado e reduzir o retrabalho existente na Administração Pública.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor



# Retomada da Economia



→ ALLEGRE/ES 2022





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES 7 de Fevereiro de 2021.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

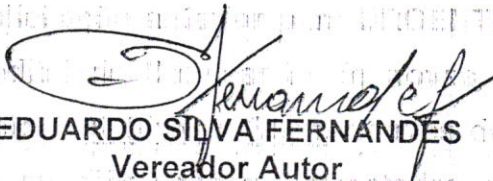
Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal:**


➤ REITERAR Solicitação anterior para URGENTEMENTE providenciar abertura de edital de Concessão de novas linhas de Transporte Público Municipal Distritos x Sede, através de Vans de transporte, considerando as dificuldades enfrentadas pelos Municípes nas suas mais diversas atividades que demandam o transporte público. A medida se justifica em razão da inoperância da empresa que detém o monopólio do transporte no Município, a qual já manifestou impossibilidade de atender a demanda dos Distritos nos horários preteridos pelos usuários dos serviços.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS

EM 10 / 02 / 2021

ASS. 





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ nº 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)

Alegre/ES, 21 de outubro de 2021.

**OF. Nº. 036/ 2021 – VESF – CMA/ES**

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, venho solicitar a Vossa Senhoria, que restabeleça o antigo horário da Viação Real no distrito do Café, neste Município de Alegre/ES, conforme listado abaixo:

- Café x Alegre – 07hs;
- Alegre x Café – 12hs;
- Café x Alegre – 13hs;
- Alegre x Café – 17:30 hs.

Na certeza de Vosso pronto atendimento à presente demanda, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador - AVANTE

Ilustríssimo Senhor  
**LUIZ PAULO DE FIGUEIREDO**  
Diretor de Planejamento – CETURB/ES  
Alegre/ES.





**Prefeitura Municipal de Alegre**  
Estado do Espírito Santo  
Secretaria Executiva de Administração

ESF

**OFÍCIO Nº 141/2021/SEAD/PMA**

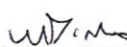
Alegre, 03 de setembro de 2021.

**Assunto:** Resposta aos ofícios nº 0369/2021 – GAB-CMA/ES e  
OF/Nº.140/2021/ESF/CMA/ES

Prezado,

Em razão da relevância e da urgência da Concessão de Transporte Público Coletivo, a Prefeitura Municipal de Alegre convida Vossa Senhoria para Audiência Pública a ser realizada no dia 09 de setembro de 2021, às 15:00h na sala de reuniões da Prefeitura.

Atenciosamente.

  
**WAGNER DE PINHO PIRES**  
Secretário Executivo de Administração

**FOT ADIADO!**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE**

Protocolo Nº 003674/2021 Hora: 14:47:07

Data: 03/09/2021

Respos. of. 369/21 gab e Of. 140/21 - renato

Ao presidente da Câmara Municipal de Alegre

**CARLOS RENATO VIANA**





# CETURBES

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

ESF ✓

1º de setembro de 2021.

CT.DPL.246/2021

Ilmo. Sr.  
Vereador Carlos Renato Viana  
Câmara Municipal de Alegre.

Prezado Vereador,

Em resposta ao OF. Nº. 0351/2021 – GAB – CMA/ES protocolado nesta empresa sob o nº89748964, estamos encaminhando cópia do ofício, anexo, que recebemos da empresa Viação Real Ita Ltda em resposta à CT.DPL.213/2021 onde a referida empresa presta as seguintes informações:

O ofício da Câmara Municipal de Alegre não relata quais são os horários que não estão atendendo a população uma vez que se encontram diversos horários que já atendem ao município de Alegre com partidas para os municípios de Apiacá/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Bom Jesus do Norte/ES via Café, Guaçuí/ES, Jerônimo Monteiro/ES e Muniz Freire/ES.


A empresa paralisou os serviços no período de 28/03/2021 a 04/04/2021 por força de Decreto Estadual pois o Espírito Santo se encontrava em risco extremo.

Estão sendo realizados levantamentos diários, horário por horário, para melhor atender aos usuários e identificar a matriz de risco da cidade com a finalidade de retorno aos horários dantes praticados.

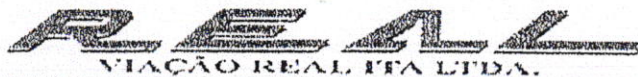
Certos de vossa compreensão, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
LUIZ PAULO DE FIGUEIREDO  
Diretor de Planejamento

  
CIENTE  
Em 11/9/2021  
Encaminhar ao vereador solicitante





Cachoeiro de Itapemirim – E.S, 30 de agosto de 2021.

**CETURB/ES – COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES  
COLETIVOS DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

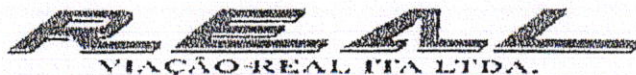
**CT.DPL.213/2021  
PROTOCOLO: 89748964**

Acusamos o recebimento do Ofício nº 0351/2021 – GAB – CMA/ES, da Câmara Municipal de Alegre/ES, para dizer a V. Sa. que o ofício não relata quais são os horários, que não estão atendo a população já em visto que estamos com diversos horários de atendimento ao município de Alegre, com partidas para os municípios de Apicacá/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Bom Jesus do Norte/ES via Café, Guaçu/ES, Jerônimo Monteiro/ES e Muniz Freire/ES.

Lembramos ainda que por força de Decreto Estadual, que colocou todo o Estado do Espírito Santo em risco extremo, culminou com a paralisação total de nossa empresa dos dias 28/03/2021 a 04/04/2021, e por consequência paralização de todas as linhas que atendemos nesse período.

Temos feito levantamentos diários, horário por horário, para melhor atender aos usuários e assim que identificamos a matriz de risco da cidade, prontamente retornamos com os horários que antes praticávamos dentro de um cenário razoável.





A razão de existir nossa empresa é o transporte de passageiros, gostaríamos que houvesse demanda o suficiente para voltarmos com todos os horários que antes praticávamos, mas infelizmente não é essa a realidade que ora nos encontramos.

Esperamos ter esclarecido a situação que ensejou o ofício em tela e colocamo-nos à disposição de V. Exa. para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos o ensejo para formular protesto de estima e consideração.

Atenciosamente

Atenciosamente

Saulo de Toledo Fraga  
Gerente Comercial



**diretoria@alegre.es.leg.br**

**De:** Secex - Ceturb-GV <secex@ceturb.es.gov.br>  
**Enviado em:** 01/09/2021 hh:mm: 12:49  
**Para:** cmalegre@alegre.es.leg.br; diretoria@alegre.es.leg.br  
**Assunto:** CT.DPL.246/2021 em resposta ao OF.Nº0351/2021 - GAB -CMA/ES A/C Vereador Carlos Renato Viana  
**Anexos:** CT.DPL.246-2021.PDF

Boa tarde!

Prezado Vereador,

Segue CT.DPL.246/2021 em resposta ao processo 89748964.

**Favor acusar o recebimento.**

Atenciosamente,

Janaceli dos Santos Barbosa  
SECEX - Ceturb/ES  
3232 4568 / 3232 4502

**CETURBES**

CIA. ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CETURB/ES





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

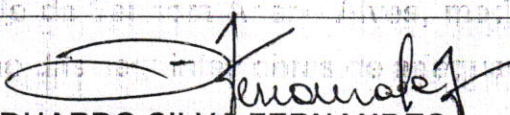
Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

### DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal de Alegre/ES

Para que seja pactuado junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, através do DER – Departamento de Edificações e Rodovias, a Municipalização do Trecho Urbano da Rodovia ES-181 - Café x Alegre, no Distrito do Café, neste Município, visando sua Revitalização pelo DER, que compreende o início da Rua Laurindo Tiradentes e Vila Vieira, até os limites da Propriedade da Senhora Arlene Alves, mediante celebração de acordo para realização das seguintes obras de adequação:

- Drenagem Pluvial do Trecho;
- Substituição de Manilhas por Galeria/Alvenaria no Córrego Bom Destino;
- Pavimentação com PAVI – Tijolinho - Substituir Piso atual da Rua Laurindo Tiradentes e Avenida Vieira;
- Construção de Calçada Cidadã – PAVI colorido-vermelho;
- Área com Academia Popular inox + Parque Infantil + Quadra de Areia);
- Construção de 06 (seis) Abrigos de Ônibus;
- Muro de Arrimo no acesso da decida da Estrada Comunidade Bom Destino;

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
[Assinatura]

Marília A. Dias de Souza Simões  
Diretora de Gestão do  
Gabinete do Prefeito  
Dec. Nº 12.035/2021





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### JUSTIFICATIVA

Sabemos que com a ascensão da Pavimentação da Rodovia Café x São José do Calçado, trecho de ligação de 20 km, o trecho urbano do Distrito do Café que compreende a Rua Laurindo Tiradentes, Vila Vieira até os limites do Curral da Propriedade da Senhora Arlene Alves (Português), necessita de urgentes intervenções pelo órgão de Edificações e Rodovias do Estado – DER/ES.

E considerando que existe o incentivo legal através do DEC. Estadual nº 4303-R e da Lei Estadual nº 10.782/2017, por parte do Governo do Estado que prevê a Municipalização de trechos urbanos de Rodovias Estaduais através de sua adequação e revitalização com obras estruturantes a serem realizadas pelo Estado, faz-se necessário a pactuação do Município com aquele órgão Estadual, visando contemplar a adequação do trecho com as melhorias anteriormente especificadas, quais sejam mais detalhadamente:

1. Remoção do Paralelepípedo irregular da Rua Laurindo Tiradentes e do Asfalto fragmentado da Avenida Vieira;

2. Instalação de Rede Pluvial com diversas bocas de captação em pontos estratégicos;

3. Substituição de rede de manilhas por galeria de alvenaria no Córrego Bom Destino, que corta a rodovia próximo ao Posto Café;

4. Tratamento da base e sub-base com material betuminoso saibro + brita granulada, compactação e sua imprimação;


5. Pavimentação com PAVI do tipo Tijolinho no Leito da Via Urbana + construção de diversas faixas elevadas para pedestres + quebra-molas;

6. Construção de Muro de Arrimo na Subida do Acesso à Comunidade Bom Destino;

7. Construção de Calçada Cidadã com Pavi tijolinho Colorido Vermelho às laterais da via até o limite da Propriedade da Senhora Arlene Alves (Português);

8. Extensão de rede de iluminação Pública até os limites da Via Urbana

atenciosamente,

  
**Eduardo Silva Fernandes**  
Vereador Autor





Departamento de Edificações  
e de Rodovias do Espírito

Santo

(1)


## Programa de Municipalização de Trechos Rodoviários Urbanos (PMRU)

**Definição:**

Transferir a titularidade de trechos rodoviários estaduais urbanos aos municípios, que passarão a ter autonomia para realizar a gestão da faixa de domínio e do patrimônio rodoviário, bem como gerir o trânsito de forma integrada com as demais vias do Município.

**REGULAMENTAÇÃO:**

- **LEI 10.782-2017** (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Lei%2010.782-2017.pdf>)

 DIÁRIO OFICIAL DECRETO. 4303-R 05/09/19 (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/DIO%20Dec.%204303-R%2005.09.19.pdf>)

Transferir a titularidade de fidejussões, hipotecas e afixações aos municípios que possuem a propriedade para realizar a gestão de fidejussões de domínios do patrimônio rodoviário, bem como para o trabalho de fomento integrado com as demais áreas da Prefeitura.

**DOCUMENTOS:**

**DOCUMENTOS:**

- OFÍCIO PREFEITURA X DER (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa-Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/01-%20Oficio%20Prefeitura%20x%20DER-1.docx>)

- PROJETO DE LEI MUNICIPAL - ALTERAÇÃO PERÍMETRO URBANO

(<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa->

Municipaliza% C3%A7% C3%A3o/Lei% 20de% 20Altera% C3%A7% C3%A3o% 20do% 20Perimetro% 20Urbano-  
1.doc)

- PROJETO DE LEI MUNICIPAL - ABSORÇÃO TRECHOS

(<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa->

Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Lei%20de%20Absor%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Trechos-1.doc)

- ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO (<https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Programa->

Municipaliza%C3%A7%C3%A3o/Roteiro%20para%20municipaliza%C3%A7%C3%A3o-1.docx)



## ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO

### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- Ofício do Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, aos prefeitos municipais comunicando o lançamento do **Programa de Municipalização de Segmentos Rodoviários Urbanos (PMRU)**.
- Ofício da Prefeitura Municipal interessada no trecho a ser municipalizado ao Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, cumprindo o que determina o decreto nº 4303-R de 05/09/2018.

### ROTEIRO PARA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO

- Projeto de Lei encaminhado à Câmara de Vereadores solicitando a absorção do trecho urbano a ser municipalizado.

### DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- Alteração de Lei do perímetro urbano caso haja necessidade de ampliação ou adequação do trecho rodoviário a ser municipalizado.
- Ofício do Diretor Presidente do Departamento de Edificações e de Rodovias do ES, aos prefeitos municipais comunicando o lançamento do Programa de Municipalização de Segmentos Rodoviários Urbanos (PMRU).
- Convênio entre DER-ES x Prefeitura, autorizando o Departamento de Edificações e de Rodovias do ES a fiscalização eletrônica do trânsito no perímetro urbano, manutenção e gerenciamento do equipamento medidor de velocidade fixo (Radar Fixo) já instalados de caráter permanente e de funcionamento automático. (caso necessário)
- Decreto do governador do estado da municipalização do trecho urbano rodoviário.
- Termo de Entrega e Recebimento entre o DER e o município.
- Alteração de Lei do perímetro urbano caso haja necessidade de ampliação ou adequação do trecho rodoviário a ser municipalizado.
- Convênio entre DER-ES x Prefeitura, autorizando o Departamento de Edificações e de Rodovias do ES a fiscalização eletrônica do trânsito no perímetro urbano, manutenção e gerenciamento do equipamento medidor de velocidade fixo (Radar Fixo) já instalados de caráter permanente e de funcionamento automático. (caso necessário)



## MODELO DE OFICIO AO DER/ES

Alegre/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

Senhor Diretor,

Vimos pelo presente solicitar nos termos do Decreto 4303-R, de 05 de setembro de 2018, que regulamenta os procedimentos aplicáveis a municipalização de trechos de rodovias estaduais em centros urbanos, que seja autorizada a municipalização de trecho estadual.

Neste contexto, o Decreto 4303-R determina, em seu artigo 3º, que o município que deseje absorver trechos rodoviários estaduais, deve formular o requerimento direcionado ao Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES, juntamente com os documentos solicitados no aludido Decreto.

Assim o município de Alegre, vem representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, apresentar a documentação exigida para a realização da transferência da titularidade da rodovia ES-181 do Governo do Estado para o Município, no segmento com início no ponto de coordenadas ..... e término no ponto de coordenadas ....., com extensão de ..... km, mediante a realização de

obras de reestruturação urbana em anexo. Encaminhamos anexos:

1 – O croqui que identifica o segmento rodoviário a ser municipalizado, através das coordenadas geográficas;

2 – Mapa do perímetro urbano atualizado, com as respectivas leis municipais;

3 – Fotos de comprovação que o trecho a ser municipalizado atende ao menos dois dos requisitos mencionados no Art. 3º, inciso IV, do Dec. 4303-R.

4 – Obras de reestruturação urbana necessárias ao trecho Solicitado;

Desta forma, cumprem-se os requisitos elencados, no Decreto Estadual 4303-R, razão pela qual, esperamos o pronto deferimento do pedido com a devida municipalização do trecho solicitado.

Atenciosamente,

2 – Mapa do perímetro urbano atualizado, com as respectivas leis municipais;

**Prefeito Municipal**



# MINUTA ALTERAÇÃO DO PERIMETRO URBANO

PROJETO DE LEI Nº de..... de .....de 2022.

Delimita o Perímetro Urbano do Distrito do Café,  
na cidade de Alegre/ES e dá outras providências

Art. 1º. Esta lei delimita a zona urbana e de expansão urbana do Distrito do Café, Município de Alegre/ES e de disciplinamento do uso do solo urbano em consonância com os princípios definidos do Plano Diretor Municipal, conforme o memorial descritivo: (se precisar alterar a zona urbana).

Art. 2º. A poligonal que delimita o perímetro urbano do Distrito do Café, está assim definida:

I – Inicia-se ....., com coordenadas .....

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Alegre/ES ..... de 2022.

do Café, está assim definida

I – Inicia-se ..... com coordenadas .....

**Prefeito Municipal**

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário

Alegre/ES ..... de 2022



MINUTA DE PROJETO DE LEI A SER ENCAMINHADA CAMARA DOS VEREADORES

PROJETO DE LEI Nº de.../.../2022.

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a absorver o trecho Rodoviário Estadual Urbano da ES-181 no Distrito do Café, neste Município, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES.**

PROJETO DE LEI Nº de.../.../2022

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a absorver o trecho Rodoviário Estadual da ES-181 no Distrito do Café, neste Município, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES, assumindo a respectiva, conservação e operação, no centro urbano do Distrito do Café, delimitados pelas coordenadas indicadas a seguir.

- a) Trecho ..... coordenadas.
- b) Trecho ..... coordenadas.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.º. Revogam –se as disposições em contrário.

Alegre/ES, .....de .....de 2022.

- a) Trecho ..... coordenadas.
- b) Trecho ..... coordenadas.

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.º. Revogam –se as disposições em contrário.



## JUSTIFICATIVA

Nobre Presidente,

Excelentíssimos Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares para exame, discussão e votação o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade autorizar o Executivo Municipal a absorver o trecho rodoviário estadual urbano da ES-181 no Distrito do Café, que é de responsabilidade do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES.

Sabe-se que com a edição da Lei 10.782, de 14 de fevereiro de 2017, a qual dispõe sobre o ordenamento de uso do solo nas faixas de domínios e lindeiras das rodovias estaduais do estado do Espírito Santo e regulamentado pelo Decreto nº 4303-R de 05 de setembro de 2018, o Município de Alegre/ES, terá mais autonomia no seu planejamento urbano.

Temos que o presente atende tal disposto do decreto, pois atendemos o artigo 3º inciso IV, que cita “comprovação de que o trecho rodoviário estadual está inserido no perímetro urbano municipal de que apresenta ao menos 2 (dois) dos seguintes itens:

a) Calçadas (**Falta adequação pelo DER**);

b) Iluminação pública; (**atende**)

c) No mínimo, 4(quatro) acessos com distância máxima de 150(cento e cinquenta) metro entre eles; (**atende**)

d) Drenagem de águas pluviais (**Falta adequação pelo DER**);

e) Sinalização urbana; (**atende**)

f) No mínimo, 10 (dez) construções lindeiras à rodovia em um espaço de 1(um) quilômetro. (**atende**)

Atendemos aos itens supracitado, ademais, vale justificar que o município apresenta capacidade técnica e operacional, para absorção das vias expostas no projeto de lei. Assim, é oportuno descrever os motivos que justificam a propositura, informamos o quão importante é a autonomia do município, no que tange a lei. Este



evento tem como objetivo construir maior independência ao município para gerir as vias estaduais em áreas urbanas.

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma proposta, renovando protestos de elevada estima e inegável apreço.

Atenciosamente,

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma proposta, renovando protestos de elevada estima e inegável apreço.

Atenciosamente,

É importante afirmar, que o município será decisivo nas ações de gerenciamento das vias e faixas de domínio, regularizando as construções lindeiras e que poderá aumentar a capacidade de arrecadação, tendo maior liberdade de decisões que antes não era de nossa responsabilidade e competência.

Atenciosamente,

**Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Diante de todo o exposto e em face da inegável relevância e do evidente interesse público que a matéria encerra, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei.

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei na forma proposta, renovando protestos de elevada estima e inegável apreço.

Atenciosamente,



assim o determinar.

**Art. 2º** O abono estabelecido no art. 1º será concedido, na forma desta Lei, aos inativos e pensionistas da Ales.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento do corrente exercício da Ales.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

Protocolo 365276

### LEI Nº 10.782

sobre o ordenamento do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado do Espírito Santo.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece o ordenamento do uso do solo das faixas de domínio de rodovias estaduais e em terrenos a elas adjacentes, de modo a resguardar a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e o patrimônio público.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS E DEFINIÇÕES

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, faixa de domínio é a base física sobre a qual assenta uma via, constituída pelas pistas rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

**Art. 3º** A largura da faixa de domínio terá padrão estabelecido por regulamento, resolução e instruções normativas internas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, conforme Lei Complementar Estadual nº 381, de 28 de fevereiro de 2007, ou outra que a substituir.

**§ 1º** A largura da faixa de domínio é definida de acordo com as características técnicas e classificação dos tipos de rodovias, mantendo largura constante e tendo as linhas limites paralelas ao eixo das pistas de rolamento.

**§ 2º** A faixa de domínio mínima abrange do eixo da rodovia até uma faixa de 05 (cinco) metros para cada lado, a partir do término do acostamento nos trechos planos ou

da crista de corte e pé dos aterros.

**§ 3º** A faixa de domínio poderá ser alargada nos locais de acesso, bifurcação e cruzamento de rodovias, assim como nos pontos de ônibus e postos de polícia rodoviária, de modo a se obter áreas adicionais que permitam a segurança adequada, de acordo com as normas e especificações técnicas do DER-ES.

**Art. 4º** É vedado ao Município, exceto se previamente autorizado pelo DER-ES, efetuar alterações nas características técnicas e operacionais das rodovias que compõem o Sistema Rodoviário Estadual, tais como: alargamento e duplicação de pistas, construção de trevos de acessos a vias urbanas e instalação de obstáculos tipo lombadas eletrônicas, ondulações e sonorizadores e/ou qualquer tipo de sinalização em desacordo com os procedimentos administrativos, normas e especificações do DER-ES.

**Art. 5º** As cercas marginais de segurança devem ser implantadas sobre a linha limite da faixa de domínio e com características tais que determinem os limites entre o domínio público e o privado, bem como eliminem toda a interferência marginal que possa comprometer a segurança, o tráfego na rodovia e o meio ambiente.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, cerca marginal de segurança é a linha de mourões e fios de arame existentes na divisa da faixa de domínio com as áreas lindeiras.

**Art. 6º** Os traçados das rodovias estaduais planejadas e implantadas do Sistema Rodoviário Estadual (SRE) evitarão a travessia nos centros povoados urbanos e, preferencialmente, serão planejados por meio de contornos rodoviários ou ramais de acessos.

**§ 1º** O DER-ES poderá suprimir os trajetos de rodovia em centros povoados urbanos atualmente existentes, na forma de regulamento a ser expedido, com a devida municipalização dos mesmos, passando a conservação e operação da via a ser de responsabilidade do Município.

**§ 2º** Em rodovia coincidente com avenida ou rua, ou que ingresse em perímetro urbano, não sendo mantidas as características de via expressa, deixam de subsistir os requisitos e razões de segurança e de higiene que justificavam qualquer limitação original.

### CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO PARA USO DA FAIXA DE DOMÍNIO E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

**Art. 7º** O DER-ES poderá autorizar o uso da faixa de domínio para empreendimentos, obras e serviços de empresa pública ou privada, concessionária, ou

permissionária ou autorizada, bem como pelo particular individualmente, nas seguintes hipóteses:

**I** - para o uso de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação, inclusive cabo de fibra ótica ou assemelhados, de rede de adução, emissão ou distribuição de água e esgoto, redes de drenagem, de gasoduto, oleoduto, poliduto e tubulações diversas, bases para antenas de comunicação, ferrovias e hidrovias, dentre outros tipos de uso;

**II** - visando ao acesso a empreendimentos comerciais, industriais e/ou outros instalados em terrenos adjacentes à faixa de domínio;

**III** - para a instalação de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico, tal como painéis simples (outdoor), engenhos de publicidade iluminados (backlight, frontlight), painéis eletrônicos, placas de indicação do sentido e distância, anúncios em equipamentos auxiliares, tais como cabinas telefônicas, abrigos de parada de ônibus, passarelas, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e outros, desde que não comprometa a segurança no trânsito;

**IV** - para a instalação de barracas, quiosques, reboques ou similares.

**§ 1º** Poderá ser concedida a exploração dos serviços previstos nos incisos III e IV mediante licitação, em trechos rodoviários delimitados, conforme a conveniência e viabilidade econômica, mediante permissão de exploração de publicidade ou comercial da rodovia.

**§ 2º** Poderão ser autorizadas construções dentro da faixa de domínio e da faixa "non aedificandi", nos termos desta Lei.

**Art. 8º** A autorização de uso da faixa de domínio poderá ser concedida pelo DER-ES, observando-se as disposições desta Lei, regulamentos, resoluções e outros atos normativos internos.

**Art. 9º** Será concedida, individualmente, autorização para acesso nos casos de construção de acesso pela rodovia estadual, a estabelecimentos comerciais, industriais e/ou outros instalados em terrenos adjacentes à faixa de domínio, atendidos os requisitos exigidos por Lei e regulamentos, nas hipóteses dos incisos II e IV do art. 7º.

**§ 1º** A autorização referida no caput deste artigo será concedida mediante apresentação do requerimento do interessado ao DER-ES, acompanhado do projeto

de engenharia do acesso e/ou construção e pagamento das taxas devidas.

**§ 2º** A autorização será em caráter precário e sem ônus para o interessado, podendo ser revogada, se não se verificarem mais os pressupostos em relação aos quais foi conferida, ou por necessidade de obras e/ou intervenções na faixa de domínio, a qualquer tempo, sem ônus para a Administração, sendo da inteira responsabilidade do titular a eventual remoção e/ou reconstrução.

**§ 3º** Consideram-se adjacentes os imóveis lindeiros às rodovias, sem a existência entre ambos de qualquer acidente natural ou artificial, como rios, lagos, vias férreas, ruas marginais e assemelhados.

**Art. 10.** A construção de passarelas, de pórticos e/ou outros dispositivos de intrusão visual pelos municípios nas rodovias estaduais deverá ser previamente autorizada pelo DER-ES, atendendo às especificações técnicas e padronização do setor competente.

**Art. 11.** É proibida a utilização da faixa de domínio para o plantio de árvores ou quaisquer outros tipos de vegetação, que coloquem em risco a segurança do trânsito rodoviário, bem como o patrimônio público.

**Art. 12.** A remoção e/ou utilização de recursos naturais (solo, vegetação e/ou água) da faixa de domínio dependerá de autorização prévia do DER-ES, segundo regulamento, critérios técnicos e ambientais específicos para cada caso, sendo vedadas atividades que coloquem em risco a integridade e a segurança da via.

**Art. 13.** É terminantemente proibida a utilização da faixa de domínio para depósito, armazenamento e/ou bota-fora de resíduos de qualquer espécie.

**Art. 14.** As autorizações para o uso da faixa de domínio previstas ou não na presente Lei poderão ser negadas pelo DER-ES, desde que conflitantes, impróprias e/ou lesivas à segurança rodoviária, ao meio ambiente, ao patrimônio público ou ao interesse coletivo.

**Art. 15.** Serão responsáveis pela manutenção da faixa de domínio: o DER-ES, se responsável pela limpeza, roçagem e preservação do meio ambiente nas áreas não usadas pelos empreendimentos rodoviários;

**II** - dos equipamentos e dos dispositivos visuais: será de total responsabilidade de seus proprietários a conservação dos equipamentos e dos dispositivos visuais instalados na faixa de domínio, ou terrenos lindeiros, inclusive a limpeza, roçagem e



Vitória (ES), Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2017.

preservação do meio ambiente no entorno, bem como as despesas ou indenizações decorrentes de prejuízos causados a terceiros, provocados pelos mesmos;

**III** - dos acessos: o titular da autorização de acesso fica obrigado a manter ou fazer manter em bom estado de conservação o acesso, a sinalização implantada por força do acesso autorizado, a execução de dispositivo de drenagem de modo a não comprometer o funcionamento da rodovia.

**Art. 16.** O DER-ES poderá expedir regulamento a respeito do uso da faixa de domínio, observadas as premissas desta Lei.

**Art. 17.** A fiscalização das normas e do uso das áreas que compõem a faixa de domínio será exercida pelo DER-ES, com apoio da Polícia Militar e da Polícia Civil, que exercerão, conjuntamente ou isoladamente, o poder de polícia.

### CAPÍTULO III DAS TAXAS

**Art. 18.** Ficam instituídas a Taxa de Análise de Projeto - TAPDER, devida pela atividade de análise dos projetos dos interessados, e a Taxa de Vistoria - TVDER, relativa à vistoria de campo para subsidiar a análise de referidos projetos; quando for necessário, para o controle do uso da faixa de domínio, sob responsabilidade do DER-ES, que deverão ser pagas pelo interessado, sob pena de indeferimento do pedido.

**Art. 19.** Fica instituída a Taxa de Fiscalização do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER, devida pelo exercício irregular do poder de polícia do DER-ES, relativo à fiscalização e ao controle do uso da faixa de domínio sob responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas hipóteses dos incisos I e III do art. 7º.

**§ 1º** São isentos da TFDER:

**I** - placas de indicação de sentido e distância, como o nome, de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços ou produtores rurais às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia, desde que no padrão rodoviário do DNIT e do CONTRAN, e limitadas a 2,4 m<sup>2</sup>; e

**II** - casos previstos em legislação específica, bem como os serviços prestados diretamente pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

**Art. 20.** A receita proveniente

da arrecadação das TAPDER, TVDER e TFDER constituem receitas próprias da Autarquia vinculada à aplicação exclusiva na sistemática de fiscalização e ao controle do uso da faixa de domínio, bem como o custeio e a estruturação administrativa e de pessoal vinculados às atividades da autarquia, além de obras, projetos e serviços de conservação, melhoria e recuperação do sistema viário, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário.

**Art. 21.** As Taxas serão recolhidas mediante guia de recolhimento a ser disponibilizada ao contribuinte.

**Art. 22.** As Taxas serão exigidas na forma e no prazo estabelecido em regulamento, observado o disposto na presente Lei.

**§ 1º** O fato gerador da TFDER ocorre:

**I** - no início do uso para novos empreendimentos, após a aprovação do DER-ES, com início da atividade de fiscalização;

**II** - anualmente, no dia 1º de janeiro, relativamente aos exercícios posteriores após o início do uso;

**III** - no pagamento para empreendimentos implantados poder ocorrer do dia 1º de janeiro até o último dia útil do mês de março do ano corrente a que se refere.

**§ 2º** O pagamento da TFDER será anual e proporcional aos dias de atividade de fiscalização sobre o uso para empreendimentos novos.

**§ 3º** Na hipótese de novos empreendimentos, o contribuinte deverá efetuar o seu pagamento até o último dia do mês subsequente à data de sua notificação pessoal ou à data de juntada ao processo administrativo de lançamento do aviso de recebimento, na hipótese de notificação por meio postal.

**§ 4º** Os pagamentos das TAPDER e TVDER serão devidos no momento do requerimento de autorização para uso da faixa de domínio.

**§ 5º** O Lançamento Tributário da TFDER será de ofício, por iniciativa do DER-ES, ou por meio de autolancamento, em procedimento de iniciativa do contribuinte para a constituição do crédito tributário.

**§ 6º** A falta de pagamento da TFDER, ou seu pagamento a menor ou intempestivo, acarretará, na forma do regulamento, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da taxa anual, e será atualizado pela variação do Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE, cumulada com juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada do dia imediatamente posterior ao vencimento da dívida até o

dia do efetivo pagamento ou, em havendo auto de infração, da data em que não couber mais recurso administrativo.

**§ 7º** Sujeita-se à multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar documento relativo a recolhimento com autenticação falsa ou mediante qualquer tipo de fraude.

**Art. 23.** O valor pecuniário a ser pago pelas taxas devidas ao DER-ES será calculado de acordo com o estabelecido no Anexo Único, tendo por base de cálculo os valores em VRTE, reajustando-se, anualmente, pela variação do VRTE.

**Parágrafo único.** No caso de interesse de compartilhamento da instalação já existente na faixa de domínio, o interessado deverá encaminhar a solicitação ao setor competente do DER-ES, com o projeto de instalação aprovado e com o "de acordo" da permissionária, sendo sua remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento), proporcionais à extensão compartilhada.

**Art. 24.** Fica isento de quaisquer das taxas previstas nesta Lei o uso regular por populações indígenas e quilombolas.

### CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 25.** Constitui infração administrativa a inobservância das disposições desta Lei e atos normativos regulamentares do DER-ES, resultando no uso irregular da faixa de domínio, não autorizada pelo DER-ES, bem como em eventos e/ou intervenções que coloquem em risco a integridade física dos componentes da faixa de domínio e a segurança do tráfego na rodovia, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas, as quais consistem em:

**I** - multa;

**II** - remoção e/ou apreensão;

**III** - embargo da obra;

**IV** - interdição de acesso a estabelecimentos comerciais e empresariais.

**Art. 26.** O uso da faixa de domínio sem autorização prévia do DER-ES sujeitará o infrator à penalidade de multa, conforme hipóteses e valores a seguir definidos:

**I** - em área de até 75m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados), a multa será fixada no valor referente a 4 (quatro) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**II** - em área superior a 75m<sup>2</sup> (setenta e cinco metros quadrados) e inferior a 150m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), a multa será fixada no valor

referente a 5 (cinco) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**III** - em área superior a 150m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), a multa será fixada no valor referente a 6 (seis) VRTEs por metro quadrado de uso irregular;

**IV** - no caso das utilizações longitudinais e transversais na faixa de domínio, a multa será fixada no valor referente a 2,400 (dois mil e quatrocentos) VRTEs por quilômetro (km) de utilização irregular;

**V** - no caso da utilização da faixa de domínio por lixões, projetos de reflorestamento com fins particulares, retirada de material e/ou qualquer depredação ou dano na faixa de domínio e no pavimento, nos termos do disposto nos arts. 11, 12 e 13, a multa será fixada conforme incisos I a III, acrescidas de 100% (cem por cento) do valor;

**VI** - no caso da utilização da faixa de domínio por pastagem, com a presença de animais, a multa será fixada no valor referente a 200 (duzentos) VRTEs por unidade (animal) identificada;

**VII** - no caso de deslocamento ou construção de cerca, em desacordo ao disposto nos arts. 3º e 5º, a multa será fixada no valor referente a 1.500 (mil e quinhentos) VRTEs por quilômetro (km) de cerca irregular;

**VIII** - no caso de colocação de instalação de dispositivo visual (anúncios) sem autorização do DER-ES, a multa será fixada no valor referente a 300 (trezentos) VRTEs por metro quadrado de anúncio irregular;

**§ 1º** Além das multas definidas acima, responderá o infrator por eventuais danos causados ao patrimônio público, nos termos do art. 30 desta Lei.

**§ 2º** Poderá ser estabelecido um prazo de até 30 (trinta) dias para a remoção, a demolição e a restauração do estado anterior, de forma espontânea.

**Art. 27.** A remoção ou apreensão consiste na retirada, do local em que se encontram, de animais, bens ou mercadorias, em situação conflitante com as disposições constantes desta Lei ou de sua regulamentação, após restituição aos seus proprietários, após o pagamento de multas, taxas, despesas com remoção e estada e outros encargos devidos, na forma do preconizado nos arts. 269, inciso X, 271 e 328 do Código de Trânsito Brasileiro.

**Parágrafo único.** Poderá ser estabelecido um prazo de até 10 (dez) dias para a retirada da interdição, de forma espontânea.

**Art. 28.** A interdição de acesso a estabelecimentos comerciais







Vitória (ES), Sexta-feira, 15 de Dezembro de 2017.

**Art. 45.** Na contagem dos prazos desta Lei, exclui-se o primeiro dia, incluindo-se o do vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos serão contados em dias corridos, prorrogando-se para o primeiro dia útil os que vencerem em sábado, domingo, feriados e pontos facultativos.

**Art. 46.** Todas as utilizações previstas nesta Lei e demais legislações são a título precário, podendo ser revogadas a qualquer momento, devendo ser removidas, mediante notificação prévia, no prazo de 120 (cento e vinte) dias ou outro estabelecido por legislação específica, às expensas do usuário, independente de prévia indenização, observado ainda o disposto no art. 30.

**Art. 47.** Os atuais usuários da faixa de domínio, inclusive os que já tiverem concluído os procedimentos administrativos junto ao DER-ES, os titulares de serviços ou obras objeto de autorização, em funcionamento ou não, têm o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, para requererem a autorização, a renovação ou a reativação de suas autorizações, nos moldes e condições previstas.

**Parágrafo único.** O uso de mais de 5 (cinco) anos da faixa de domínio para moradia unifamiliar de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), bem como de interesse histórico, religioso, poderão permanecer nos respectivos locais, desde que não representem perigo à segurança do trânsito rodoviário, à preservação do meio ambiente e ao patrimônio público.

**Art. 48.** Ficam ratificados os regulamentos, as resoluções e as normas técnicas internas do DER-ES anteriores a esta Lei, a respeito da faixa de domínio, no que não contrarie a presente legislação.

**Art. 49.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG**

**GOMES**

**ANEXO ÚNICO**

**Taxa de Análise de Projeto - TAPDER**

**Art. 45.** Ficam ratificados os

**II -** Projetos de uso longitudinal de qualquer natureza: 250 VRTEs.

**Art. 46.** Todas as utilizações previstas nesta Lei e demais legislações são a título precário, podendo ser revogadas a qualquer momento, devendo ser removidas, mediante notificação prévia, no prazo de 120 (cento e vinte) dias ou outro estabelecido por legislação específica, às expensas do usuário, independente de prévia indenização, observado ainda o disposto no art. 30.

**Art. 47.** Os atuais usuários da faixa de domínio, inclusive os que já tiverem concluído os procedimentos administrativos junto ao DER-ES, os titulares de serviços ou obras objeto de autorização, em funcionamento ou não, têm o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, para requererem a autorização, a renovação ou a reativação de suas autorizações, nos moldes e condições previstas.

**Parágrafo único.** O uso de mais de 5 (cinco) anos da faixa de domínio para moradia unifamiliar de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), bem como de interesse histórico, religioso, poderão permanecer nos respectivos locais, desde que não representem perigo à segurança do trânsito rodoviário, à preservação do meio ambiente e ao patrimônio público.

**Art. 48.** Ficam ratificados os regulamentos, as resoluções e as normas técnicas internas do DER-ES anteriores a esta Lei, a respeito da faixa de domínio, no que não contrarie a presente legislação.

**Art. 49.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

## Taxa de Vistoria - TVDER

**I -** Até 50 km: ..... 100 VRTEs

**II -** De 50 a 100 km: ..... 150 VRTEs

**III -** De 101 a 200 km: ..... 300 VRTEs

**IV -** De 201 a 300 km: ..... 450 VRTEs

**V -** De 301 a 400 km: ..... 600 VRTEs

**VI -** De 401 a 500 km: ..... 750 VRTEs

**VII -** Acima de 500 km: ..... 900 VRTEs

## Taxa de Fiscalização do Uso da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER

**I -** Uso da faixa longitudinal ou transversal no valor de 2.000 VRTEs por quilômetro linear.

**II -** Anúncios: 250 VRTEs por m<sup>2</sup> e painel eletrônico: 500 VRTEs por m<sup>2</sup>.

**Protocolo 365278**

## LEI Nº 10.783

Dispõe sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no âmbito do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, deverá observar o disposto nesta Lei.

**Art. 2º** O SAMU se dará mediante orientações e emprego de recursos materiais e humanos necessários para proporcionar atendimento às vítimas acometidas por situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, com a maior brevidade possível.

**Art. 3º** Fica autorizada a celebração de convênio com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Vitória para a execução do SAMU, com previsão de repasse de recursos financeiros previamente definidos pela SESA, observados os normativos do Sistema Único de Saúde - SUS sobre o tema.

**Art. 4º** A área geográfica a ser abrangida pelo SAMU deverá ser especificada no instrumento de convênio, que ora se autoriza, sem prejuízo de eventual expansão, que deverá ser previamente autorizada pelo Secretário de Estado da Saúde, observadas as normas pertinentes.

**Art. 5º** A prestação de contas a ser apresentada periodicamente pela entidade deverá ser feita na forma desta Lei, observados os prazos e normas estipulados no instrumento convenial.

**§ 1º** A prestação de contas deverá conter elementos que permitam, à SESA, avaliar o andamento do convênio e se as metas pactuadas estão sendo alcançadas, conforme os resultados esperados.

**§ 2º** Fica admitida a glosa de valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

**§ 3º** A análise da prestação de contas terá o enfoque do resultado esperado e o efetivamente alcançado, considerando a verdade real.

**§ 4º** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, em sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

**Art. 6º** A SESA, independentemente da obrigatoriedade da apresentação da prestação de contas pela entidade, promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do convênio, realizando, sempre que possível, por si ou por terceiro, pesquisa de satisfação dos usuários do serviço.

**Parágrafo único.** Os resultados da avaliação de que trata este artigo serão utilizados, caso disponíveis, como subsídio na avaliação do convênio celebrado e do cumprimento das metas pactuadas, que terão enfoque na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, no tempo de resposta e nos resultados alcançados.

**Art. 7º** Para a realização de despesas, a entidade deverá apresentar à SESA as normas de contratação e de aquisição que serão adotadas, no gasto dos recursos públicos que lhe serão transferidos.

**Art. 8º** O disposto nesta Lei não afasta o dever da autoridade competente de observar as formalidades legais para a celebração do convênio que ora se autoriza.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 14 de dezembro de 2017.

**PAULO CESAR HARTUNG**

**GOMES**

**Protocolo 365279**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 874**

Institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual e altera a

Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** As atividades e funções dos servidores do Poder Executivo Estadual poderão ser executadas fora dos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, a distância, sob o regime de teletrabalho, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei Complementar, considera-se o teletrabalho como a atividade ou conjunto de atividades funcionais realizadas remotamente, fora das dependências físicas do órgão ou entidade da Administração Pública, direta e indireta, de maneira permanente ou periódica, com a utilização de recursos de tecnologia da informação.

**Parágrafo único.** Não se enquadram no regime de teletrabalho as atividades e funções que, em razão da natureza do cargo ou das atribuições da unidade de lotação, são desempenhadas externamente às dependências do órgão ou entidade da Administração Pública, direta e indireta.

**Art. 3º** São objetivos do teletrabalho:

**I -** aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho desempenhado pelos servidores;

**II -** promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

**III -** promover mecanismos de constante aumento da motivação e do nível de comprometimento dos servidores, em vista dos objetivos e missões da Administração Pública, direta e indireta;

**IV -** otimizar tempo e reduzir custos de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

**V -** contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta;

**VI -** ampliar as possibilidades de trabalho, aos servidores com dificuldades de deslocamento;

**VII -** melhorar a qualidade de vida dos servidores;

**VIII -** estimular o desenvolvimento dos servidores, em vista dos objetivos e missões da Administração Pública, direta e indireta.



**DECRETO Nº 1349-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, nos termos do art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **JUSSARA CADETE MIRANDA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor I, Ref. QC-01, da Secretaria de Estado de Direitos humanos.

Protocolo 424633

**DECRETO Nº 1350-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **GEOVANI DO NASCIMENTO BRUM**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Protocolo 424634

**DECRETO Nº 1351-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ADRIANA FRASSON DE MESQUITA FERNANDES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gerência, Ref. QC-02, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Protocolo 424635

**DECRETO Nº 1352-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **FERNANDO GUILHERME VIAL DA CUSTODIA**, para exercer o

cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Protocolo 424636

**DECRETO Nº 1353-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANDREIA CRISTINA MORAES FREIRE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Área Fazendária, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Protocolo 424637

**DECRETO Nº 1354-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **GEREMIAS JOSÉ DE LIMA WYATT**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Motorista de Gabinete IV, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado do Governo.

Protocolo 424638

**DECRETO Nº 1355-S, DE 05.09.2018.**

**NOMEAR**, de acordo com o Art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANTÔNIO GUEDES CYPRESTE JUNIOR** para exercer o cargo de provimento em comissão de Gestor Local do Sistema de Emprego, Ref. QCE-05, desta Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Protocolo 424648

**DECRETO Nº 1356-S, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

Abre à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 para o fim que especifica.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, incisos I e III da Lei Nº 10.782, de 18 de dezembro de 2017, e o que consta do Processo Nº 83261770;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017 na fonte 0101 - Recursos Ordinários.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

**MÁRCIO BASTOS MEDEIROS**

Secretário de Estado de Economia e

Planejamento - respondendo

**BRUNO FUNCHAL**

Secretário de Estado da Fazenda

**PAULO ROBERTO FERREIRA**

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento,

Aquicultura e Pesca

| CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I |   | SUPLEMENTAÇÃO |      | R\$1,00   |
|-------------------------------|---|---------------|------|-----------|
| CÓDIGO                        | ESPECIFICAÇÃO   | NATUREZA      | F    | VALOR     |
| 31.000                        | SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA |               |      |           |
| 31.202                        | INSTITUTO CAIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL     |               |      |           |
| 20.122.0800.2070              | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE  | 3.3.90        | 0101 | 1.000.000 |
|                               | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                          | 4.4.00        | 0301 | 1.000.000 |
|                               | Equipamentos e Material Permanente                                      |               |      |           |
| TOTAL                         |   |               |      | 2.000.000 |

| CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO II |  | ANULAÇÃO |      | R\$1,00   |
|--------------------------------|--|----------|------|-----------|
| CÓDIGO                         | ESPECIFICAÇÃO  | NATUREZA | F    | VALOR     |
| 80.000                         | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO  |          |      |           |
| 80.102                         | ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA         |          |      |           |
| 28.342.0904.0986               | AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS SOBRE O FINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA | 3.2.90   | 0101 | 1.000.000 |
| TOTAL                          |  |          |      | 1.000.000 |

Protocolo 424649

**DECRETO Nº 4303-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

*Regulamenta os procedimentos aplicáveis à municipalização de trajetos de Rodovias Estaduais em centros urbanos, nos termos da Lei nº 10.782, de 14/02/2017.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no exercício das atribuições previstas no art. 91, inciso III, da Constituição Estadual, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.782, de 14/12/2017, e com as informações constantes do Processo nº 81528558,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidos os procedimentos necessários à municipalização de trajetos de rodovias estaduais, em centros urbanos, nos termos previstos no § 1º do art. 6º da Lei nº 10.782, de 14/12/2017, que dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se:

**I. Municipalização de Trajetos de Rodovias Estaduais:** procedimento pelo qual se efetua a transferência, para a jurisdição do município, de um trecho rodoviário ou conjunto de trechos rodoviários e acessos, compreendendo a estrutura física da rodovia e sua operação, que estão sob a jurisdição estadual;

**II. Sistema Rodoviário Estadual - SRE:** o conjunto de rodovias sob jurisdição do Governo do Estado, e compreende tanto a infraestrutura física quanto a operacional, conforme definido no PNV - Plano Nacional de Viação, nos termos da Lei nº 5.917, de 10/09/1973, que estabeleceu a obrigatoriedade dos Estados Federativos de elaborarem seus respectivos SRE, e pela Lei nº 12.379, de 06/01/2011, que criou o Sistema Nacional de Viação do Brasil, que é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e mercadorias, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação;

**III. Rodovias Estaduais:** são

estradas de rodagem, pavimentadas ou não pavimentadas, sob jurisdição do Governo Estadual, constantes do Sistema Rodoviário Estadual. Conceitualmente, essas rodovias devem satisfazer a pelo menos uma das seguintes condições: conectar a Capital do Estado às sedes de municípios; conectar entre si as sedes municipais; conectar duas ou mais rodovias federais e/ou estaduais; propiciar a ligação de interesse inter-regional, aos principais portos marítimos; permitir conexão de caráter nacional e internacional; conectar rodovias federais e/ou estaduais com outros modais de transportes; propiciar uma única conexão das sedes municipais ao Sistema Rodoviário Estadual; propiciar a ligação entre dois pontos ou mais, definidos por uma diretriz planejada; outras condicionantes de interesse público.

**Art. 3º** Os municípios interessados em absorver segmentos rodoviários estaduais, comprometidos urbanisticamente e que se encontrem dentro do perímetro urbano municipal definido em lei, deverão formular requerimento ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER-ES, acompanhado dos seguintes documentos:

**I.** pedido de absorção de trecho rodoviário estadual, acompanhado da Lei Municipal autorizativa para a absorção;

**II.** documentação que permita a identificação e localização precisa do segmento rodoviário a ser transferido, com mapa indicando o seu início e término, por meio de coordenadas geográficas dos principais pontos de referência e extensão total;

**III.** mapa do perímetro urbano atualizado, com suas respectivas leis municipais;

**IV.** comprovação de que o trecho rodoviário estadual está inserido no perímetro urbano municipal e de que apresenta ao menos 2 (dois) dos seguintes itens:

- a) calçadas;
- b) iluminação pública;
- c) no mínimo, 4 (quatro) acessos com distância máxima de 150 (cento e cinquenta) metros entre eles;
- d) drenagem de águas pluviais;
- e) sinalização urbana;
- f) no mínimo, 10 (dez) construções lindeiras à rodovia em um espaço



Vitória (ES), Quinta-feira, 06 de Setembro de 2018.

de 1 (um) quilômetro.

**Art. 4º** O requerimento será processado no âmbito do DER-ES, observadas as seguintes fases:

**I.** análise da documentação que acompanha o requerimento pela Gerência de Operações Rodoviárias, para verificação do cumprimento do disposto neste Decreto;

**II.** elaboração de Laudo de Vistoria, quanto às condições do trecho a ser cedido e Cadastro dos elementos constituintes do respectivo trecho, pela Gerência de Manutenção

Rodoviária, em conjunto com as Superintendências Regionais;

**III.** elaboração de Relatório Circunstanciado, pela Gerência de Operações Rodoviárias, informando a faixa de domínio da rodovia a ser cedida e averiguação das autorizações e ações judiciais envolvendo a faixa de domínio no segmento pretendido;

**IV.** análise conclusiva da Diretoria de Operações, subsidiada pelas informações dos autos do respectivo processo, pelo deferimento ou não

do pedido, podendo ser parcial;

**V.** autorização do Conselho de Administração do DER-ES.

**Art. 5º** A transferência do trecho rodoviário será realizada por meio de Decreto.

**Parágrafo único.** Após a publicação do Decreto de Municipalização no Diário Oficial do Estado, deverá ser formalizado o Termo de Entrega e Recebimento entre o DER-ES e o Município, promovendo-se a imediata exclusão do segmento rodoviário do SRE.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

Protocolo 424498

## DECRETO Nº 4304-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.

Introduz alteração no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições previstas no art. 91, III, da Constituição Estadual, e com as informações constantes no processo nº 83069623,

### DECRETA:

**Art. 1º** O Anexo V-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Estadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Espírito Santo - RICMS/ES - aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, fica alterado na forma do Anexo Único que integra este Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 484º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador do Estado

## ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 4304-R, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.

### "ANEXO V-A

(a que se refere o art. 194, § 13 do RICMS/ES)

### PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS DOS PRODUTOS DO GRUPO II, DO ANEXO V

| Subgrupo I-E: Refrigerantes embalagens pet até 400 ml |            |           |               |           |
|---|------------|-----------|---------------|-----------|
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Refrigerante Guaraná Antártica pet 200 ml             | 2202       | 03.011.00 | 7891991014908 | 1,24      |
| Refrigerante Pepsi Cola pet 200 ml                    | 2202       | 03.011.00 | 7892840800567 | 1,24      |
| Refrigerante Soda Limonada pet 200 ml                 | 2202       | 03.011.00 | 7891991014984 | 1,18      |
| Refrigerante Sukita pet 200 ml                        | 2202       | 03.011.00 | 7891149108282 | 1,18      |
| Subgrupo II-A: Cervejas lata 250 a 310 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 269 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301970 | 1,78      |
| Cerveja Antártica lata 269 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991010061 | 2,12      |
| Cerveja Antártica Subzero lata 269 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991010900 | 2,04      |
| Cerveja Skol Hops lata 269 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891149108015 | 2,04      |
| Subgrupo II-B: Cervejas lata 320 a 350 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 350 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301925 | 2,09      |
| Cerveja Serrana lata 350 ml                           | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891991008518 | 1,79      |
| Cerveja Skol Hops lata 350 ml                         | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7891149108305 | 2,88      |
| Subgrupo II-C: Cervejas lata 473 a 550 ml             |            |           |               |           |
| PRODUTO   | NCM        | CEST      | GTIN          | PCF (R\$) |
| Cerveja Almada Puro Malte lata 473 ml                 | 2203.00.00 | 03.201.00 | 7898295301987 | 3,09      |





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso - Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)

## INVENTÁRIO FOTOGRÁFICO DAS VIAS URBANAS NA ES-181 DISTRITO DO CAFÉ, ALEGRE/ES.

### ➤ Coordenadas Geográficas - Início das intervenções Urbanas:

- 20.86996 - 41.57148 - Início da Rua Laurindo Tiradentes x Alegre

### ➤ Coordenadas Geográficas – Fim das Intervenções Urbanas:

- 20.86107 - 41.56107 - Avenida Arlindo Vieira Ramos (Vila Vieira) x Alegre



• **Início das intervenções Urbanas – Entroncamento Praça Dr. Godofredo Costa Menezes x Rua Laurindo Tiradentes, sentido Alegre**



• **Observem que existe um desnível na Rua Laurindo Tiradentes e apenas 01 Captação Pluvial**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Caminhões Baú e outros com Cargas Altas (de Lenha por exemplo), estão danificando a estrutura das residências laterais em razão do desnível da Rua Laurindo Tiradentes - Café**



**Observem as Paredes do andar Superior da Residência como tem sido afetada pelos veículos em razão da irregularidade do pavimento**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:24  
-20.86923, -41.57091  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Subida para a Comunidade Bom Destino – Observem a inexistência de Calçadas para os Pedestres que vem da Vila Vieira – Necessário a retirada das árvores e corte no barranco para construção de muro de arrimo, abrindo espaço para construir uma Calçada cidadã**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:26  
-20.86883, -41.57056  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a inexistência de Drenagem Pluvial em todo trecho da Rua Laurindo Tiradentes – ES-181 – Distrito do Café (falta de Calçada para os Pedestres) – local do Muro de Arrimo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Necessidade de Construir Escada d'água para drenar as águas pluviais que descem da Estrada Bom Destino, jogando na rede mestra da drenagem da Rua Laurindo Tiradentes**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-187 – URBANO – DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022-10:28  
20.86657-41.57053  
Rua: R. Lauro de Tiradentes, Café - ES

**Existe Espaço para a Construção de Calçadas Cidadãs em grande parte do percurso a sofrer as intervenções**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-187 – URBANO – DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022-10:59  
20.86657-41.57053  
Rua: R. Lauro de Tiradentes, Café - ES

**Próximo ao Posto Café – Observem que desde a Praça do Distrito só existe 01 ponto de Captação de águas pluviais (que foi entupido com cimento pelo morador em razão de passar por baixo de sua residência)**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:59  
20-86732 - 41-57004  
R. Laurindo Tiradentes - Café - ES

**Curva após o Posto Café existe problema no Pavimento (buraco com acúmulo de água)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE  
DESASSOREAMENTO DE BUEIRO DE MANILHAS  
19.05.2021 10:38  
20-86732 - 41-56967  
R. Laurindo Tiradentes, 85 - Café, Alegre - ES, 29515-000

**Observem a Necessidade de Substituição desse Bueiro de manilhas por uma Galeria de Alvenaria – A Chegada do Distrito do Café (ES-181) já sofreu 03 alagamentos em razão dessa estrutura ultrapassada**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 10:59  
-20.86725, -41.56969  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a falta de espaço marginal para Pedestres (Proprietário ocupa o pouco espaço com madeira e existem árvores de Jambo plantadas pelo Município que precisam ser cortadas para dar lugar às calçadas)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.86725, -41.56939  
Rua, R. Laurindo Tiradentes, - Café - ES

**Observem a existência de espaço para construir as Calçadas após a retirada das árvores de Jambo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.8669 -41.56879  
Rua B - Aurindo Filadelfos - Café - ES

**Local próximo ao Galpão da APROVIC e entroncamento da Estrada Vicinal de acesso à Comunidade Boa Sorte e ao Distrito de Celina (necessário fazer um abrigo de Ônibus)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:00  
-20.86642 -41.56787  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Início da Avenida Arlindo Vieira Ramos (Vila Vieira) – Ponto em que as enxurradas descem até o final da avenida danificando o Pavimento (não existem bueiros de captação e rede de drenagem pluvial)**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAPE  
09-02-2022 11:01  
20-86623 - 41-56707  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Cape - ES

**Vila Vieira – Observem a fragmentação e fragilidade do Pavimento construído há mais de 20 (vinte) anos pelo Município e a falta de visibilidade para os condutores na Curva em razão das árvores – falta de Espaço para os Pedestres tem causado acidentes nesse trecho – A Comunidade pede URGENTE INTERVENÇÃO DO DER!**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAPE  
09-02-2022 11:01  
20-86623 - 41-56707  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Cape - ES

**Pavimento todo fragmentado e sujeito a consecutivas intervenções pelo DER caso não seja substituído por piso intertravado do tipo PAVI**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.86679 -41.56582  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**O LOCAL TEM SOFRIDO DIVERSAS OPERAÇÕES TAPA-BURACOS, QUE RESOLVE POR POUCO TEMPO**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.867 -41.56407  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Observem as Crateras que se formam com as Enxurradas, situação que coloca em risco a segurança de condutores, passageiros, pedestres e moradores**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

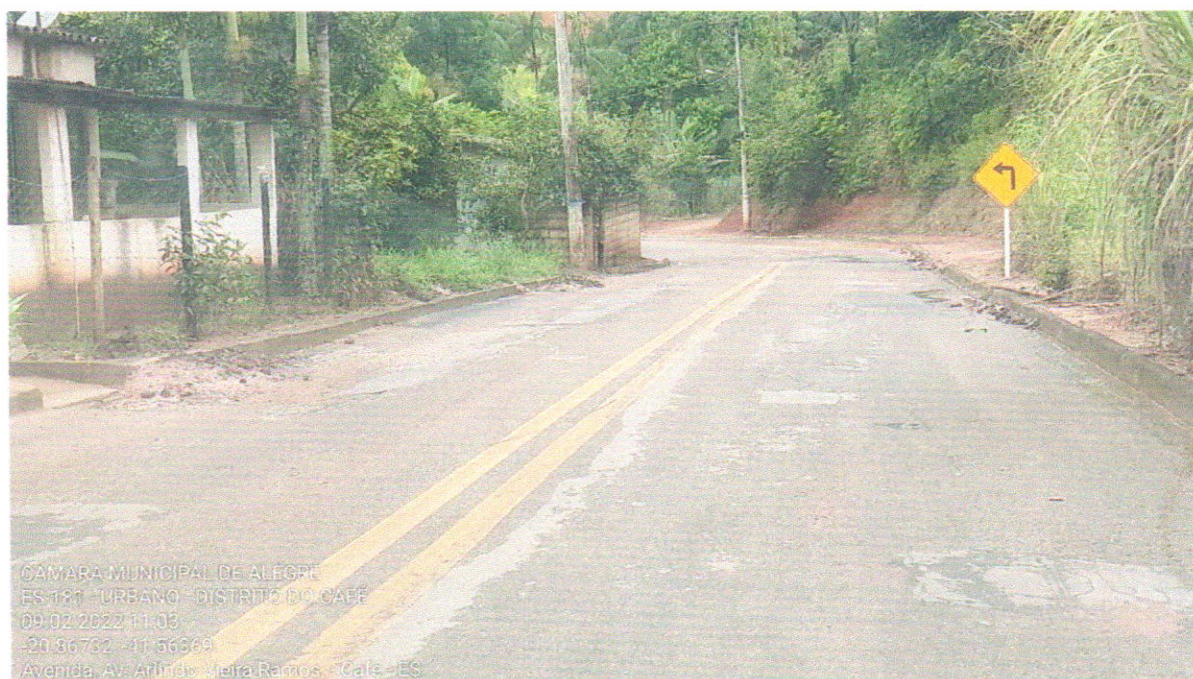
CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:02  
-20.867- 41.56409  
Avenida Av. Afonso Vieira Ramos - Café - ES

**A cada dia mais buracos no trecho da Vila Vieira ES-181 - Distrito do Café**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:03  
-20.86732 -41.56399  
Avenida Av. Afonso Vieira Ramos - Café - ES

**Problemas no Pavimento frágil, fino e fragmentado vão se acumulando. No local não foi realizado trabalho de tratamento da base e sub-base na época. Apenas colocado uma grossa camada de saibro e compactado para imprimação, que foi coberta por uma fina camada de massa asfáltica usinada a quente.**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
20.86764 - 41.56349  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Erosão causada pelo antigo Bueiro que fez interditar uma residência – Necessário trabalho de estabilização e construção de escadas d'água para descer a rede pluvial neste local**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
20.86764 - 41.56349  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Observa-se que a instabilidade do local continua progredindo**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:13  
-20.86764 -41.56348  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Panorâmica do enorme buraco formado pela erosão às margens da ES-181 – Vila Vieira – Café**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:24  
-20.86718 -41.56385  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos - Café - ES

**Local destinado à Urbanização do bairro – implantação de abrigo de ônibus com espaço para recuo da parada do ônibus + aparelhos de Academia Popular + Campo de Areia Futevôlei + espaço para abrigar um Trailer de Lanches**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Essa curva precisa ser um pouco aberta, pois já houve 02 (dois) acidentes – Carretas com excesso de largura não passam uma pela outra sem invadir a contramão**



**Barranco instável sujeito a queda de barreiras (vejam nas próximas fotos)**



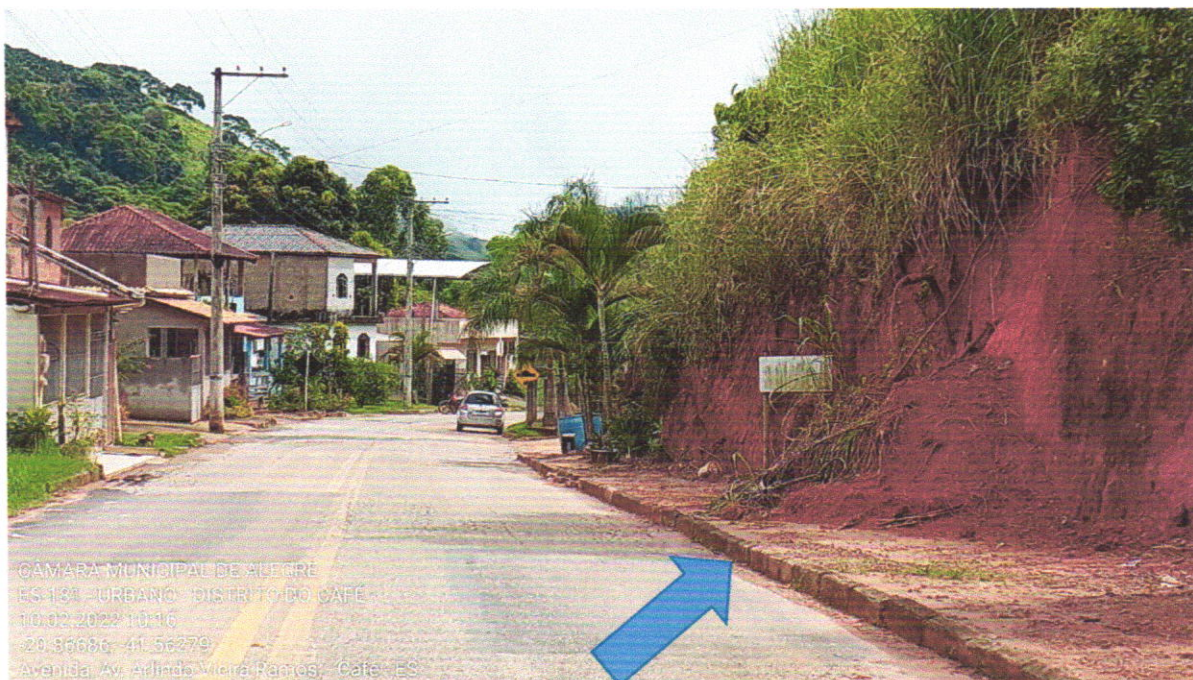


# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

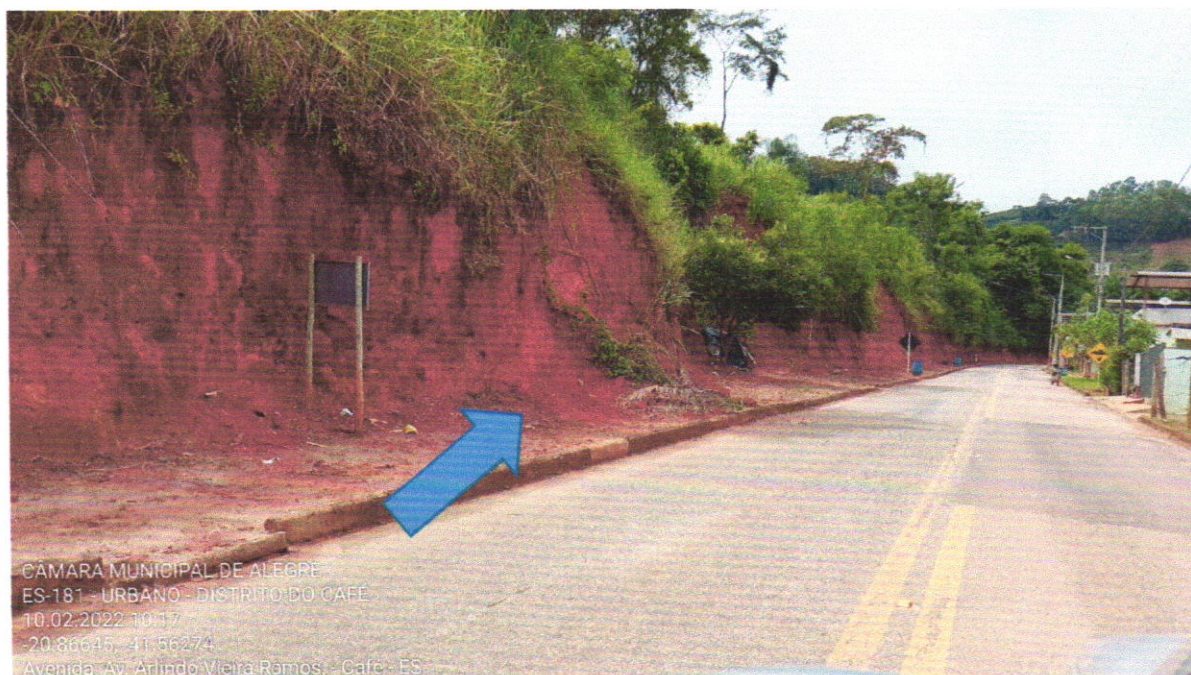
CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:16  
+20.866645 - 41.56279  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Barranco instável às margens da Rodovia**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 10:17  
+20.866645 - 41.56279  
Avenida: Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Barreiras estão caindo continuamente no trecho**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
10.02.2022 16:17  
-20.86625, -41.56261  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Acesso para a Comunidade da Roseira – Necessário ampliar / abrir o acesso que está estreito e perigoso – Local necessita de um espaço para recuo do transporte público e a construção de 01 abrigo de Passageiros (proprietário do terreno já está de acordo sem precisar indenizar)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ  
09.02.2022 11:06  
-20.86726, -41.56281  
Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Vista do Condutor no Perigoso Acesso para Roseira e diversas outras Comunidades Rurais**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Vista do condutor da entrada para Roseira – A sinalização viária está irregular**



**Defeito no Pavimento provocado pela falta de Drenagem Pluvial em todo o trecho**





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ

09.02.2022 11:06

-20.86599, -41.56272

Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES

**Local que necessita de Calçadas até o fim do perímetro urbano, pois estão sendo construídas muitas residências e realizada a comercialização de lotes**



CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRE  
ES-181 - URBANO - DISTRITO DO CAFÉ

09.02.2022 11:06

-20.86553, -41.56251

Avenida, Av. Arlindo Vieira Ramos, - Café - ES





# Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ : 31.726.714/0001-05

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Residência recém-construída e diversos lotes estão demarcados**



**Ponto Final da Revitalização pelo DER – A Calçada deverá vir até esse ponto + Iluminação Pública**





# *Câmara Municipal de Alegre*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ : 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



***Expectativas de que sejam contempladas faixas elevadas no trecho e aperfeiçoada a sinalização de trânsito horizontal e Vertical***





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ : 31.726.714/0001-05**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@alegre.es.leg.br](mailto:cmalegre@alegre.es.leg.br) / [www.alegre.es.leg.br.br](http://www.alegre.es.leg.br.br)



**Fragmentação e formação de crateras no Pavimento**





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de Fevereiro de 2022

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Nirrô Emerick**

*Para que confeccione e encaminhe para essa casa de leis no mais breve possível, norma que trate de regulamentar no âmbito Municipal a Poluição Sonora oriunda dos Escapamentos Adulterados de Motocicletas, visando, ademais, a proibição da contratação pelas empresas estabelecidas neste Município, de serviços de entregas e afins, do tipo moto-service, por usuários/proprietários de motocicletas com esses escapamentos adulterados, ao tempo que oficie ao Comando do 3º BPM e 1ª CIA, que possa estar realizando Operações Cavalo de Aço de descarga aberta, a fim de enfrentar o problema com medidas coercitivas efetivas, dando uma resposta satisfatória à nossa Sociedade que tanto tem sofrido com esse problema.*

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES.**

**URGENTE**

Com o importante advento da Lei Municipal nº 3.678/2021, gostaria de **SOLICITAR** de V. Excia., as seguintes ações importantes:

- Para que o senhor **Prefeito Municipal realize agenda presencial conjunta aos Secretários de Estado da SEG, SECTIDES e SEFAZ**, visando capitanear Incentivos Fiscais junto ao Governo do Estado, tornando ainda mais atrativo nosso Município para novos Empreendimentos geradores de emprego e renda;
- Para que Vossa Excelência **constitua legalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico**, formado por representantes que desenvolvam atribuições especiais, dentre as quais, sejam capazes de realizar visitação e lobby institucional junto às Empresas e Indústrias com potencial de trazer para nosso Município seus Empreendimentos.
- ➔ Importante registrar que Alegre atualmente está hanckeado na **23ª colocação** entre os 78 Municípios do Estado com maior número de empresas, possuindo atualmente **2.852 empresas cadastradas** (ficando atrás de Municípios geograficamente menores e com matriz produtiva menor, como por exemplo, Piúma, Anchieta, Marataízes, Castelo, Guaçuí, etc.), haja vista que com nossas empresas aqui instaladas, geramos **3.614 Postos de Trabalho Formais** (CAGED/ES), ainda, considerando que a **Prefeitura Municipal representa 26,1% desse Poder Empregador**.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro – Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

49. Ord  
02/03/22

Alegre/ES, 07 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**URGENTE**

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES.**

- Solicitar para que inclua ao Plano de Contingência Contra Deslizamentos e Movimento de Massa do Município, um Plano Operacional para Prevenção de Enchentes, contemplando ao mesmo, as seguintes ações importantes:
- Limpeza marginal rotineira (roçada), reabertura e desassoreamento dos Rios da sede e dos Distritos, sendo essencial, a criação por Lei (onde for possível), da Faixa de Domínio de 05 (cinco) metros para garantia da manutenção dos Rios;
  - Construção de Barragens em Alvenaria visando o controle do volume de água em locais estratégicos onde existem essas condições, inclusive servindo como garantia do uso da água para segurança hídrica dos Distritos em tempos de seca;
  - Confecção de Projetos Especiais e Captação de Recursos junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, visando a Implantação da Melhoria dos Sistemas de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas no Município, contemplando os Bairros e distritos onde não possui sistemas de drenagens pluviais ou que os sistemas existentes estejam deficitários para garantir a eficiência contra enchentes. **Ex. 01:** Nova Alegre e Vila Alta com a Rua do Norte e Rua Olívio Corrêa Pedrosa; **Ex. 02:** Cobrinha com a Rua Benedito T. Leão; **Ex. 03:** Clério Moulin com a Pedro Martins e Charqueada; **Ex. 04:** Espanhóis com a Guararema; **Ex. 05:** Querosene e Antônio Lemos Júnior com a Vila do Sul e Vila Viana; **Ex. 06:** Rua Dr. Wanderley que em toda sua extensão recebe águas pluviais desde o Colégio Aristeu Aguiar e das ruas adjacentes laterais; **incluir os Distritos.**

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor

"O PODER UNIDO É MAIS FORTE."





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

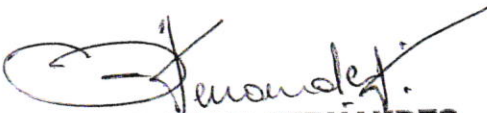
Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Diretor de Planejamento e Gestão**

Solicitar que incluam e priorizem no Planejamento de Execução de serviços de **REVSOL do Município**, estradas rurais que contemplem além de Comunidades importantes como **Roseira, Sobreira, Santa Angélica e Assentamentos**, aquelas rotas que dão acesso a **Empreendimentos Estratégicos e destinos com Potencial para abertura de Rotas de Agroturismo**, bem como **Estradas de Ligação entre distritos e ligando a Municípios vizinhos**, a exemplo:

- Fazenda Esperança x Feliz Lembrança;
- Alegre x Jerusalém x Cachoeira do Roncador;
- Alegre x Rota dos Túneis x Celina;
- Café (Alegre) x Guaçuí (até divisa de Município na Serra Santa Catarina);
- Café (Alegre) x Mimoso do Sul (até divisa no Estivado);
- Alegre x Muqui – Local conhecido como Serra da Roseira (ES-387);
- Café x Celina (via Boa Sorte e Vargem Alegre).

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO:** Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Prefeito Municipal, Diretor de Planejamento e Gestão

**URGENTE**

Solicitar para que a **Gestão Municipal** esteja consertando, adequando e disponibilizando **02 (dois) Tratores 4 x 4** que se encontram parados na **Secretaria de Desenvolvimento Rural**, a fim de serem adaptados de implementos como Lâminas Dianteira e Traseira, batedeira de cereais, arado, grade, carreta, a fim de atender o **Programa de horas máquina aos Produtores Rurais** por aquela Secretaria, regulamentando sua utilização através de Lei Específica que incentive a produção formal no Município.

Que o programa esteja estimulando os Produtores Rurais a retirarem a nota de produtos agrícolas em seu talão de produtor, a fim de fazer jus de forma gratuita uma quota de horas máquinas para atender as necessidades de sua propriedade, tais como carreadores, terreiros, transporte de mercadorias e beneficiamento.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 14 de março de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO:** Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Prefeito Municipal e ao Diretor de Planejamento e Gestão

**URGENTE**

Solicitar para que a Administração Municipal esteja contratando com certa urgência, mão de obra especializada em drenagem pluvial e Calçamento, visando imediata utilização dos blocos sextavados e paralelepípedos remanescentes da revitalização feita pelo DER e que estão à disposição para atender ruas e loteamentos no Distrito do Café que ainda não contam com pavimento.

A medida de urgência se justifica em razão de sua imediata utilização no interesse público para que os mesmos não sejam extraviados para outros fins.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 07 de Fevereiro de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:


Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

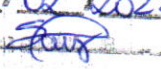
#### DESCRIÇÃO: Ao Senhor Prefeito Municipal:

- Solicitar a Pactuação do Município com a EDP- ESCELSA, visando aderir ao Programa “Eficiência Solidária”, programa da fornecedora de energia elétrica que prevê a troca/substituição das Lâmpadas Convencionais por lâmpadas de LED e inclusão das famílias de baixa renda em programa de Tarifa Social, o que economiza em alguns casos, até 65% (sessenta e cinco por cento) de desconto na conta de luz de cidadãos de baixa renda inscritos no Cadastro Único e que atendam aos requisitos legais do programa.

Obs: Programar o “Dia D” de regularização do CadÚnico e de atendimento das famílias no programa da EDP na Praça Seis de Janeiro.

Atenciosamente,

  
EDUARDO SILVA FERNANDES  
Vereador Autor

RECEBEMOS  
EM 10/02/2022  
ASS. 





**EFICIÊNCIA  
SOLIDÁRIA**



## TARIFA SOCIAL

DESCONTO POR CONSUMO/CONTA DE ENERGIA

até 30 kWh/mês: **65%**

de 31 kWh a 100 kWh/mês: **40%**

de 101 kWh a 220 kWh/mês: **10%**

A partir de 221 kWh/mês: **0%**

fonte: ANEEL



## **TARIFA SOCIAL**

- renda familiar mensal menor ou igual a meio salário mínimo por integrante
- famílias com renda de até 3 salários mínimos com integrante com doença ou deficiência e que use aparelho que consome energia

Fonte: ANEEL







## Comentários



jordana helenasiqueiragoncal



Curtido por [\\_soares\\_bruna](#) e outras 10 pessoas  
[jordana helenasiqueiragoncal](#) @eficienciasolidaria eu  
já fiz minha troca! Simples e fácil

Há 18 horas • Ver tradução



Adicione um comentário...

Publicar





§ 1º A busca prevista no caput deve ser realizada nos seguintes prazos:

I - até 30 de junho de 2022, para a concessionária com até 120.000 (cento e vinte mil) unidades consumidoras e para as permissionárias; e

II - até 31 de dezembro de 2022, para as demais distribuidoras

§ 3º A distribuidora deve realizar a campanha prevista no § 2º em sua página na internet, nas redes sociais, por meio de mensagens eletrônicas e outros meios de comunicação





12:48



eficienciasolidaria



EFICIÊNCIA  
SOLIDÁRIA

36

Publicaç...

48

Seguidor...

3

Seguindo

**Eficiência Solidária**

Produto/serviço

💎 Substituímos lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, de clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

✈ Atualmente em SP e ES.

[Ver tradução](#)

[www.eficienciasolidaria.com.br/](http://www.eficienciasolidaria.com.br/)



Seguido(a) por **jordanahelenasiqueiragoncal**

Seguin...



Mensag...

Ligar



Sugestões para você

[Ver tudo](#)



**rotinadomaternar**

Tudo sobre Maternidade

**Seguir**



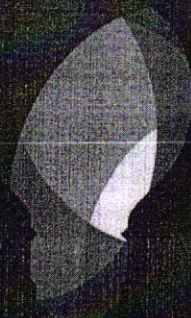
**hf\_imports\_011**

HF Imports

**Seguir**







# EFICIÊNCIA SOLIDÁRIA

**E- ANEEL**

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**PEE - Programa de  
Eficiência Energética**

## EFICIÊNCIA SOLIDÁRIA

O Eficiência Solidária objetiva a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, entre os clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

**58**

idades atendidas

O Eficiência Solidária objetiva a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, entre os clientes residenciais das concessionárias de energia elétrica.

**124.423**

clientes beneficiados





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre – ES, 28 de março de 2022.

## INDICAÇÃO DA VEREADORA: TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre-ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal:**

- Indicando a necessidade urgente de contratar médico para atender todos os dias da semana no PSF do bairro Vila Sul.

Atenciosamente,

**TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI**  
Vereadora Autora





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre – ES, 28 de março de 2022.

## INDICAÇÃO DA VEREADORA: TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre-ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal:**

- Indicando a necessidade urgente de contratar a médica “Dra. MARIANA”, para atender todos os dias da semana no PSF do bairro Vila Sul.

Atenciosamente,

**TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI**  
Vereadora Autora





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre – ES, 28 de março de 2022.

## INDICAÇÃO DA VEREADORA: TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre-ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Prefeito Municipal:**

- Indicando que estude a possibilidade de contratação de mais médicos Pediatra para atender às demandas da população, principalmente no PSF bairro Vila do Sul.

Atenciosamente,

**TAIZA GARCIA VARGAS PIROVANI**  
Vereadora Autora





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 26 de abril de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Solicitar para que seja elaborado projeto de lei específico, após realizado estudo de constitucionalidade e de impacto orçamentário e disponibilidade financeira, a fim de que possa ser custeado pelo erário público Municipal, os procedimentos de troca de CNH's dos Motoristas dessa Municipalidade, a fim de que seja garantida a regularidade dos serviços e plena aptidão documental como incentivo a sua eficiência.

Ao ensejo, aproveito para informar que tal prática administrativa já tem sido corriqueira em Municípios vizinhos, sendo assim, tratando-se de medida que merece nosso apreço e implementação.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 26 de abril de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Solicitar para que seja formulado pela Secretaria Executiva de Ação Social e pelo Gabinete do Prefeito, pedido a ser registrado no sistema E-doc's ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, **da viabilidade de um CRJ – Centro de Referência da Juventude para nosso Município de Alegre**, visando ampliação das Políticas Públicas para esse público que tanto merece a atenção dos Poderes Públicos e das instituições.

A medida se justifica em razão da vulnerabilidade social de nossos jovens, seu desemprego, envolvimento com entorpecentes, a fim de oportunizar um novo caminho para aqueles que merecem a chance de se tornarem cidadãos de direitos, incluindo as mesmas oportunidades aos jovens dos nossos distritos.

Atenciosamente,

**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor



# CENTRO DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES

**NO CRJ,  
O CONHECIMENTO  
DESPERTA  
E A OPORTUNIDADE  
TE IMPULSIONA.**

# REFERÊNCIA É TUDO



**CENTRO DE REFERÊNCIA DAS  
JUVENTUDES**

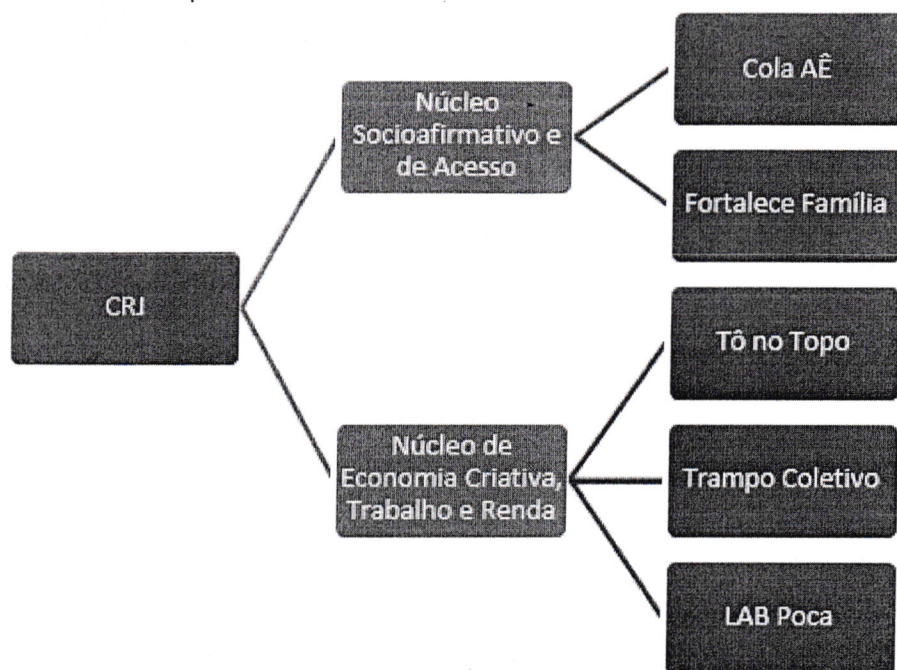


**ESTADO  
PRESENTE**  
EM DEFESA DA VIDA



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Direitos Humanos*





#### Serviços que são oferecidos no CRJ:

- Oficinas e cursos de qualificação e profissionalizantes
- Acompanhamento individual e/ou coletivo
- Atividades e eventos artísticos, culturais e esportivos no território
- Mostra semestrais e anuais dos trabalhos produzidos
- Mostra de Profissões
- Auxílio Transporte
- Passeios, vivências e/ou visitas fora do território
- Jovens mobilizadores
- Empréstimo de equipamentos audiovisuais e salas
- Acesso à internet
- Promoção da geração de renda através do LAB Poca





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 26 de abril de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES**

Solicitar para que seja incluída na Rota do Caminhão de Lixo que atende o distrito do Café às Segundas, Quartas e Sextas, o atendimento ao mínimo de 01 (uma) vez por semana, com Coleta de Lixo nas Comunidades de Três Morros e Pavão – até a divisa de Municípios no Trevo da Bela Aurora e a Comunidade do Estivado – até a Igreja São João Batista, considerando o grande acúmulo de lixo semanal nessas Comunidades Rurais, sendo disponibilizados latões de lixo a serem previamente distribuídos nas rotas indicadas.

Ao ensejo, aproveito para comunicar que a medida se justifica em razão dos Moradores terem que se deslocar com grande quantidade de lixo de todos os moradores da região para a sede do Distrito, causando certo desconforto dos dias e horários da coleta.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 20 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES.**

Solicitar para que seja instalada uma **ACADEMIA POPULAR** doada pelo Governo do Estado, no Espaço de 100m² (cem metros quadrados) em frente ao novo Ginásio Simplificado Multiuso, no Distrito do Café, neste Município.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 20 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao Secretário Municipal Rafael Nicácio Viana**

Solicitar para que seja cadastrado junto ao Sistema E-doc's de Processos Administrativos do Governo do Estado, Solicitação para que a **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Corrente do Distrito do Café**, neste Município, **seja contemplada com o Programa "Música na Rede"**, que é realizado em parceria com a FAMES, visando ser beneficiado com Projeto de formação de Banda Escolar e Orquestra Jovem.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 20 de junho de 2022.

### INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de Interesse Público, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES, extensivo ao  
Diretor de Planejamento e Gestão**

- Solicitar para que o Município de Alegre seja subdividido proporcionalmente em Microrregiões Administrativas - Projeto que consta do Programa de Diretrizes Administrativas dos Candidatos Nirrô e Silvani, tendo sido prometido em Campanha - empoderando essas Unidades de Gestão Local com as condições ideais de realização de obras e serviços aos moradores dos Distritos, Produtores Rurais e Alegrenses do nosso interior.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# *Câmara Municipal de Alegre*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

## **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de um projeto de relevante importância para o interior e para os Distritos do nosso Município que, historicamente e em pouquíssimas exceções ao longo de sua trajetória de fundação e existência, pôde contar com a eficiência dos serviços realizados a tempo e a hora, sobremaneira nas áreas de infraestrutura rural, socorro às emergências de Saúde, limpeza e organização urbana, conserva das estradas vicinais e revitalização dos aparelhos públicos existentes nos Distritos e apoio em fomento da Porteira para dentro aos nossos empreendimentos Rurais, Agroindústrias e Agroturismo local.

Sabemos que a disponibilidade de equipamentos e insumos para atendimento aos serviços públicos do interior pelo Município tem sido realizada até a presente data, de acordo com as possibilidades, de forma a não suprir todas necessidades existentes nas Comunidades em razão do déficit de equipamentos, de insumos e de servidores em cada área, para atender todo Município, que possui uma longa área rural de 07 (sete) distritos e uma grande área Urbana Central com 12 bairros, o que inviabiliza a execução de todos serviços com a eficiência que deveria, de forma a não proporcionar razoabilidade, economicidade aos recursos públicos, confiança e satisfação dos consumidores destes serviços.

**E é justamente isso que a ferramenta de Gestão de Subdivisão do Município em Microrregiões Administrativas pretende corrigir**, através da descentralização desses Serviços, evitando gastos excessivos inúteis de combustíveis, de pneus e desgaste inútil de equipamentos indo e vindo a longas distâncias para atender uma **demanda eterna** de pedidos da Comunidade e de Vereadores (limpeza urbana e retirada de entulhos, Patrolamento, drenagem, aterros, ensaibramentos, etc), sem lograr êxito em jamais alcançar a eficiência.

Sabemos também que da proposta original no Plano de “Proposta de Governo 2021/2024” da gestão atual, consta proposta de parceria com as associações de produtores existentes, realizando a cessão de uso desses equipamentos. Porém entendemos ser mais viável e oportuna a criação das **Unidades Descentralizadas de Gestão Municipal**, em razão de algumas associações estarem apresentando ingerência no uso dos equipamentos públicos de que já detém cessão de uso.





PREFEITURA MUNICIPAL  
ALEGRE



**Juntos para Alegre avançar!**



# **PROPOSTA DE GOVERNO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2021-2024**

**ALEGRE - ES**





## AGRICULTURA

- Desenvolver – em parceria com o INCAPER, Empresas juniores e alunos concludentes da UFES e IFES, um Programa de Assistência técnica voltado atendimento ao produtor rural, para de acordo com a aptidão de cada região;
- Desenvolver um Programa de conscientização do uso correto de agrotóxicos e descarte dos seus respectivos recipientes;
- Promover Pesquisas de viabilidade para inserção de novas lavouras para aproveitamento no período de ociosidade do solo;
- Estímulo à constituição de microempresas e associações para autogestão, por meio de cursos de capacitação voltados aos produtores rurais;
- Estimular e apoiar a criação de cooperativas e associações para beneficiamento e venda da produção agrícola do município;
- Desenvolver o Programa de fortalecimento e incentivo de produção agrícola orgânica na agricultura familiar;
- Intensificar a construção de caixas secas nas propriedades rurais;
- Adquirir e Disponibilizar – até o 24º mês de Governo, 01 (uma) retroescavadeira para cada microrregião a ser instituída (mínimo de 5 e máximo de 7), objetivando manter o atendimento permanente à área rural territorial de cada microrregião, firmando parceria com as Associações de Produtores e produtoras rurais de cada uma das microrregiões e, atribuir atividade profissional permanente aos gerentes distritais;
- Reestruturar o Horto Florestal Municipal;
- Reorganizar o atendimento, em parceria com a Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento, ao produtor rural através do Núcleo de atendimento ao Contribuinte, objetivando estimular a emissão de notas fiscais por parte dos produtores rurais;
- Regulamentação e aprimoramento do Sistema de Inspeção Municipal – SIM;
- Elaborar projetos objetivando a diversificação da agricultura (fruticultura, hortaliças e outros);





# *Câmara Municipal de Alegre*

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### **DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE GESTÃO MUNICIPAL**

As **UDG's – UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE GESTÃO MUNICIPAL** serão compostas com sede administrativa própria contendo Sala de Recepção, Depósito de Materiais e de Ferramentas, Banheiro e armário para os Funcionários, Geladeira/bebedouro, cozinha com Pia e espaço coberto e seguro para abrigar Máquinas, Veículos e equipamentos da UDG – Unidade de Gestão.

**UDG I** – Distrito do Café, Roseira e Comunidades Adjacentes de Bela Aurora, Segredo, Santa Clara, Boa Sorte, Vargem Alegre, Fazenda do Centro, Água Limpa, Bom Retiro, Assentamento Paraíso, Bom Ver, Queimados, Lagoa Seca, São Luiz, Bom Jardim, Bom Destino, Santa Glória, Estivado, Paraíso, Maria Joana e Três Morros;

**UDG II** – Distrito de Celina e Comunidades Adjacentes;

**UDG III** – Distritos de Araraí, São João do Norte e Comunidades Adjacentes;

**UDG IV** – Distrito de Anutiba, parte de Santa Angélica e Comunidades Adjacentes;

**UDG V** – Distrito de Rive, Parte de Santa Angélica e Comunidades Adjacentes;

### **OBJETIVO GERAL**

Descentralizar a realização dos serviços da Gestão Municipal e proporcionar eficiência aos mesmos de forma a abranger todo território de Alegre.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Economia dos Serviços e no Desgaste dos Equipamentos, Melhoria na sua Eficiência, Apoio aos Empreendimentos Rurais, Formação de Equipe e Otimização.





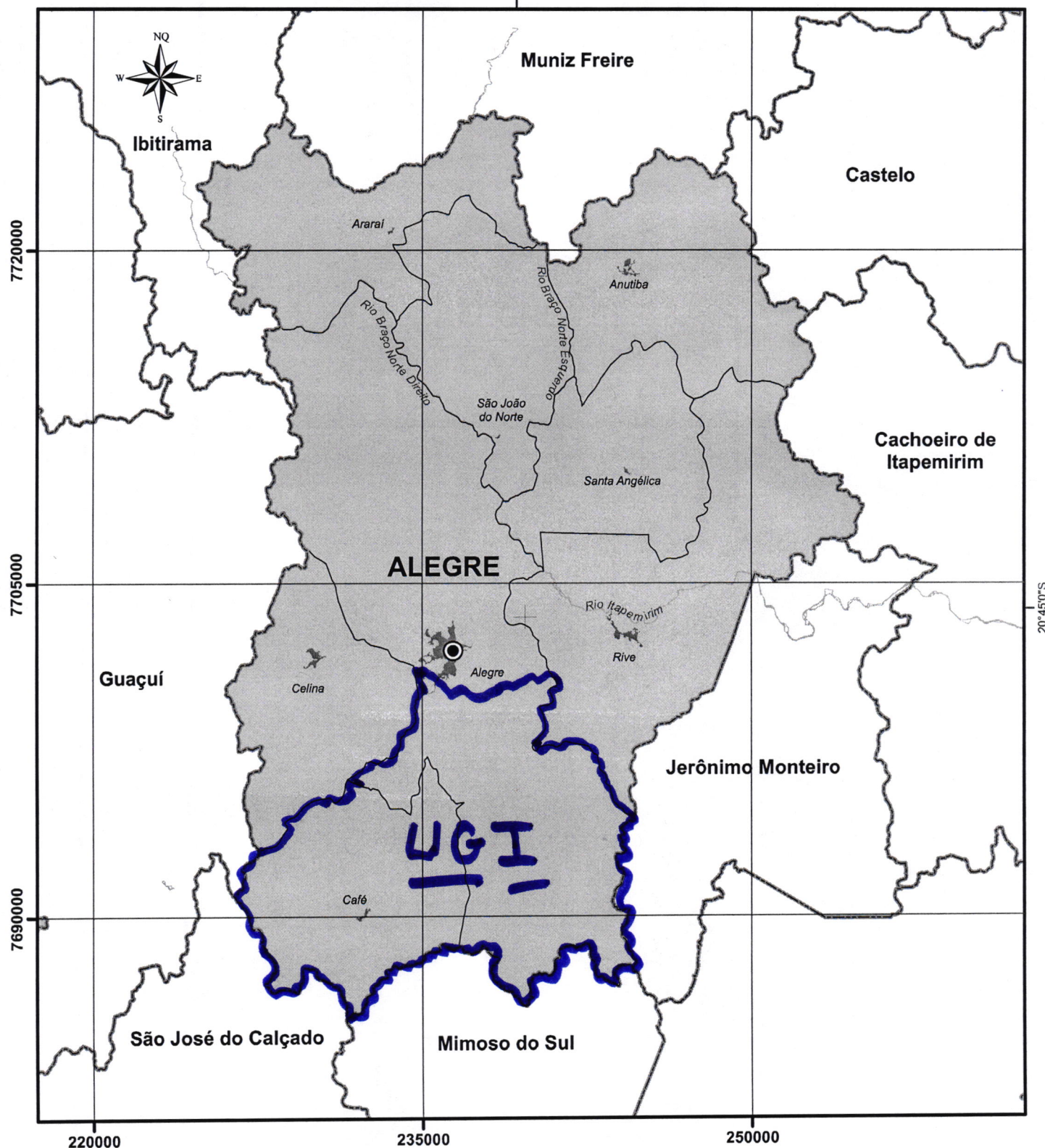
GEOBASES

ALEGRE - ES

# UNIDADE DE GESTÃO I

**Incapar**  
Instituto Capixaba de Pesquisas,  
Assistência Técnica e Extensão Rural

41°30'0"W



## Legenda

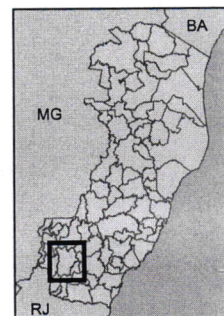
- Sede Municipal
- Limite Intermunicipal
- Limite Interdistrital
- Massa D'água
- Área Urbanizada

Sistema de Projeção UTM - Zona 24K  
Datum SIRGAS 2000

Escala: 1/250.000

Fontes dos dados:  
Limite Interdistrital: IDAF (Outubro/2017)  
Limite Intermunicipal: IDAF (Outubro/2017)  
Sede Municipal: Prefeituras - IJSN (2010)  
Área Urbanizada: IJSN (2010)  
Bases Cartográficas: GEOBASES

Elaboração:  
GEOBASES (Outubro/2017)



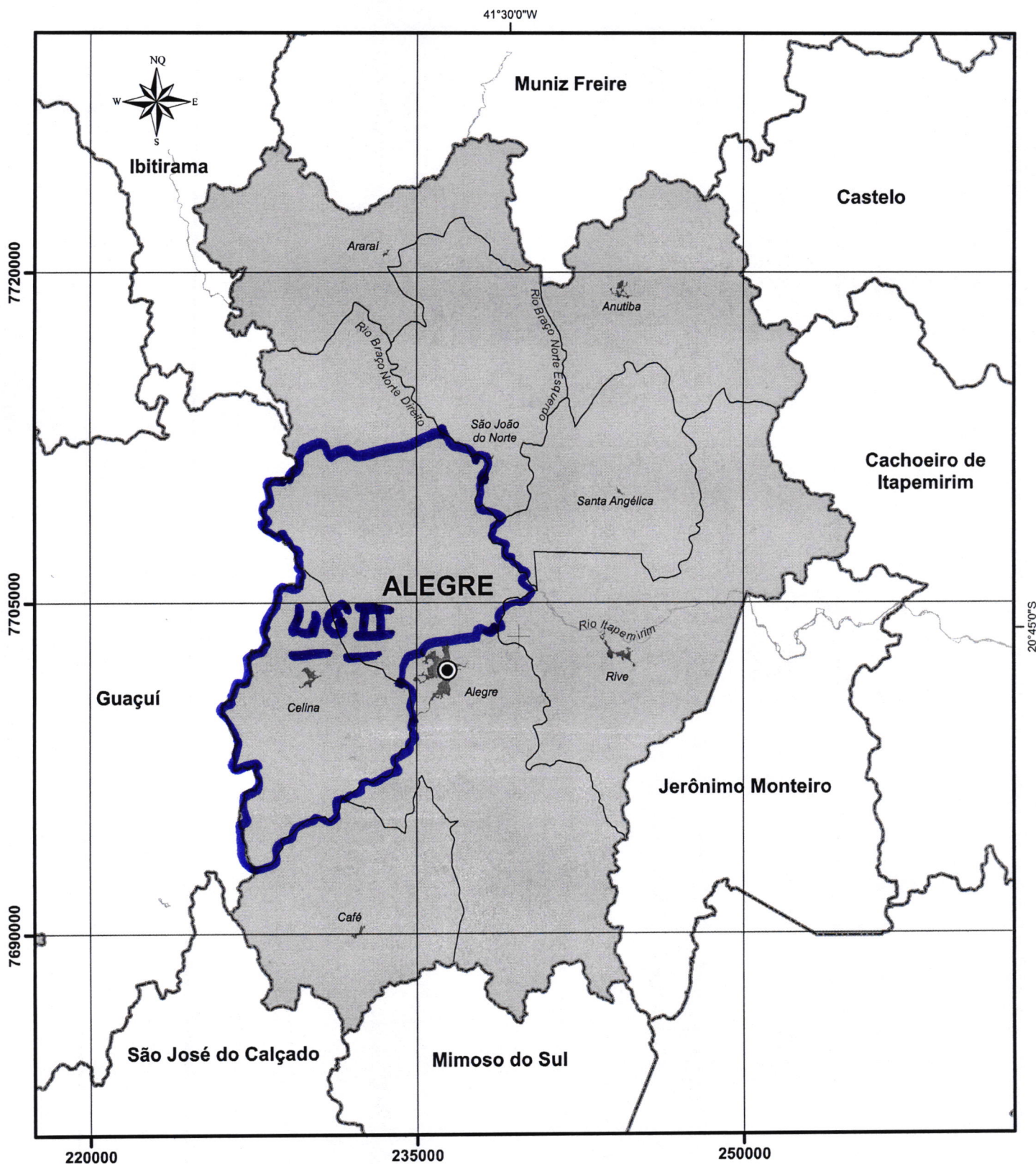




GEOBASES

ALEGRE - ES

UNIDADE DE GESTÃO II



### Legenda

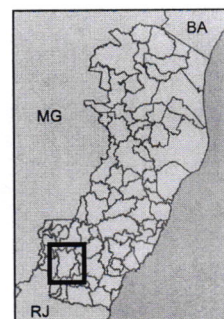
- Sede Municipal
- ▭ Limite Intermunicipal
- ▭ Limite Interdistrital
- Massa D'água
- Área Urbanizada

Sistema de Projeção UTM - Zona 24K  
Datum SIRGAS 2000

Escala: 1/250.000

Fontes dos dados:  
Limite Interdistrital: IDAF (Outubro/2017)  
Limite Intermunicipal: IDAF (Outubro/2017)  
Sede Municipal: Prefeituras - IJSN (2010)  
Área Urbanizada: IJSN (2010)  
Bases Cartográficas: GEOBASES

Elaboração:  
GEOBASES (Outubro/2017)







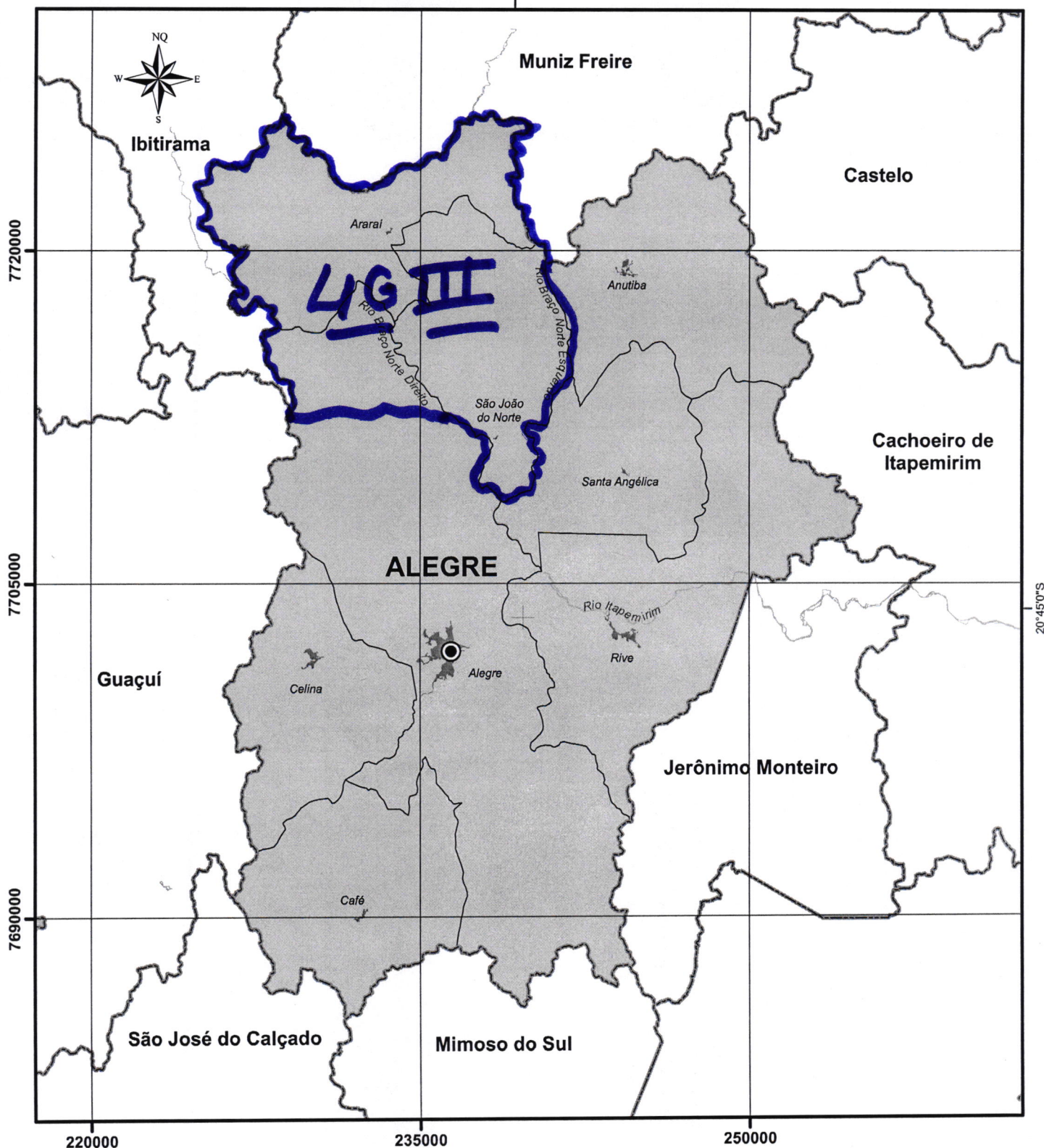
GEOBASES

ALEGRE - ES

UNIDADE DE GESTÃO III

**Incapar**  
Instituto Capixaba de Pesquisa,  
Assistência Técnica e Extensão Rural

41°30'0"W



### Legenda

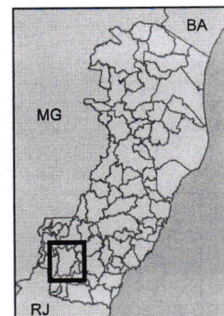
- Sede Municipal
- Limite Intermunicipal
- Limite Interdistrital
- Massa D'água
- Área Urbanizada

Sistema de Projeção UTM - Zona 24K  
Datum SIRGAS 2000

Escala: 1/250.000

Fontes dos dados:  
Limite Interdistrital: IDAF (Outubro/2017)  
Limite Intermunicipal: IDAF (Outubro/2017)  
Sede Municipal: Prefeituras - IJSN (2010)  
Área Urbanizada: IJSN (2010)  
Bases Cartográficas: GEOBASES

Elaboração:  
GEOBASES (Outubro/2017)





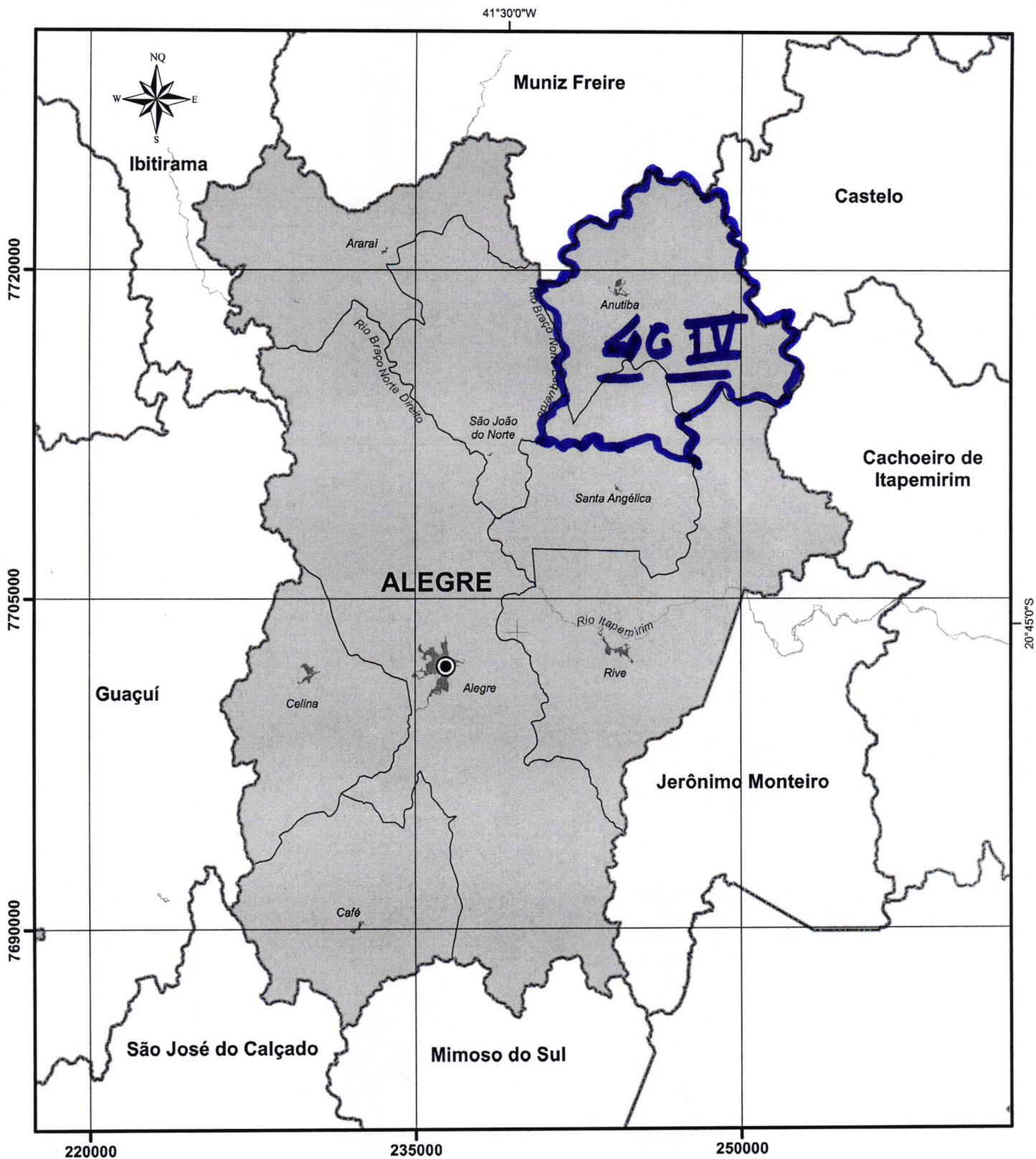


GEOBASES

ALEGRE - ES

UNIDADE DE GESTÃO IV

**Incapar**  
Instituto Capixaba de Pesquisa,  
Assistência Técnica e Extensão Rural



### Legenda

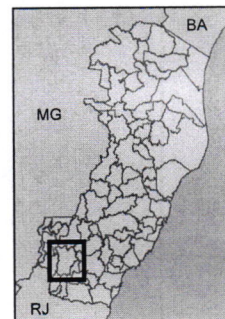
- Sede Municipal
- Limite Intermunicipal
- Limite Interdistrital
- Massa D'água
- Área Urbanizada

Sistema de Projeção UTM - Zona 24K  
Datum SIRGAS 2000

Escala: 1/250.000

Fontes dos dados:  
Limite Interdistrital: IDAF (Outubro/2017)  
Limite Intermunicipal: IDAF (Outubro/2017)  
Sede Municipal: Prefeituras - IJSN (2010)  
Área Urbanizada: IJSN (2010)  
Bases Cartográficas: GEOBASES

Elaboração:  
GEOBASES (Outubro/2017)







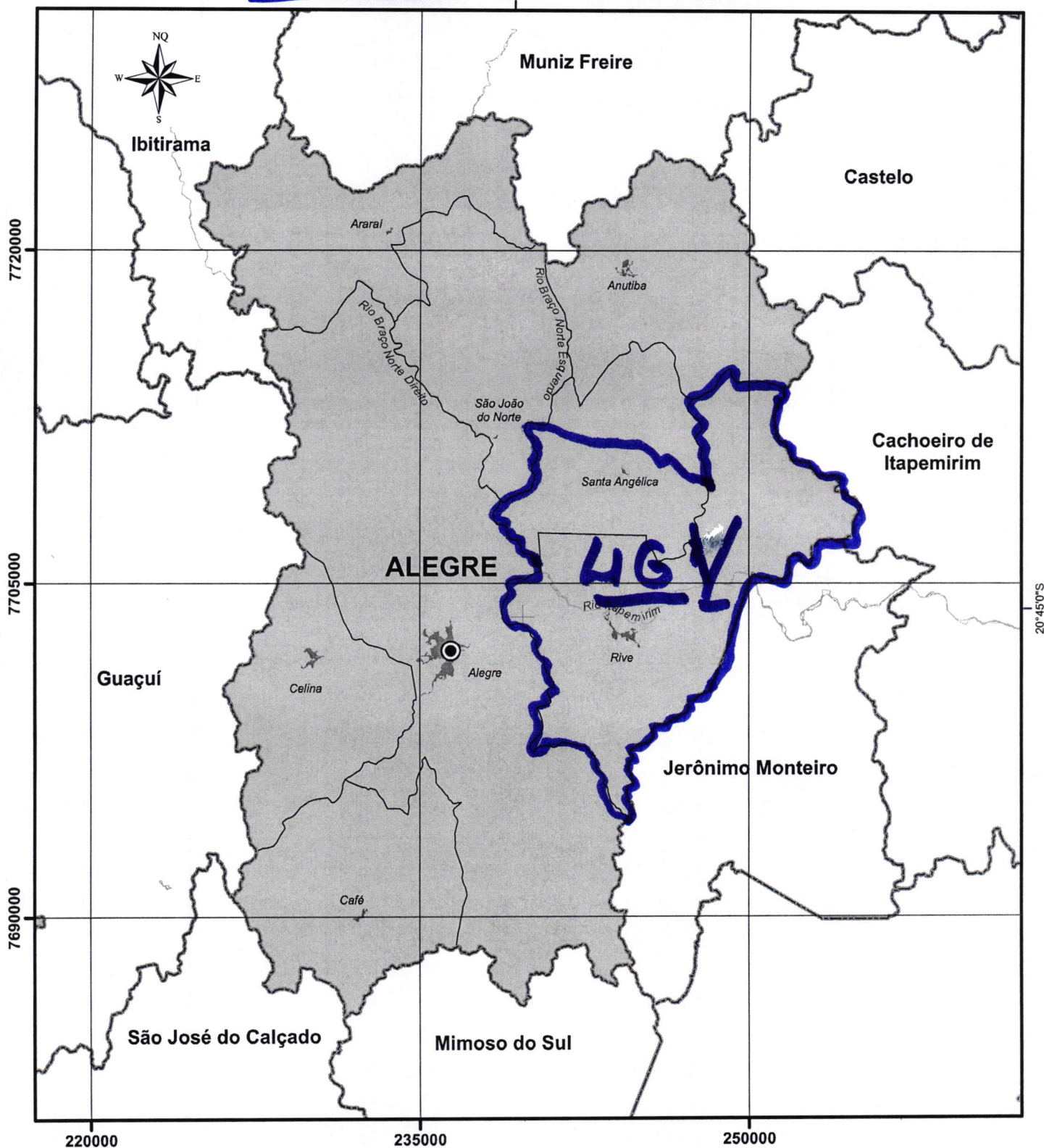
GEOBASES

ALEGRE - ES

**UNIDADE DE GESTÃO V**

**Incapar**  
Instituto Capixaba de Pesquisa,  
Assistência Técnica e Extensão Rural

41°30'0"W



### Legenda

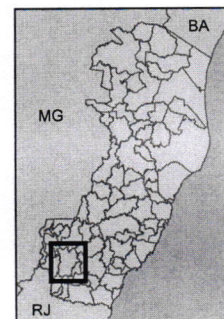
- Sede Municipal
- ▭ Limite Intermunicipal
- ▭ Limite Interdistrital
- Massa D'água
- Área Urbanizada

Sistema de Projeção UTM - Zona 24K  
Datum SIRGAS 2000

Escala: 1/250.000

Fontes dos dados:  
Limite Interdistrital: IDAF (Outubro/2017)  
Limite Intermunicipal: IDAF (Outubro/2017)  
Sede Municipal: Prefeituras - IJSN (2010)  
Área Urbanizada: IJSN (2010)  
Bases Cartográficas: GEOBASES

Elaboração:  
GEOBASES (Outubro/2017)







# Câmara Municipal de Alegre

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS UNIDADES DE GESTÃO MUNICIPAL

#### 1. DOS EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E ATENDIMENTOS COM MAIS EFICIÊNCIA

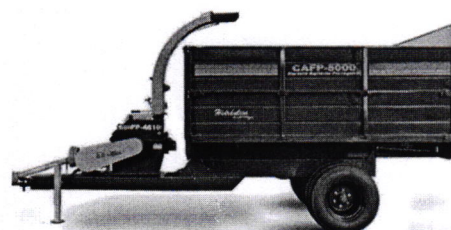
##### a) 01 RETROESCAVADEIRA 4X4 + 01 CAÇAMBA BASCULANTE TOCO



##### b) 01 AMBULÂNCIA TIPO “A” SIMPLES REMOÇÃO –



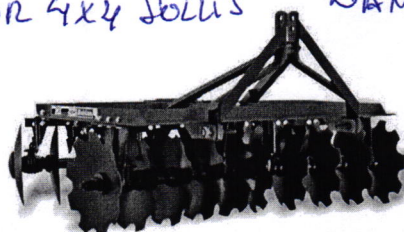
##### c) 01 TRATOR 4X4 COM IMPLEMENTOS



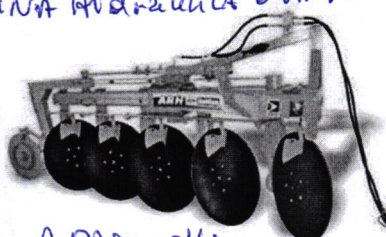
EM SILADEIRA C/ CANETA BASC.

TRATOR 4x4 JOLLI'S

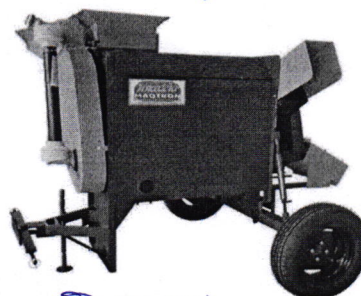
LÂMINA HIDRÁULICA DIANT.



GRADE NIVELADORA



ARADO HIDRÁULICO



BATEDEIRA DE CEREAIS

“O PODER UNIDO É MAIS FORTE.”





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 13 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES Nirrô Emerick Extensivo ao Secretário de Governo Rafael Nicácio Viana**

Solicitar para que seja formulado e registrado no sistema E-doc's do Governo do Estado, pedido junto à SETUR, da **viabilidade e disponibilidade de PROGRAMA DE CONSULTORIA E QUALIFICAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DO AGROTURISMO NA REGIÃO DO DISTRITO DO CAFÉ**, neste Município, devendo ser ofertados as consultorias de:

- a) **Atendimento Aplicado ao Agroturismo;**
- b) **Consultoria de Design de Ambientes Rurais de Alta Complexidade e Projetos Especiais;**
- c) **Consultoria no Marketing e Abertura de Rotas Agroturísticas.**

A medida se justifica em razão da necessidade de exploração do grande potencial da região para desenvolvimento econômico, mediante a chegada do asfaltamento da Rodovia de Ligação, recentemente.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 13 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES Nirrô Emerick  
Extensivo ao Secretário de Governo Rafael Nicácio Viana**

Solicitar para que seja formulado e registrado no sistema E-doc's do Governo do Estado, pedido através da SEAG, da viabilidade de **02 (dois) Tratores Agrícolas 4x4, 75cv + 02 (duas) Lâminas Hidráulicas dianteiras, para servir a Agricultura Familiar das Associações AMPROCAFÉ (Associação de Moradores e Produtores de Vila do Café e Adjacências) e APROCON (Associação dos Pequenos Produtores do Córrego da Onça), ambas sediadas na região do Distrito do Café, neste Município de Alegre, visando ampliação das Políticas Públicas de desenvolvimento da Agricultura Familiar na região.**

A medida se justifica em razão da dificuldade dos produtores no Distrito do Café, que possui mais de 300 agricultores, em realizar serviços comuns a todas propriedades, de limpeza de carreadores, de terreiros, limpeza de terrenos para plantio de lavouras brancas, os quais passarão atender uma região com mais de 3 (três) mil habitantes e aproximadamente 500 propriedades.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 13 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES Nirrô Emerick Extensivo ao Secretário de Governo Rafael Nicácio Viana**

Solicitar para que seja formulado e registrado no sistema E-doc's do Governo do Estado, pedido através da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, **da viabilidade de uma Brinquedopraça para o Distrito do Café, neste Município de Alegre**, visando ampliação das Políticas Públicas de desenvolvimento integral e integrado das crianças na Primeira Infância (gestação aos seis anos completos), por meio da ampliação e/ou implementação de políticas públicas intersetoriais.

A medida se justifica em razão da vulnerabilidade social de nossas crianças, que há diversas gerações, não possuem espaço adequado para diversão e recreação no distrito que possui mais de 3 mil habitantes.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor





# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 – contato@camaraalegre.com.br / www.camaraalegre.com.br

Alegre/ES, 13 de junho de 2022.

**INDICAÇÃO DO VEREADOR: EDUARDO SILVA FERNANDES.**

**Ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alegre/ES:**

Encaminho a Vossa Excelência, para no uso de suas atribuições legais, conforme previsto no Arts. 101 c/c 105, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja acolhida e publicada em Reunião Ordinária próxima a presente Proposição, que sugere medidas de **Interesse Público**, para as providências cabíveis, conforme abaixo:

**DESCRIÇÃO: Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Alegre/ES  
Extensivo À SEGOV – Secretário Rafael Nicácio Viana**

Solicitar para que seja formulado pela SEGOV e pelo Gabinete do Prefeito, pedido a ser registrado no sistema E-doc's ao Governo do Estado, **através do DETRAN/ES, visando a realização de Estudo Técnico Especializado, Confecção de Projeto e Execução da Sinalização Viária Vertical e Horizontal do Perímetro Urbano do Distrito do Café, que é cortado pela Rodovia ES-181 Alegre x São José do Calçado.**

A medida se justifica em razão da atual vulnerabilidade dos Pedestres e condutores em nosso distrito que é cortado pela Rodovia Estadual ES-181, que não conta com qualquer sinalização viária urbana atualmente.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO SILVA FERNANDES**  
Vereador Autor